

**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DO TERCEIRO
SETOR**

FERNANDO MACIEL RAMOS

**BLUMENAU – SC
2014**

FERNANDO MACIEL RAMOS

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau - FURB, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Ciências Contábeis**, área de concentração Controladoria.

Prof. Orientador: Roberto Carlos Klann, Dr.

**BLUMENAU - SC
2014**

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

FERNANDO MACIEL RAMOS

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de **Mestre em Ciências contábeis, área de concentração Controladoria**, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau.

Prof. Carlos Eduardo Facin Lavarda, Dr.
Coordenador do PPGCC

Presidente: Professor Roberto Carlos Klann, Dr.
Programa de Pós-Graduação em Ciências contábeis (PPGCC)
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Membro: Professor Luciano Gomes dos Reis, Dr.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Membro: Professora Fabrícia Silva da Rosa, Dra.
Programa de Pós-Graduação em Ciências contábeis (PPGCC)
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Blumenau

30 de julho de 2014

Dedico este trabalho aos meus pais, minha avó, meus irmãos, aos amigos, meu companheiro Gabriel e alunos pelo apoio e confiança em mim depositado, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e acreditando em mim e na minha capacidade em alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo Dom da vida, pela oportunidade e força em cada novo amanhecer, pela coragem em cada obstáculo superado, pelas conquistas no decorrer da minha trajetória.

Aos meus pais, pelo esforço e confiança creditados em mim, a minha mãe Rosângela que sempre esteve ao meu lado, não permitindo que o desânimo se aproximasse, lhe agradeço por me transmitir os valores morais que contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Ao meu pai de coração Luciano, que sempre me deu apoio, acreditando que eu seria capaz. Ao meu pai Evaldo, pelos seus conselhos motivadores.

Meus irmãos Juliana e Patrick, pois são as pessoas fundamentais e essenciais na minha vida, os quais sempre estiveram ao meu lado e que juntos superamos cada obstáculo que surgiu no decorrer desta trajetória. A eles que são os meus companheiros diários e amigos eternos. Aos demais, pelo amor incondicional, e por acreditarem no meu potencial.

A toda minha família, por sempre estarem ao meu lado, fazendo com que o cansaço e o desânimo fossem superados. Aos meus tios e tias, primos e primas, em especial a minha avó Nadir, que além de avó, é minha mãe, amiga, protetora, que esteve ao meu lado na caminhada, sempre com um ombro amigo, o qual pude confiar e contar nas horas mais difíceis.

Aos professores que contribuíram na minha formação básica, em especial ao meu Professor de Matemática do ensino fundamental e médio, Professor Ronei, que me apresentou e motivou a cursar contabilidade. Aos professores da graduação, que me ensinaram a compreender e amar a contabilidade, em especial aos Professores Dalci Almeida, Gabriele Gil Gomes, Araceli Farias, Marcos Crepaldi e Gabriel Gonzalez. Por fim, mas não menos especiais, os professores do programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado da Universidade Regional de Blumenau, em especial ao Professor Roberto Carlos Klann, por ter orientado a realização deste trabalho, pelos conhecimentos compartilhados comigo, pelas discussões, orientações que foram e são de suma importância para que esta pesquisa e outras fossem realizadas. A todos os mestres, muito obrigado, sem vocês, chegar até aqui seria impossível.

Agradeço também à Rosane, secretária do programa, por todos os auxílios prestados, desde o momento da inscrição no processo seletivo, até a conclusão desta etapa, muito obrigado pelos e-mails respondidos, pelas orientações agendadas, pelas suas orientações, com certeza, com você, nossos processos se tornaram menos onerosos.

Os amigos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram e se tornaram especiais, as amizades verdadeiras que tenho, em especial, aos amigos Gabriel e Juliana, que compartilham comigo esta conquista, pelos vários momentos durante a trajetória, que se tornaram essenciais em minha vida, sendo hoje confidentes, cúmplices, conselheiros, companheiros, principais motivadores, incentivadores e fonte de inspiração; a eles meu muito obrigado, e aos demais colegas que, com toda certeza, têm contribuição na trajetória vivenciada e que serão inesquecíveis. Enfim, a todos os meus amigos pessoais e particulares (Samuel, Ricardo, Jean, Bárbara, Camila, Renato, Sandro, Lucila, Jairo, Jacir, Liane, Ivanir, Suzi, Flávio, Luana, Marta, Anderson, Lana, Josiane, Diego), pelo apoio, compreensão, carinho, e amizade a mim dispensados, e que tiveram permanente contribuição para a realização deste sonho e compreensão pelos momentos de ausência e negligência.

Não posso deixar de agradecer aos colegas Evandro, Inês, Vanderlei, Sheila, Elisandra, Fábio, Márcio, Rodrigo, Luiza, Tânia, Leandro, Margarete, Francielle, Marcus, Sady, Antonio e outros, que estiveram presentes nessa caminhada, seja pela realização de trabalhos e pesquisas em conjunto, como pelas discussões fervorosas em sala de aula, que com certeza foram de suma importância para que essa trajetória tenha sido ainda mais proveitosa.

Aos gestores, professores, em especial os do curso de Ciências Contábeis e Administração, colegas e demais colaboradores da Universidade do Contestado pelo apoio, compreensão pelas horas em que não estive presente. Aos acadêmicos dos cursos supracitados, pelo apoio, compreensão pelas horas que não pude atender e dar o retorno no momento esperado, devida à imersão na pesquisa.

A todos vocês: Muito Obrigado!!

“[...] o saber não realiza o homem espiritualmente, mas sim, lhe dá condições de compreender e encontrar a boa-aventurança.”

“O futuro é uma consequência vivida do presente e não fruto de aspirações de uma mente ociosa, que deixa sempre essa transformação para depois.”

RESUMO

RAMOS, F. M. **Qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

Esse estudo tem por objetivo avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil e as características das entidades do terceiro setor. A teoria de base utilizada é a Teoria da Agência, sendo ainda o referencial teórico pautado na conceituação do terceiro setor e as teorias explicativas da sua evolução, as características qualitativas da informação contábil e por fim, a qualidade da informação contábil dos relatórios contábeis no contexto das organizações sem fins lucrativos. Quanto ao delineamento metodológico o estudo é caracterizado como descritivo, documental e quantitativo. A população do estudo é o conjunto de entidades do terceiro setor brasileiras, e a população alvo as organizações sem fins lucrativos com título de qualificação de UPF ou OSCIP, sendo então, definida uma amostra probabilística por conglomerado de 392 entidades, com erro amostral de 5%, sendo a seleção das entidades para compor a amostra foi realizada aleatoriamente, e o período de análise corresponde às demonstrações contábeis do exercício de 2012. O instrumento de pesquisa é subdividido em duas grandes seções. A primeira para capturar as variáveis de caracterização das entidades como tamanho, tempo de constituição, área de atuação, forma legal, qualificação e realização de auditoria. A segunda é composta por 59 critérios elaborados de acordo com a ITG 2002 para mensurar o nível de evidenciação e, conseqüentemente, o índice da qualidade da informação contábil das entidades. Já a análise dos dados está subdividida em três seções. Na primeira foi utilizado instrumental de estatística descritiva para análise das características da amostra. A segunda seção apresenta o índice de qualidade da informação contábil das entidades, que também foi analisada por meio de estatística descritiva. Na terceira seção são empregados os testes de Correlação de Pearson e de Regressão Linear Múltipla. Quanto à caracterização das entidades, os resultados demonstram que grande parte das organizações é de micro porte, com tempo de constituição entre 11 a 20 anos, sendo predominantemente constituídas como associação na forma legal. Além disso, apenas 152 entidades realizam auditoria independente das suas demonstrações contábeis. Assim, conclui-se de maneira geral que a qualidade da informação contábil das entidades analisadas é baixa, no entanto, existe uma tendência para que as entidades intituladas como OSCIP, maiores e mais experientes possuam informação contábil de maior qualidade.

Palavras chave: Qualidade da Informação Contábil. Terceiro Setor. Organizações Sem Fins Lucrativos.

ABSTRACT

RAMOS, FM **Quality of accounting information of third sector entities**. 2014. 176 f. Dissertation (Masters of Accounting) - Accounting Graduate Program, University of Blumenau Region, Blumenau, 2014.

This study aims to evaluate the relationship between the quality of accounting information and the characteristics of the third sector entities. The basis theory used is the Agency Theory, and it has grounded in the theoretical conceptualization of the third sector and the explanatory theories of evolution, the qualitative characteristics of accounting information and finally, the quality of accounting information in the context of financial reporting of nonprofit organizations. Regarding to the methodological design, this study is characterized as descriptive, document and quantitative. The study population is the set of entities of the Brazilian third sector, and the target population is the nonprofits entities qualified as UPF or OSCIP, and then it was set a random cluster sample of 392 entities, with a sampling error of 5%. The entities selection for the sample was random, and the period of analysis corresponds to the financial statements for the year 2012. The survey instrument is divided into two major sections. The first captures the changing characterization of entities such as size, age, area, legally, and its audit. The second is composed by 59 criteria developed according to ITG 2002 to measure the level of disclosure and therefore the index of the quality of accounting information of the entities. However, the analysis of the data is subdivided into three sections. The first was used instrumental analysis of descriptive statistics for the sample characteristics. The second section presents the index of quality of accounting information by entities that also was analyzed using descriptive statistics. In the third section were used the tests of Pearson Correlation and Linear Regression. As for the characterization of the entities, the results show that most organizations are micro-sized, with time of incorporation between 11 to 20 years, predominantly constituted as an association in legal way. Moreover, only 152 entities conduct independent audit of its financial statements. Thus, it is concluded that in general, the quality of accounting information of the entities analyzed is low, however, there is a tendency for entities entitled to OSCIP, largest and most experienced have higher quality accounting information.

Keywords: Quality of Accounting Information. Third Sector. Nonprofit Organizations.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Regressão Linear Múltipla Modelo 1	88
Equação 2 - Regressão Linear Múltipla Modelo 2	89
Equação 3 - Regressão Linear Múltipla Modelo 3	89
Equação 4 - Regressão Linear Múltipla Modelo 4	89
Equação 5 - Regressão Linear Múltipla Modelo 5	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caracterização Principal x Agente	29
Figura 2 – Relações existentes no contexto do Terceiro Setor	36
Figura 3 – Teoria da Agência nas Organizações do Terceiro Setor (OTS)	39
Figura 4 – Sistema de Informação Financeira	64
Figura 5 – Desenho da pesquisa	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos relativos ao Terceiro Setor	43
Quadro 2 – Teorias explicativas do surgimento/desenvolvimento do terceiro setor.....	45
Quadro 3 – Evolução histórica do terceiro setor no Brasil.....	47
Quadro 4 – Classificação das Caract. Qualitativas da Informação Contábil.....	56
Quadro 5 – Relevância da informação	57
Quadro 6 – Construto da pesquisa – objetivos A e B.....	77
Quadro 7 - Construto da pesquisa – objetivo C.....	78
Quadro 8 – Variáveis independentes e variáveis de controle.....	79
Quadro 9 – Seção 2.0 do Instrumento de Pesquisa Demonstrações contábeis compulsórias ..	80
Quadro 10 – Seção 2.1 do Instrumento de Pesquisa: Balanço Patrimonial.....	81
Quadro 11 – Seção 2.2 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração do Resultado do Período (DRE).....	82
Quadro 12 – Seção 2.3 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	82
Quadro 13 – Seção 2.4 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração do Fluxo de Caixa...	83
Quadro 14 – Seção 2.5 do Instrumento de Pesquisa: Notas Explicativas (NE)	84
Quadro 15 – Seção 2.6 do Instrumento de Pesquisa: Subvenções Governamentais	86
Quadro 16 - Base de dados para coleta das variáveis.....	87
Quadro 17 – Resumo das hipóteses	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das entidades brasileiras sem fins lucrativos.....	51
Tabela 2 - Distribuição das entidades do terceiro setor por área de atuação.....	52
Tabela 3 – Distribuição por título de qualificação	94
Tabela 4 – Classificação das entidades por porte	95
Tabela 5 – Tamanho das organizações	95
Tabela 6 – Tempo de constituição das organizações.....	96
Tabela 7 – Classificação por tempo de constituição.....	97
Tabela 8 – Distribuição das entidades analisadas por área de atuação.....	98
Tabela 9 – Realização de auditoria nas entidades analisadas	99
Tabela 10 – Meios de divulgação contábil	102
Tabela 11 – Nível de evidenciação do balanço patrimonial	103
Tabela 12 – Nível de evidenciação da Demonstração do Resultado do Período (DRE).....	106
Tabela 13 – Nível de evidenciação por meio das Notas Explicativas	108
Tabela 14 – Índice de evidenciação global por meio de divulgação	110
Tabela 15 – Nível de evidenciação das subvenções governamentais.....	110
Tabela 16 – Estatística descritiva do índice da qualidade da informação contábil	111
Tabela 17 – Teste de Correlação de Pearson	114
Tabela 18 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 1	117
Tabela 19 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 2	118
Tabela 20 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 3	118
Tabela 21 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 4	119
Tabela 22 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 5	119
Tabela 23 – Comparação dos modelos propostos	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 QUESTÃO DA PESQUISA.....	18
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4 HIPÓTESES	22
1.5 JUSTIFICATIVA	24
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1 TEORIA DA AGÊNCIA.....	27
2.1.1 Assimetria de Informação.....	31
2.1.2 Teoria da Agência e a Informação Contábil no Terceiro Setor	35
2.2 TERCEIRO SETOR	41
2.2.1 Conceituação do Terceiro Setor	41
2.2.2 Desenvolvimento do Terceiro Setor	44
2.2.3 O Terceiro Setor no Contexto Brasileiro.....	46
2.3 A CONTABILIDADE E A PERSPECTIVA BASEADA NA INFORMAÇÃO	53
2.3.1 Características Qualitativas da Informação Contábil	54
2.3.2 A Qualidade da Informação Contábil no Contexto do Terceiro Setor.....	62
2.3.3 Evidenciação Contábil como Medida de Qualidade da Informação	65
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	68
3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	74
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	74
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	75
3.3 CONSTRUCTO	76
3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA	79
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	86
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	87
3.7 DESENHO DA PESQUISA.....	89
3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	91
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	93

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	93
4.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	101
4.3 RELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	114
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	124
5.1 CONCLUSÕES	124
5.2 RECOMENDAÇÕES	128
REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se os aspectos introdutórios da pesquisa, a sua problemática, objetivos, hipóteses, a justificativa para a realização do estudo, bem como a apresentação da estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, observa-se um crescimento do terceiro setor nos últimos anos, o qual pode estar atrelado à ineficiência do Estado em cumprir suas funções sociais, permitindo assim, o crescimento dessas instituições, que demonstram seu papel na sociedade, tornando-se cada vez mais relevantes na economia mundial (FALCONER, 1999; COELHO, 2002; SLOMSKI, 2005; CRUZ, 2010).

Para o estudo do terceiro setor é necessário compreender a dissociabilidade entre o primeiro e segundo setor, ou, respectivamente, o Estado e o Mercado. As funções do Estado estão relacionadas à realização da gestão, da guarda, conservação e aprimoramento dos bens e recursos públicos para bem servir os cidadãos. Tem como principal obrigação a realização de serviços de assistência aos cidadãos e a sociedade, por meio da alocação de recursos para atender as necessidades públicas sociais e as necessidades meritórias, como a distribuição de renda e a estabilização da moeda (SLOMSKI, 2005).

O segundo setor, ou o Mercado, é composto de indivíduos organizados sob formas jurídicas diferentes, que visam atender às demandas da sociedade por meio da disponibilização de uma gama de produtos e serviços, baseando suas atividades no mecanismo de preço. É próprio dessas entidades a geração de lucro para garantia da continuidade e, principalmente, para a ampliação do patrimônio e geração de riqueza aos proprietários (BETTIOL JÚNIOR, 2005).

Dessa forma, é possível apontar que o terceiro setor difere-se do primeiro setor, pois não está interligado à hierarquia do Estado, sendo independente dele. Difere-se também do Segundo Setor, pois não admite a distribuição dos resultados aos seus fundadores ou associados, e sim a sua finalidade (SILVEIRA, 2007).

O papel desenvolvido pelo terceiro setor e as suas ações beneficiam a sociedade de forma geral, pois os seus objetivos são preconizados basicamente na promoção de ações coletivas para o bem público, atendendo a demandas de carência da sociedade e não supridas pelo Estado (COELHO, 2002; SILVEIRA, 2007). Atua, assim, no fornecimento de bens e

serviços públicos, com o intuito de promover melhoria nas condições de vida dos indivíduos (SALAMON; ANHEIR, 1997; FISCHER, 2002; SILVEIRA, 2007; CRUZ et al., 2009).

Salamon e Anheir (1996) apontam que as organizações sem fins lucrativos têm realizado grandes contribuições para o alívio de problemas humanos em todo o mundo. Nos Estados Unidos essas organizações são chamadas para substituir os gastos do governo em bem estar social. Na França elas são chamadas para ajudar a superar a exclusão dos miseráveis. Na Suécia estão ligadas à promoção do pluralismo, enquanto na Europa Central auxiliam a promoção da sociedade civil. Nos países em desenvolvimento, como na América Latina, as organizações sem fins lucrativos são vistas como catalisadores fundamentais para uma nova abordagem do desenvolvimento, por meio do envolvimento das bases (ANNIS, 1987; DRABEK, 1987; DUMING, 1989; SALAMON; ANHEIR, 1996).

Falconer (1999), Fernandes (2002) e Bettiol Júnior (2005) apontam que no contexto brasileiro as organizações sem fins lucrativos formam um novo setor, complementando o primeiro e o segundo setor, resgatando aspectos humanistas como a solidariedade, a humanização do capitalismo e a cidadania.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (FASFIL, 2012) demonstram um crescimento das organizações sem fins lucrativos de 8,8% no Brasil de 2008 a 2010, sendo que essas entidades criaram 292,6 mil novos empregos no mesmo período. Paralelamente, a média do salário pago também aumentou 6,2%. Esses dados demonstram a importância direta e indireta dessas organizações na economia nacional. De acordo com dados do IBGE de 2000, no Brasil, as despesas destas instituições representavam 1,4% do PIB. Estes dados demonstram a importância destas entidades no contexto econômico e social no cenário nacional.

O terceiro setor é um dos campos de estudos mais recentes e multidisciplinares do meio acadêmico nas Ciências Sociais, com pesquisas realizadas no âmbito da economia, sociologia, ciência política e em áreas acadêmicas aplicadas, como serviço social, saúde pública e administração (FALCONER, 1999).

Em meados de 1960, as pesquisas em contabilidade migraram de uma abordagem econômica e normativa para um enfoque com base nas informações (*informational perspective*), passando a contabilidade a ser vista pela sua capacidade em fornecer informações úteis aos processos decisórios (LOPES; MARTINS, 2007).

Com as mudanças nas perspectivas das pesquisas em contabilidade, em meados da década de 1980, pesquisadores começaram a investigar a contabilidade e a utilidade da informação contábil no contexto das organizações sem fins lucrativos (CRUZ, 2010), sendo

os percussores das pesquisas nessa área Weisbrod e Dominguez (1986), Tinkelman (1997) e Greenlee e Brown (1999).

Falk (1992) aponta que como não há mecanismos para se avaliar os preços e serviços das entidades sem fins lucrativos, tão pouco agências que informem o desempenho destas organizações, a contabilidade e seus relatórios tem um importante papel na decisão de seus investidores sociais, credores e usuários. Pace (2009) argumenta que gestores, governo e a sociedade necessitam saber de forma clara os valores recebidos, de que forma isto ocorre e também a sua aplicação. Assim, a contabilidade pode fornecer informações importantes para auxiliar todos os interessados na análise da gestão dessas entidades.

Porém, para que a informação contábil dessas entidades seja útil ao processo decisório, ela deve conter as seguintes características qualitativas fundamentais e de melhoria: relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (FASB, 2010; CPC 00, 2012). Todas as características qualitativas são voltadas ao fornecimento de informações úteis aos usuários da informação contábil, bem como a todos os interessados nas organizações, de forma auxiliar no processo de tomada de decisão (MOST, 1977; IMHOF JR, 1992; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

A informação contábil útil é capaz de fornecer evidências aos seus usuários que sejam úteis no processo de tomada de decisão. No contexto do terceiro setor, os usuários dessas informações são aqueles que aportam recursos à entidade, usuários dos serviços prestados, gestores e entidades governamentais (ARAÚJO, 2005). Tais usuários necessitam de informações úteis oriundas da contabilidade para que possam avaliar as entidades sem fins lucrativos (KEATING; FRUMKIN, 2003; TRUSSEL, 2002; CRUZ, 2010; BEISLAND; MERSLAND, 2013).

Alguns estudos já realizados (IMHOFF JR., 1992; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; DECHOW; DICHEV, 2002; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MENDONÇA NETO; RICCIO, 2008; LEE; MASULIS, 2009, ANTUNES et al., 2009; ALMEIDA, 2010; LIMA, 2010; CHEN et al., 2010; KLANN, 2011; HORTON; SERAFEIM; SERAFEIM, 2013; CANG; CHU; LIN, 2014) sugerem que algumas características das entidades como tamanho, tempo de experiência e realização de auditoria possuem influência na qualidade da informação contábil reportada pelas organizações.

O tamanho de uma organização pode estar relacionado ao fato de que quanto maior uma entidade, maior será a necessidade de controles internos mais eficientes. Consequentemente, maior será o nível de confiabilidade em relação aos relatórios contábeis,

no sentido de que eles representam a realidade das organizações, bem como as informações prestadas estão seguras de ações oportunistas. Da mesma forma, quanto maior o tempo de constituição de uma organização, maior a tendência de que ela vá melhorando seus controles. Assim, o tamanho e o tempo de experiência são variáveis utilizadas pela literatura para medir a reputação de uma organização sem fins lucrativos, o que denota a sua relevância para explicar a qualidade da informação contábil (CRUZ, 2010).

A realização da auditoria assegura que as demonstrações contábeis divulgadas sejam confiáveis e representem fidedignamente a situação patrimonial e econômica das organizações, bem como, a confiabilidade dos controles internos de uma entidade, o que pode assegurar maior qualidade das informações contábeis reportadas (CARDOZO, 1989; JEGERS, 2002; POWER, 2003; JEGERS, 2008; PUYVELD et al., 2012).

Uma das bases teóricas que norteiam o estudo em relação à perspectiva informacional da contabilidade é a Teoria da Agência, pois a informação oriunda da contabilidade é vista como um mecanismo para a minimização dos conflitos de agência e da assimetria informacional existente na relação entre os principais (*stakeholders* das organizações sem fins lucrativos) e o agente (gestores).

A influência e a relevância das informações contábeis para os investidores sociais já foi investigada no cenário internacional e nacional (PARSONS, 2003; TRUSSEL; PARSONS, 2007; ZHUANG; SAXTON; WU, 2011; CRUZ, 2010; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011). Os resultados destes estudos apontam que as informações financeiras oriundas da contabilidade influenciam na tomada de decisão de investidores sociais. Dessa forma, pode-se apontar a contabilidade como um importante artefato para o controle e monitoramento de comportamentos oportunistas dos agentes e para a redução da assimetria da informação.

Portanto, na perspectiva da relevância da informação contábil no terceiro setor, a presente investigação procura contribuir para a compreensão da qualidade da informação contábil dos relatórios contábeis divulgados pelas entidades do terceiro setor no cenário brasileiro.

1.2 QUESTÃO DA PESQUISA

As organizações sem fins lucrativos são instituições que tem por intuito promover ações de desenvolvimento social. Para tanto, necessitam de recursos para desenvolver suas atividades, os quais nem sempre são oriundos apenas das suas atividades.

De forma global, é possível apontar que atualmente as entidades do terceiro setor contam com recursos oriundos do governo, de entidades privadas nacionais e internacionais, do clero, próprios e ainda de indivíduos na condição de doadores (investidores sociais) e usuários dos serviços oferecidos (SILVA, 2010). A partir disso, essas organizações devem prestar contas das ações tomadas e desenvolvidas com a utilização dos recursos recebidos, de forma a promover a transparência de suas ações e, ainda, a prestação de contas.

Dentre os mecanismos de comunicação entre as entidades do terceiro setor e seus usuários, é possível citar os relatórios contábeis financeiros, os quais têm por premissa básica demonstrar a situação financeira e econômica das organizações, permitindo aos usuários analisar os aspectos financeiros, econômicos e organizacionais das entidades (FOSTER, 1986; FALCONER, 1999; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; HEALY; PALEPU, 2001; YETMAN; YETMAN, 2004; VERBRUGGEN; CHRISTIAENS; MILIS, 2011).

O principal objetivo das demonstrações financeiras das organizações do terceiro setor é proporcionar informações que satisfaçam os interesses dos usuários externos, sendo: (i) um mecanismo capaz de fornecer informações sobre a eficiência e eficácia dos serviços realizados por essas organizações; (ii) uma ferramenta de avaliação dos gestores das organizações; e ainda (iii) fornecedoras de informação aos investidores sociais, credores e outros sobre as perspectivas de fluxo de caixa e avaliação de desempenho dessas entidades (FALK, 1992; TRUSSEL, 2002; KEATING; FRUMKIN, 2003; PARSONS, 2007; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010; FASB, 2010; BEISLAND; MERSLAND, 2013).

Apesar de a literatura apontar os relatórios contábeis e financeiros como uma ferramenta de comunicação entre as organizações do terceiro setor e as partes interessadas, um estudo realizado por Falconer e Vilela (2001) demonstrou que poucas entidades do terceiro setor divulgavam os seus relatórios financeiros, e na sua composição, as diretrizes da gestão dos recursos recebidos.

Milani Filho (2009) menciona que no Brasil existe um baixo índice de divulgação das informações financeiras das organizações do terceiro setor. Cruz (2010) salienta que no cenário nacional as pesquisas sobre a qualidade informacional contábil dessas entidades ainda são pouco exploradas, uma vez que aspectos regulamentadores e de evidência ainda são precários. Por outro lado, estudos nacionais e internacionais apontam que a informação contábil e a sua divulgação são relevantes aos investidores sociais para instituições externas (bancos, fornecedores, entre outros) às organizações sociais, pois é por meio deles que é possível medir a eficiência e aplicabilidade dos recursos doados às entidades, bem como,

analisar e avaliar as finanças dessas organizações (CRUZ, 2010; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES; 2011).

Porém, não basta apenas divulgar, as organizações também devem atentar para que haja divulgação com qualidade, pois a divulgação de informações distorcidas ou erradas pode levar a uma minimização na relação de confiança entre as organizações e seus *stakeholders* (CAMARGO, 2001; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010).

Os relatórios contábeis são vistos como um mecanismo para a minimização da assimetria informacional entre principal-agente e, conseqüentemente, podem levar à redução dos conflitos de agência dessa relação (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO; 2005; KLANN; BEUREN; HEIN, 2009). Assim, torna-se imprescindível que eles atendam às características qualitativas da informação contábil, para que possam ser úteis aos usuários no processo de tomada de decisão.

No terceiro setor, os relatórios contábeis e financeiros são vistos em uma perspectiva de *accountability*, ou seja, como ferramenta de prestação de contas da gestão em relação aos recursos obtidos (FALK, 1992; KEATING; FRUNKING, 2003; HAGER, POLLACK; RONNEY, 2001). Essas organizações possuem diversos interessados, tanto nos aspectos econômicos e financeiros, como na qualidade dos serviços e produtos oferecidos, além da sustentabilidade e continuidade operacionais dessas entidades (BEISLAND; MERSLAND, 2013). Assim, é de suma importância que a informação contábil fornecida tenha utilidade.

Neves Júnior e Lins (2007) e Carvalho e Fadul (2012) argumentam que as entidades do terceiro setor possuem dificuldades quanto à gestão e à compreensão das informações contábeis. Guimarães, Pinho e Leal (2010) e Carvalho e Fadul (2012), ao avaliar as características das entidades de sucesso do terceiro setor e a profissionalização da gestão, apontam que qualificação técnica, o posicionamento administrativo e a compreensão dos relatórios contábeis são características básicas para o sucesso destas organizações.

Piza et al. (2012) afirmam que tanto as entidades não possuem profissionalização, quanto as normas nacionais de contabilidade não auxiliam para a que as organizações sem fins lucrativos possam mensurar e evidenciar adequadamente as suas informações por meio da contabilidade.

Além disso, outros fatores podem estar relacionados à qualidade da informação gerada por essas organizações, como o seu porte, o tempo de constituição, área de atuação, empresa de auditoria e outras características, as quais, de acordo com estudos já realizados (MURCIA; SANTOS, 2009; CRUZ; LIMA, 2010; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010; SAXTON; KUO; HO, 2011) demonstram influência no nível de evidenciação das informações contábeis.

Por exemplo, o tamanho e o tempo de constituição das organizações são variáveis que podem influenciar no nível de *disclosure*, partindo do pressuposto que ambos geralmente sinalizam entidades maiores e mais antigas, que tendem a possuir experiência nos métodos de controles internos e profissionalização da gestão, tornando suas divulgações mais completas.

Dessa forma, considerando-se a incipiência de estudos nessa área e a importância da divulgação de informações com qualidade por parte das entidades do terceiro setor, a presente pesquisa ocupa-se da seguinte problemática: *Qual a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras?*

1.3 OBJETIVOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 159), “o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto”. Para Gil (2002) e Creswell (2007), o objetivo geral é o ponto de partida de uma investigação, indicando uma direção a seguir, porém, na maioria dos casos, não possibilita que se parta para a investigação, logo, precisa ser redefinido, esclarecido e delimitado, surgindo dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa.

Os objetivos aqui apresentados têm a intenção de apontar o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Assim, enunciam-se o objetivo geral e os específicos.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral proposto foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar as organizações componentes da amostra quanto aos aspectos tamanho, tempo de experiência, realização de auditoria, área de atuação, forma legal e título de qualificação;
- b) mensurar a qualidade da informação dos relatórios contábeis divulgados pelas organizações do terceiro setor investigadas;

- c) relacionar as características das entidades do terceiro setor à qualidade da informação contábil.

1.4 HIPÓTESES

Martins e Theóphilo (2009) argumentam que o termo hipótese deriva do grego *hipo* (debaixo) e *théises* (tese), sendo que é utilizado para determinar “o que serve de base” para demonstrar a tese de um teorema.

As hipóteses de uma investigação são consideradas a exteriorização acerca da relação possível entre variáveis que são captadas por meio de conceitos (SCHRADER, 1974), significando ainda uma proposição de antecipação de repostas para um problema, a qual pode ser aceita ou refutada pelos resultados da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Na formulação das hipóteses deve-se considerar algumas condições especiais: (i) ter enunciado claro; (ii) possuir uma base empírica; (iii) as técnicas disponíveis devem ter relação para que se torne possível a comparação das variáveis incluídas; (iv) deve ser específica, e; (v) ter uma base teórica relacionada.

Estudos voltados à análise dos fatores determinantes da qualidade informacional da contabilidade apontam que existe relação (positiva/negativa) entre as características das organizações com maior grau de qualidade da informação contábil, bem como, com o nível de evidenciação das entidades, tanto no contexto das empresas privadas quanto das organizações sem fins lucrativos.

Estudos realizados com entidades do mercado financeiro demonstram a existência de uma relação entre o tamanho e o nível da qualidade da informação contábil e o nível de evidenciação (BALL; FOSTER, 1982; LANG; LUNDHOLM, 1993; GORDON et al., 2002; BHOJRAJ; BLACCONIERE; D’SOUZA, 2004; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010; HOLANDA et al., 2012; BEISLAND; MERSLAND, 2013; BRANDÃO et al., 2013). Esses estudos demonstram que maiores organizações exigem maior nível de controle e, conseqüentemente, melhores informações contábeis, enquanto organizações menores possuem maior propensão à deficiência nos seus controles internos, o que pode fazer com que as demonstrações contábeis não reflitam com fidelidade a situação econômica e financeira das organizações (DOYLE; GE; McVAY, 2007b; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010).

Outra vertente, voltada às organizações sem fins lucrativos, aponta que o tamanho das organizações remete também à reputação dessas entidades, uma vez que entidades maiores sentem a necessidade da profissionalização da gestão. Com isso, a definição clara dos

seus objetivos, políticas, procedimentos e ações, que levam ao alcance das suas intenções sociais, tornam os relatórios contábeis relevantes para a análise dos interessados nessas organizações. Além disso, essas instituições estão expostas a maior pressão social e política por parte dos seus usuários (COELHO, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JEGERS, 2002; JEGERS, 2008; KITCHING, 2009; CRUZ, 2010), bem como em instituições maiores, os custos com a preparação das informações contábeis são mais facilmente suportados (MURCIA, 2009). Frente ao exposto, elaborou-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁ – A qualidade da informação contábil está relacionada positivamente com o tamanho das entidades do terceiro setor.

Um estudo realizado por Doyle, Ge e McVay (2007b) examinou as determinantes das deficiências do controle interno sobre os relatórios financeiros. Dentre as variáveis analisadas, identificou-se que as organizações mais jovens possuem maior deficiência nos seus controles internos. Os autores argumentam que quanto mais velha a empresa, maior é a probabilidade de que as falhas dos seus controles e procedimentos internos estejam sanadas.

O tempo de constituição, ou também como pode ser denominado a idade, também é apontada pela literatura como uma característica de reputação, a qual remete a conotação de que quanto mais antigas, mais experientes são essas entidades (CRUZ, 2010).

Beisland e Mersland (2013) afirmam que o tempo de constituição das organizações pode afetar a qualidade das informações contábeis, tendo em vista que, com o passar do tempo, as organizações vão adotando práticas e mecanismos que levam a maior nível de profissionalização, garantindo que os relatórios contábeis tenham maior utilidade aos seus usuários. Dessa forma, constitui-se a segunda hipótese do estudo:

H₂ – Existe uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e o tempo de constituição das entidades analisadas.

A auditoria tem como sua principal função o exame dos registros contábeis, certificando a confiabilidade dos dados fornecidos pelas entidades (ANTHONY, 1999). Dechow, Ge e Schrand (2010) e Francis e Ke (2006) apontaram que a realização da auditoria pelas grandes firmas de auditoria está relacionada a maior nível de qualidade das demonstrações contábeis, em comparação quando a auditoria é realizada por empresas de auditoria menores.

Cardozo (1989), Power (2003), Jegers (2002); Jegers (2008) e Puyveld et al. (2012) argumentam que a realização da auditoria nas demonstrações contábeis das organizações sem fins lucrativos assegura maior nível de confiabilidade dos dados financeiros, fazendo com que os relatórios contábeis sejam mais confiáveis do que os relatórios daquelas entidades que não são examinadas por auditores externos.

Souza, Carvalho Junior e Albuquerque (2012) investigaram a percepção de contadores e não contadores sobre as contribuições da auditoria independente para o aumento no nível de confiabilidade e transparência das demonstrações contábeis das organizações do terceiro setor. Os resultados apontaram que tanto contadores como não contadores consideram que a auditoria externa possui um alto grau de credibilidade para melhorar a confiabilidade e transparência dos relatórios financeiros dessas organizações. A partir disso elabora-se a terceira hipótese dessa pesquisa.

H₃ – Organizações sem fins lucrativos que possuem auditoria externa apresentam maior nível de qualidade da informação contábil.

A partir dos dados coletados por meio do instrumento de pesquisa e posterior aplicação das técnicas estatísticas, será possível aceitar ou refutar as hipóteses supracitadas. O aceite da H₁, infere-se que o tamanho das entidades influencia o processo de elaboração das informações contábeis, melhorando o nível de divulgação das informações, o que significa que entidades maiores tendem a divulgar mais informações do que as menores, o que resulta em maior qualidade da informação contábil reportada, da mesma forma a H₂, a qual se for confirmada, demonstrará que o tempo de constituição, ou seja, a experiência das entidades, influencia no nível de divulgação, o que significa que entidades mais experientes possuem uma tendência a possuir melhor índice de qualidade da informação contábil. Já a H₃, caso se aceite, infere-se que organizações sem fins lucrativas auditadas possuem uma tendência em apresentar maior nível de divulgação e com isso, a realização de auditoria independente nas demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos influencia para um maior nível de qualidade da informação contábil.

1.5 JUSTIFICATIVA

Toda investigação parte de problemas os quais se pretende solucionar, visando trazer contribuições ao meio teórico, social e prático. Frente a isso existem razões relevantes para se

investigar a qualidade das informações contábeis e sua utilidade para os usuários, mais especificamente, no caso deste estudo, das entidades do terceiro setor.

No campo teórico, este estudo, além de discutir a qualidade da informação contábil, que já é amplamente estudada no meio científico, visa abordá-la em um campo ainda pouco explorado, que é o contexto do terceiro setor. De acordo com Cruz (2010), ainda são poucos os estudos realizados sobre o terceiro setor no Brasil e na América Latina, o que demonstra a originalidade da pesquisa.

Com este estudo pretende-se ampliar a discussão teórica e auxiliar no desenvolvimento da literatura acerca das informações contábeis e da sua importância para as entidades do terceiro setor, auxiliando assim no desenvolvimento da literatura nacional.

No âmbito social, investigar as entidades do terceiro setor é de suma importância devido à relevância destas organizações no meio econômico e social. Pesquisa realizada por Salamon e Anheir (1998) investigou a dimensão das organizações sem fins lucrativos em 35 países. Os resultados desse estudo apontam que no período de 1995 a 1998, considerando o somatório dos países analisados, os gastos do setor representavam 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Os autores identificaram ainda que na América Latina tais gastos eram um pouco maiores do que em países desenvolvidos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, no Brasil, as despesas destas instituições representavam 1,4% do PIB. Estes dados demonstram a importância destas entidades no contexto econômico e social no cenário internacional e nacional.

Beisland e Mersland (2013) argumentam que “investigar a qualidade da informação contábil no contexto do terceiro setor é de suma importância para as entidades, para os usuários e também no meio acadêmico”.

Investigar a qualidade da informação contábil de uma organização sem fins lucrativos é tão importante quanto para as entidades de capital aberto, pois um grande grupo de partes interessadas, tais como doadores, governo, sociedade, colaboradores, gestores, fornecedores e usuários, preocupam-se e precisam saber informações sobre os ganhos da entidade, a fim de que se possa conhecer o seu desempenho econômico e financeiro. Doadores, credores e demais usuários não querem se envolver com entidades que não sejam sustentáveis financeiramente (BEISLAND; MERSLAND, 2013).

No contexto prático este estudo se justifica basicamente por três aspectos: (i) contribuir para que as organizações do terceiro setor compreendam a utilização da contabilidade como mecanismo de informações aos seus investidores, credores e usuários; (ii) contribuir com informações que auxiliem e sirvam como forma de orientação aos órgãos

normatizadores na elaboração de novos mecanismos e normas para o fornecimento de informações úteis por meio das demonstrações contábeis por parte destas entidades.

Além dos aspectos citados, esse estudo visa contribuir também para o desenvolvimento do Grupo de Pesquisas em Teoria da Contabilidade e Contabilidade Internacional, da linha de pesquisa em Contabilidade Financeira do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro apresenta-se o problema da pesquisa, são definidos os objetivos, apresentadas as hipóteses e a justificativa para a realização do estudo, além da descrição da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo contempla a fundamentação teórica do estudo. São tratados os aspectos teóricos, conceitos e estudos realizados no âmbito da temática em discussão. Inicialmente é apresentada a teoria de base do estudo, a Teoria da Agência, seguida pelo seu desenvolvimento e o foco na assimetria da informação. Na sequência, realiza-se uma explanação sobre o contexto do terceiro setor, a sua relevância no contexto nacional e, por fim, a discussão fundamentada acerca da importância da informação contábil para estas organizações. Finaliza-se o capítulo com as conceituações acerca das características qualitativas das informações contábeis, enfocando as que foram utilizadas para realização do estudo e ainda, as que devem ser consideradas pelas organizações sem fins lucrativos.

Finalizada a fundamentação teórica, inicia-se o capítulo três com os aspectos metodológicos do estudo, sendo abordado o seu delineamento, a população e amostra, bem como ocorreu a coleta e análise dos dados. Neste capítulo apresenta-se ainda o desenho metodológico e as limitações da pesquisa.

No quarto capítulo são apresentadas as análises realizadas, fundamentadas com base na literatura preconizada, além dos resultados da investigação empírica. Por fim, no último capítulo, são destacadas as conclusões obtidas ao final da investigação, além das recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo contempla a fundamentação teórica do estudo, inclui a Teoria da Agência, base teórica do presente estudo, além dos temas Terceiro Setor e Qualidade da Informação Contábil.

2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

A Teoria da Agência passou a receber atenção a partir dos estudos seminais de Spence e Zeckhauser (1971) e Ross (1974), sendo desenvolvida anos depois por Jensen e Meckling (1976) e Fama e Jensen (1983), podendo ser apontada ainda como uma teoria multidisciplinar, pois ela vem sendo utilizada por estudiosos de diversas áreas como a sociologia, política, economia, marketing entre outras.

Spence e Zeckhauser (1971) analisaram a complexidade das relações existentes no mercado de seguros. Os autores criaram cinco situações para investigar o efeito da informação sobre as ações de indivíduos em relação às agências de seguros, bem como, os custos/riscos das agências de seguro para monitorar o comportamento dos seus segurados. Os resultados apontaram que os segurados somente modificarão seus comportamentos quando houver aumento na sua recompensa. Assim, as seguradoras podem estar cientes dos problemas existentes, mas não conseguem superá-los.

Ross (1974) analisou os efeitos da remuneração paga aos gestores (agente) no alinhamento dos interesses dos acionistas (principal), não levando a discussão para um cenário de barganha, mas sim, como forma de elevar o comprometimento dos agentes para agir em prol dos objetivos dos acionistas. Em seu estudo o autor afirma que a relação de agência é um dos modos mais antigos e mais comuns de interação social, a qual surge entre dois ou mais sujeitos, sendo um designado como agente, o qual atua como representante do outro, designado o principal.

Ambos os estudos podem ser apontados como os primeiros estudos que apresentaram formalmente a relação de agência, por meio da análise da estrutura dos rendimentos pagos aos gestores (agentes) no alinhamento dos interesses dos acionistas (principal), e contribuem para o entendimento do comportamento oportunista dos indivíduos para obtenção de ganhos maiores.

Assim, é possível apontar que, como outras teorias, a Teoria da Agência surgiu a partir da abordagem de mercado, tendo como pressuposto que os seres humanos possuem uma

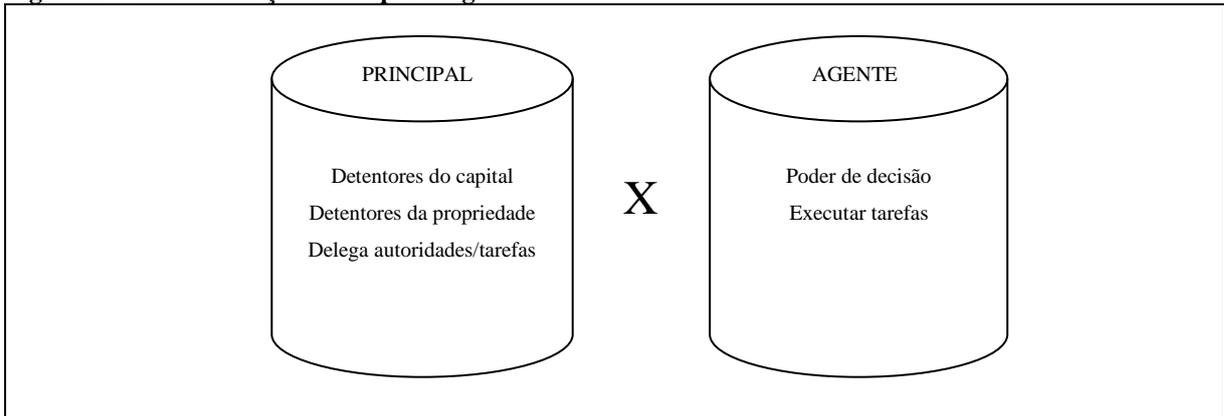
racionalidade limitada, engenhosos, interesseiros e propensos ao oportunismo (JENSEN; MECKLING, 1976; JENSEN; MECKLING, 1994; EISENHARDT, 1989).

Pinto Jr. e Pires (2000) apontam que a Teoria da Agência é uma vertente da Teoria dos Contratos, pois os contratos implicam na definição de rotinas, direitos e deveres a serem seguidos pelas partes envolvidas, em que um dos contratantes decide pelos dois. De acordo com Nossa, Kassai e Kassai (2000), a existência dos contratos se dá em razão das imperfeições do ambiente informacional e da racionalidade limitada dos agentes econômicos.

A relação de agência pode ser definida como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (principal) envolvem outra pessoa (agente) para realização de alguma atividade em seu nome, por meio da delegação de alguma autoridade para que o agente possa tomar decisões (JENSEN; MECKLING, 1976; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001).

Conforme se pode observar, o sistema de referência da Teoria da Agência são as relações contratuais, em que a firma é vista como uma rede de contratos que estão intercalados em vários sentidos e em diferentes partes da organização. É importante frisar que estes contratos não são necessariamente formalizados, mas na sua grande maioria são estabelecidos por meio de relações que não pressupõem existência física (ou tangível) de um contrato, existindo tão somente no plano informal (MARTINEZ, 1998). Portanto, pode-se afirmar que a Teoria da Agência possui como base para seus pressupostos a existência de um contrato, tácito ou formalizado, pelo qual o principal incube o agente de desenvolver alguma atividade de seu interesse.

Nesta relação contratual surge como integrante a figura de um sujeito ativo, o qual é consagrado pela literatura como o Principal, e o sujeito passivo, no caso o Agente, o qual realizará algo pelo principal (MARTINEZ, 1998; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001). Assim, depreende-se que a Teoria da Agência visa estudar e explicar mecanismos que levam ao equilíbrio nesta relação. Na Figura 1 busca-se demonstrar a caracterização do principal e do agente.

Figura 1 – Caracterização Principal x Agente

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam as seguintes prerrogativas quanto à figura do principal: (i) avaliador de informações; (ii) é quem exerce a opção de escolha do sistema de informação; e (iii) o determinador da função de utilidade essencial, ou seja, quem determina as funções e informações úteis a serem repassadas e realizadas pelos agentes. Os autores ainda apontam que cabe aos agentes assumir compromissos e obrigações em nome do principal: (i) tomar decisões em nome do principal; (ii) garantir a execução das ações em benefício das partes; (iii) considerar e respeitar a utilidade do principal sempre que possível.

O estudo de Spence e Zeckhauser (1971), apesar de não apresentar de forma explícita a Teoria da Agência, apresenta uma das primeiras manifestações científicas acerca dos problemas de agência e os custos de agência.

De acordo com Coase (1937), os conflitos de agência representam um elemento essencial dentro de uma relação contratual da firma, em que a relação entre agente e principal é sempre conflituosa, pois um agente age em nome do principal e os objetivos destes não são os mesmos.

A preocupação da Teoria da Agência está focada em dois problemas que podem ocorrer nas relações de agência. O primeiro é inerente aos conflitos de interesse entre os objetivos do principal e do agente e, conseqüentemente, o custo e a dificuldade do principal para verificar as atividades do agente e se estas estão sendo realizadas adequadamente. O segundo problema está relacionado à partilha do risco, em que o agente e o principal podem preferir ações diferentes por causa das diferentes preferências quanto ao risco (EISENHARDT, 1989).

A partir do seu desenvolvimento nas raízes da economia da informação, a Teoria da Agência apresenta-se em duas linhas, Positivista e Principal-Agente (EISENHARDT, 1989). As duas vertentes compartilham o contrato como o instrumento de análise, sendo que a

diferença entre elas encontra-se no rigor matemático no tratamento do problema de agência, na variável dependente utilizada e no estilo (EISENHARDT, 1989; FONTES FILHO, 2004).

Na linha positivista da Teoria da Agência os pesquisadores se detêm no estudo e análise de situações em que o principal e o agente possuem objetivos conflitantes. Além disso, procuram descrever mecanismos de governança que levam a diminuição na autonomia do agente na realização das suas atividades, visando investigar as consequências comportamentais da relação conflitante (EISENHARDT, 1989).

Nesta vertente positivista destacam-se os estudos de Jensen e Meckling (1976), Fama (1980) e Fama e Jensen (1983). Jensen e Meckling (1976) analisaram a estrutura de propriedade das organizações por meio da inclusão dos gestores na participação do capital e a influência desta estratégia no alinhamento dos interesses entre administradores e proprietários. Fama (1980) analisou a eficiência das ações da organização no mercado de capitais como forma de controle do comportamento autônomo de altos executivos. Fama e Jensen (1983) descreveram a utilização do conselho de administração como uma forma de sistema de informação para controlar e monitorar o oportunismo de altos executivos dentro das organizações.

Enquanto a linha positivista é de caráter descritivo, a vertente principal-agente possui um caráter prescritivo, pois visa analisar os mecanismos que levam os administradores na maximização dos resultados (FONTES FILHO, 2004). Os pesquisadores desta vertente estão preocupados em demonstrar uma teoria geral, ou seja, que a Teoria da Agência pode ser utilizada para análise de qualquer tipo de relação, desde que haja um principal e um agente (PRATT; ZECKHAUSER, 1985; EISENHARDT, 1989), tornando assim, a teoria mais testável e com implicações gerais.

As relações de agência possuem maior alinhamento quando ocorre o alcance de algumas premissas como: (i) os agentes não possuem informações ocultas, ou seja, ausência da assimetria informacional, o que leva o principal a saber o que é uma ação eficiente e qual o resultado esperado; (ii) o principal tem completa informação sobre as ações realizadas e resultados alcançados; (iii) os agentes são conscientes do que receberão com a conduta alinhada ao interesse do principal, atuando assim, sob baixo nível de risco (MENDONÇA; ROCHA, 2004).

Torna-se importante ressaltar que o reconhecimento da Teoria da Agência pela análise da relação entre principal e agente não se restringe apenas à condição de que o principal é o proprietário ou acionista, e o agente o gestor, diretor ou gerente de uma organização. A teoria pode ter caráter amplo e referir-se a diferentes formas de relações, com

diferentes atores inter ou intraorganizacionais e ainda em qualquer ambiente de relações humanas (BRISOLA, 2004).

Nas organizações sem fins lucrativos também é observável a relação de agência, uma vez que possuem relações bilaterais com seus *stakeholders*. Nesse tipo de organização os principais são todos os doadores, voluntários, usuários que, de alguma forma, aportam capital à entidade, enquanto os agentes são os gestores dessas organizações, que gestam esses recursos. Assim, os principais transferem aos agentes (gestores) a responsabilidade de realização das tarefas e tomadas de decisão em nome da instituição (FAMA; JENSEN, 1983; BEN-NER; VAN HOOMISSEN 1991; ABZUG; WEBB, 1999 MENDONÇA; ROCHA, 2004).

De forma geral, o problema de agência entre principal-agente está ligado a aspectos de informação e sistemas de incentivos. Portanto, as razões para a ocorrência dos problemas de agência nem sempre estão relacionadas a questões de motivação e diferenças nos objetivos entre principal e agente. Podem estar fundamentadas também em aspectos relacionados à assimetria da informação (FONTES FILHO, 2004).

2.1.1 Assimetria de Informação

A existência da assimetria de informação nas organizações produtivas modernas é um dos alvos de estudo da Teoria da Agência, a qual tem como pressuposto básico a separação entre a propriedade e controle nessas organizações (FRANÇA, 2005). A Teoria da Agência preconiza que nas relações contratuais da firma sempre existirão conflitos entre principal e agente. Como fruto desses conflitos de interesses surge a assimetria informacional, a qual postula que dentro das organizações, certos grupos possuem informações mais privilegiadas do que outros (MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001; ALBUQUERQUE et al., 2007).

O ocultamento e manipulação de informações afeta diretamente a relação entre principal-agente, pois desencadeia diferentes níveis de conhecimento e ações que comprometem uma gestão transparente e eficiente, principalmente em relação à confiança e comprometimento entre as partes (WILLIAMSON, 1985; NILSSON, 2001). Williamson (1985) menciona que a assimetria de informação é o fenômeno em que alguns agentes possuem mais informações do que outros, ou ainda, do que o principal, o que leva a um ambiente incerto e inseguro.

Hendriksen e Van Breda (199) mencionam que os trabalhos mais recentes no âmbito da Teoria da Agência estão focados nos problemas decorrentes de informações incompletas, ou ainda, quando nem todos os envolvidos possuem as mesmas informações e, conseqüentemente, não são consideradas no processo de tomada de decisão. São essas situações que são definidas pela literatura como assimetrias informacionais.

A assimetria informacional é um fenômeno comum dentro das organizações, haja vista que o divórcio entre a propriedade e a gestão leva a diferenças de objetivos almejados pelo Principal e pelo Agente nas atividades organizacionais (FRANÇA, 2005).

Como se pode observar, a assimetria de informação é uma das vertentes de análise da Teoria da Agência, a qual parte do pressuposto que em uma relação contratual, a separação entre propriedade e controle pode ocasionar que uma das partes possa ter informações privilegiadas.

Conforme já citado, a Teoria da Agência baseia-se na relação conflituosa entre os atores (principal e agente), considerando a existência de seres humanos engenhosos e oportunistas. Williamson (1985) afirma que, de modo geral, o oportunismo refere-se à divulgação distorcida ou incompleta de informações, principalmente as que são realizadas no intuito de distorcer, disfarçar ou de qualquer maneira confundir um dos atores. As atitudes oportunistas são as responsáveis pela assimetria informacional dentro das organizações, que podem levar a complicados problemas de caráter econômicos e organizacionais.

A assimetria informacional pode ser caracterizada em dois tipos de situação existentes na relação entre principal e agente: ações encobertas ou risco moral (*hidden actions* ou *moral hazard*) e informações encobertas ou seleção adversa (*hidden information* ou *adverse selection*). É possível apontar então que as situações descritas decorrem da assimetria informacional existente nas organizações e, de acordo com a literatura preconizada, pode levar ao surgimento de problemas da assimetria informacional. Arrow (1985) afirma que os nomes risco moral e seleção adversa advém das teorias sobre seguros, uma vez que foi no mercado segurador que estes problemas foram inicialmente observados. Esses são pontos centrais às análises da Teoria da Agência no que tange à assimetria informacional (FONTES FILHO, 2004).

Williamson (1985) relata que em uma relação onde uma das partes possui informações privilegiadas pode levar a dois tipos de problemas transacionais, que são o risco moral e a seleção adversa. O primeiro refere-se à possibilidade do agente em utilizar-se de informações para se beneficiar. A seleção adversa ocorre devido ao fato dos tomadores de

capital conhecerem melhor a sua capacidade de saldar a dívida em relação ao detentor do capital.

A seleção adversa (*adverse selection/hidden information*) ocorre quando o agente possui certas informações importantes que não são conhecidas pelo principal, ou seja, as informações encobertas são decorrentes das situações em que o agente possui informações privilegiadas acerca das oportunidades de negócio da firma. Nesse caso, somente o agente tem as informações e diretrizes adequadas sobre como ele deve utilizar as suas informações individuais para alcançar os objetivos do principal (ARROW, 1985; SALANIÉ, 2000; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001; FRANÇA, 2005). Um exemplo clássico desta situação é o caso dos contratos de seguro de vida, em que o assegurado (agente) pode saber algo a seu respeito e não informar à seguradora (principal). A solução para esse problema é a estimulação de sinais pelo principal antes da assinatura do contrato, por meio de questionamentos diretos ao agente, de forma a adiantar informações individuais sobre suas ações (ARROW; 1985; KREPS, 1990; SALANIÉ, 2000; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001).

O risco moral (*moral hazard/hidden action*) ocorre quando o principal não pode monitorar de forma adequada as ações desenvolvidas pelo agente no cumprimento das suas atividades após firmar o contrato, ou seja, as ações encobertas referem-se ao descobrimento pelo principal do empenho do agente na realização das suas atividades, o que demonstra assim, que apenas o agente possui informações sobre as suas ações (ARROW, 1985; SALANIÉ, 2000; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001; FRANÇA, 2005). Portanto, os esforços que o agente fará no intuito de alcançar os objetivos desejados pelo principal não são conhecidos por este, que por sua vez, sabe que as ações do agente afetam a sua utilidade (KREPS, 1990). Os exemplos clássicos de risco moral são os contratos de seguro contra incêndio, em que o segurado (agente) não se importa com determinados cuidados no manuseio de produtos inflamáveis, em virtude da existência do seguro. Como solução nesses casos, a teoria sugere a utilização de incentivos que orientem a ação do agente para os objetivos do principal (ARROW, 1985; KREPS, 1990; SALANIÉ, 2000; MACHO-STADLER; PÉREZ-CASTRILLO, 2001; FONTES FILHO, 2004; FRANÇA, 2005).

De forma geral e por meio da sua vertente prescritiva, a Teoria da Agência sugere ao principal a utilização de instrumentos de controle e monitoramento do agente, como uma forma de minimizar a assimetria de informação e seus problemas, mas principalmente as possibilidades de um comportamento oportunista.

A assimetria de informação está presente tanto no ambiente externo quanto interno de uma organização. No ambiente externo ela existe na relação entre os usuários externos da informação contábil com os administradores. No ambiente interno entre a alta cúpula de administração e os usuários internos, que representam interesses dos externos, além de gestores responsáveis pela elaboração dos fatos econômicos que necessitam da utilização de recursos para geração de resultados (NASCIMENTO; REGINATTO, 2008).

Assim como a Teoria da Agência, a assimetria de informação transita em diversas áreas do conhecimento, porém, a origem do seu estudo e da análise dos seus efeitos se deu no campo das finanças, em que pesquisadores como Williamson (1985), Arrow (1985), Wruck (1989) e Hertzfel e Smith (1993) investigaram a sua influência sobre o preço dos ativos. Outras pesquisas, como as de Fischer, Frederickson e Peffer (2002), Fischer et al. (2002), Lau e Enggletton (2003), Kren e Maiga (2007), Levaggi (2008) e Kyj e Parker (2008) analisaram-na no contexto do aspecto orçamentário. Mais recentemente, os estudos de Dawson (2011), Wennberg et al. (2011) e Dehlen et al. (2014) deram atenção substancial no campo do empreendedorismo e sucessão familiar.

A partir dos estudos supracitados, pode-se apontar que a assimetria informacional pode estar presente nas mais diversas relações, tanto nas organizações privadas, públicas, como também no terceiro setor.

Na área privada, os estudos têm focado principalmente os efeitos que informações assimétricas possuem sobre o preço dos ativos (WRUCK, 1989; HERTZEL; SMITH, 1993; ALBANEZ; VALLE, 2009; LU; LI; WU, 2011; FONSEKA; COLOMBAGE; TIAN, 2014), na negociação de compra e venda de empresa (HOWORT; WESTHEAD; WRIGHT, 2004), na sucessão familiar (DAWSON, 2011; WENNBURG et al., 2011; DEHLEN et al., 2014), no âmbito gerencial (FISCHER; FREDERICKSON; PEFFER, 2002; FISCHER et al., 2002; LAU; ENGGLETON, 2003; KREN; MAIGA, 2007; BERTOLIN et al., 2008; LEVAGGI, 2008; KYJ; PARKER 2008; FARIA et al., 2011), entre outros.

Já no contexto da gestão pública, os pesquisadores (SLOMSKI et al., 2008; MANN; WÜSTEMANN, 2010; BAIRRAL; FERREIRA; BALRRAL, 2012) apontam que existe assimetria de informação, uma vez que os gestores públicos (agentes) possuem mais informações do que a sociedade (principais). Nesses casos, a prestação de contas é uma forma de reduzir a assimetria existente.

No terceiro setor estudos como os de Fama e Jensen (1983), Oster (1996), Miller (2002), Miller-Millesen (2003), Mota, Ckagnzaroff e Amaral (2007), Rezende et al. (2008), Callen, Klein e Tinkelman (2010), Nascimento, Santo e Vicente (2012) e Wellens e Jegers

(2014) analisaram os mecanismos para a diminuição da assimetria informacional nas relações entre agentes e principais.

Com base no exposto, pode-se trazer essa realidade para o contexto das organizações sem fins lucrativos, em que a contabilidade surge como um instrumento de controle, monitoramento, transparência e *accountability* na relação entre os principais e os agentes.

Já no contexto do terceiro setor, mais especificamente, pode-se argumentar que no processo de gestão também ocorre o fenômeno de assimetria informacional, uma vez que principal e agente possuem tanto informações diferentes, quanto também, em alguns casos, objetivos diferentes.

2.1.2 Teoria da Agência e a Informação Contábil no Terceiro Setor

As organizações sem fins lucrativos encontram-se no centro de múltiplas relações bilaterais com grupos interessados. Essas organizações são fundadas e controladas por partes interessadas no seu produto final, em algum serviço para si mesmas, ou então para benefício de outros (BEN-NER; VAN HOOMISSEN 1991; ABZUG; WEBB, 1999).

Diferente do segundo setor, em que os detentores do capital estão interessados na maximização e distribuição dos lucros, no terceiro setor os doadores e interessados nessas organizações visam a utilização de seu produto e na continuidade dos serviços prestados.

As organizações sem fins lucrativos, apesar de não distribuir resultados, também possuem uma relação de agência entre os gestores da organização (agentes) e os seus doadores e voluntários (principais) (FAMA; JENSEN, 1983; MENDONÇA; ROCHA, 2004). Além dos doadores, essas instituições ainda possuem como atores principais todos os seus usuários, ou seja, todos os que aportam capital, seja pela doação ou ainda pelo pagamento de taxas, contribuições, o conselho de administração, os conselhos fiscais, entre outros. Tais usuários transferem para os administradores destas entidades a responsabilidade para realizar as tarefas e tomarem decisões em nome da organização.

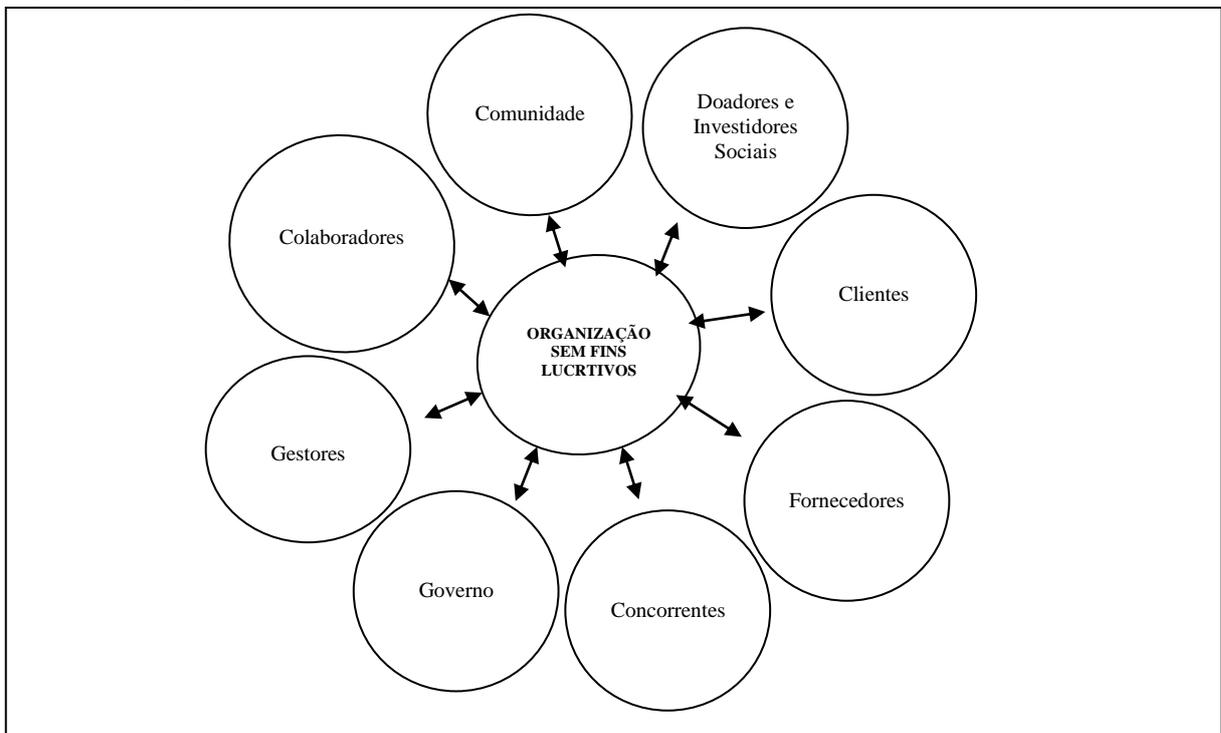
O papel e o comportamento das organizações sem fins lucrativos como agentes em relação às suas partes interessadas (principais) pode ser visto da mesma forma que o relacionamento entre os gestores em relação aos proprietários de uma organização com fins lucrativos (HANSMANN, 1987; ABZUG; WEBB, 1999). Os conflitos de interesse entre o principal e os agentes dessas organizações ocorrem, pois nem sempre os interesses dos principais são condizentes com os objetivos da entidade e de seus fundadores e gestores.

No setor privado, a identificação do agente e do principal é explícita, os diretores e gerentes devem agir em prol dos interesses dos acionistas, objetivando maior retorno ao principal. Já no terceiro setor tal identificação não é tão clara. Mesmo que na literatura exista consenso de que os diretores dessas organizações sejam agentes, não existe ainda a definição de uma única figura como principal, uma vez que essas instituições possuem investidores sociais, usuários, credores e governo, que estão interessados na realização, por parte dos diretores, de uma gestão adequada dos recursos da entidade e cumprimento dos seus fins sociais (MILLER, 2002).

Hansmann (1987), ao tratar dos problemas de agência no contexto das organizações sem fins lucrativos, exemplifica uma situação em que o doador (principal) não pode facilmente monitorar o desempenho do agente (a organização) para a qual destinou o seu capital, maximizando a possibilidade do agente em agir conforme os seus próprios interesses e não de acordo com os do principal.

Para que se possa compreender a relação de agência nas organizações sem fins lucrativos, faz-se necessário elucidar sobre os tipos de relações múltiplas existentes neste contexto. A partir da obra de Abzug e Webb (1999), apresenta-se na Figura 2 a caracterização das relações proeminentes no terceiro setor.

Figura 2 – Relações existentes no contexto do Terceiro Setor



Fonte: Adaptado de Abzug e Webb (1999).

Na Figura 2 observa-se que as organizações sem fins lucrativos possuem uma gama de relações, nas quais, de acordo com Puyveld et al. (2012), é possível observar uma relação de agência, fundamentada em uma relação contratual, em que objetivos e responsabilidades são passados dos principais ao agente, porém, nem sempre seus objetivos (principal x agente) são os mesmos. Puyveld et al. (2012) mencionam ainda a figura dos voluntários na relação principal e agente, apesar deste ainda ser muito pouco discutido na literatura sob essa vertente.

No âmbito das organizações sem fins lucrativos, de acordo com Cruz (2010), existe uma relação de agência entre os gestores da instituição e seus investidores, governo e usuários, em que expectativas e recursos são alocados, gerando a necessidade de retorno e prestação de contas.

No contexto do terceiro setor podem ser visualizadas relações entre principal-agente tanto no ambiente interno quanto externo. No ambiente externo citam-se as relações dos doadores com os diretores das organizações sem fins lucrativos; dos consumidores, clientes e membros com os diretores dessas organizações; além de outras entidades que se utilizam das organizações sem fins lucrativos como agentes. No ambiente interno é possível apresentar as relações entre os conselhos de administração (curador) e diretivos com os gerentes dessas organizações como agentes; diretores e gerentes com os funcionários como seus agentes, e ainda; diretores e gerentes com os voluntários como seus agentes (PUYVELD et al., 2012; WELLENS; JEGERS, 2014).

Andres-Alonso, Cruz e Romero-Merino (2006) apontam que é de fácil percepção que os objetivos da equipe de gestão das entidades sem fins lucrativos podem ser diferentes dos interesses gerais dos doadores. Conseqüentemente, as decisões tomadas pelos gestores também podem divergir dos objetivos da organização. Já na visão oportunista da Teoria da Agência, Glaeser e Shleifer (2001) e Glaeser (2001) apontam que apesar da não possibilidade de distribuição de lucros nessas organizações, os gestores podem ser beneficiar dos ganhos dessas entidades por meio de gratificações, como a melhoria do seu ambiente de trabalho.

Em uma perspectiva normativa, as entidades do terceiro setor podem ter vários “donos”, os quais devem ser definidos e reconhecidos pelo conselho de administração dessas organizações (SMITH, 1995; CARVER, 1997; HOULE, 1997; MILLER, 2002). Para Carver (1997), os proprietários podem ser tanto os clientes, quanto os funcionários, contribuintes, os cidadãos, os fornecedores ou ainda outros interessados nessas organizações. Nesta visão, cada proprietário pode ter reivindicações, objetivos e expectativas diferentes para os recursos organizacionais.

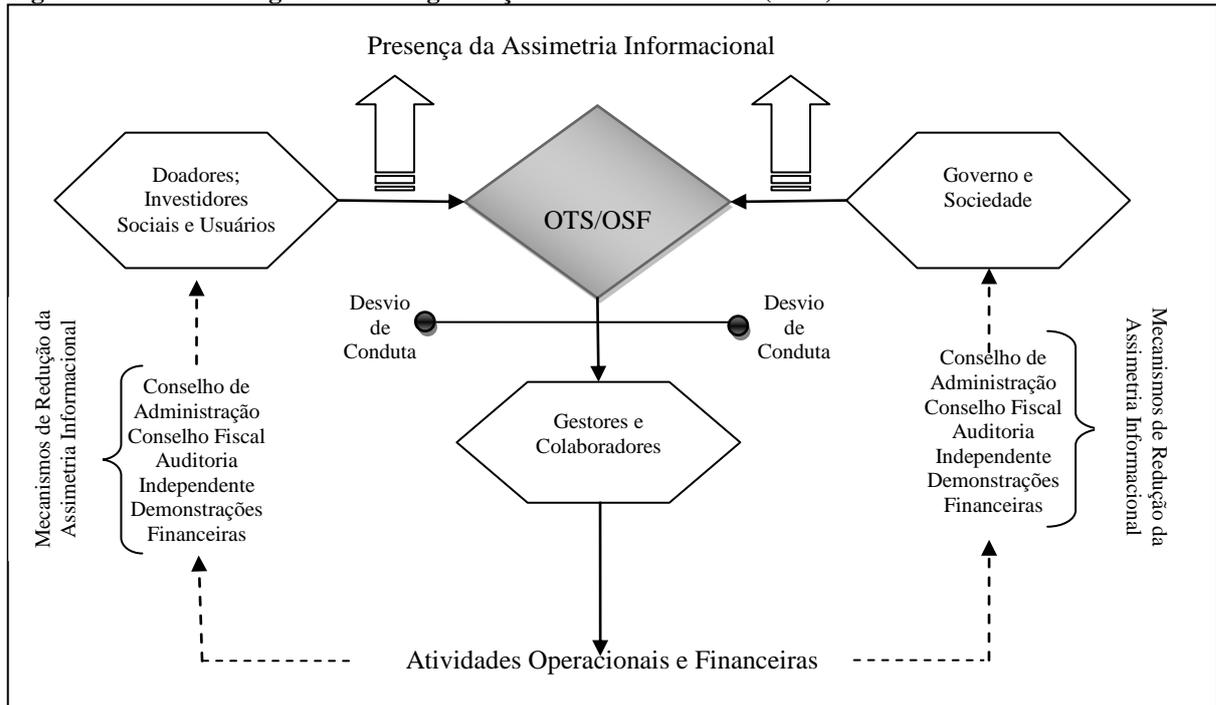
Os problemas de agência no terceiro setor podem decorrer das diferenças nos objetivos entre principal-agente, que levam a necessidade da implantação de mecanismos para auxiliar o principal no monitoramento do agente, surgindo assim, os custos de agência que podem ser custos para implantação de mecanismos para controle e vigilância do oportunismo dos gestores, que agem em benefício próprio, bem como de problemas oriundos da assimetria de informação.

Diversos estudos já foram realizados nas organizações sem fins lucrativos sob a ótica da Teoria da Agência. Estudos como os de Ben-Ner e Van Hoomissen (1991), Abzug e Webb (1999), Glaeser e Shleifer (2001), Glaeser (2001), Andres-Alonso, Cruz e Romero-Merino (2006) e Puyveld et al. (2012) analisaram os conflitos e problemas de agência presentes nestas organizações. Porém, grande parte dos estudos são voltados aos mecanismos para monitoramento, controle do agente e diminuição da informação assimétrica entre os atores dessa relação, como os de Fama e Jensen (1983), Oster (1996), Miller (2002), Miller-Millesen (2003), Mota, Ckagzaroff e Amaral (2007), Rezende et al. (2008), Callen, Klein e Tinkelman (2010), Nascimento, Santo e Vicente (2012) e Wellens e Jegers (2014).

É na perspectiva dos mecanismos de controle, monitoramento e minimização da assimetria informacional que a contabilidade se mostra como ferramenta de suma importância. Rezende et al. (2008), em um estudo sobre o nível de divulgação das informações operacionais, financeiras e econômicas dos clubes brasileiros, apresentam um fluxo das relações de agência e os custos de monitoramento nessas organizações. Na Figura 3 adaptou-se o fluxo apresentado por esses autores para ilustrar a aplicação da Teoria da Agência no âmbito das organizações do terceiro setor.

Observa-se na Figura 3 a adequação dos pressupostos básicos da Teoria da Agência, em que é possível visualizar a figura dos agentes e dos principais, bem como os focos de possíveis conflitos nas relações de agência. As setas contínuas indicam possíveis pontos de conflitos de agência, os quais são derivados da execução das atividades operacionais e financeiras. Tais atividades são as áreas sob controle dos gestores, colaboradores e voluntários (agentes), e que estão sob serviço do principal (doadores, investidores sociais, governo, sociedade, usuários e demais interessados). Já as setas tracejadas demonstram os campos de execução das atividades operacionais e financeiras, o que pode levar a um campo de geração de conflitos, e ainda os mecanismos que podem ser utilizados para a minimização do oportunismo e assimetria da informação.

Figura 3 – Teoria da Agência nas Organizações do Terceiro Setor (OTS)



Fonte: Adaptado de Rezende et al. (2008).

Como se pode observar na Figura 3, os mecanismos que podem ser utilizados na minimização da assimetria de informação existente entre os agentes e os principais são os conselhos de administração e fiscal, as demonstrações financeiras e a auditoria independente.

Os estudos de Miller (2002), Miller-Millesen (2003) e Wellens e Jegers (2014) argumentam que os conselhos são mecanismos que podem ser utilizados nas organizações sem fins lucrativos, como forma de monitoramento das ações dos agentes (gestores/diretores). Wellens e Jegers (2014) apontam ainda que dentre as práticas de governança dessas entidades, os conselhos representam um dos mecanismos que essas organizações podem utilizar como forma de defesa dos interesses dos seus *stakeholders*.

As pesquisas (MILLER-MILLENSEN, 2003; AGGARWAL; EVANS; NANDA, 2012) acerca da utilização dos conselhos corporativos (administração/fiscal/curador) na estrutura organizacional das entidades do terceiro setor tem mostrado resultados positivos, demonstrando que a existência desses conselhos faz com que os agentes realizem suas atividades em conformidade com os interesses do principal, com melhor gestão dos recursos da organização.

Outro mecanismo utilizado pelas organizações pode ser a auditoria independente, a partir do pressuposto que ela serve como uma garantia aos investidores sociais de que o capital doado é utilizado de forma adequada e para os fins dessas organizações (JEGERS,

2008; PUYVELD et al., 2012). A figura do auditor assegura maior nível de confiabilidade aos dados financeiros de uma organização, tornando assim as demonstrações contábeis auditadas mais confiáveis do que aquelas que não são examinadas por auditores externos (CARDOZO, 1989; POWER, 2003).

Kitching (2009) examinou a relação entre a auditoria e as doações em uma amostra de 228 entidades do terceiro setor dos Estados Unidos. Os resultados demonstram que a auditoria afeta as decisões de doação dos investidores sociais, ou seja, os doadores estão mais susceptíveis a realizar doações a organizações auditadas.

Souza, Carvalho Junior e Albuquerque (2012) investigaram a percepção de contadores e não contadores sobre as contribuições da auditoria independente para o aumento no nível de confiabilidade e transparência das demonstrações contábeis das organizações do terceiro setor. Os resultados apontaram que tanto contadores como não contadores consideram que a auditoria externa possui um alto grau de credibilidade para melhorar a confiabilidade e transparência dos relatórios financeiros dessas organizações.

A partir das pesquisas supracitadas, pode-se apontar que a auditoria é um dos mecanismos que podem ser utilizados para dar maior credibilidade às demonstrações financeiras das entidades do terceiro setor. Porém, para que a auditoria possa ser realizada, é necessária anteriormente a utilização da contabilidade.

A contabilidade também é vista como um mecanismo para a minimização da assimetria informacional no terceiro setor, pois é por meio do registro fidedigno dos fatos econômicos e financeiros que se originarão as demonstrações contábeis das organizações (FALK, 1992; HEALY; PALEPU, 2001; PARSONS, 2003; PARSONS, 2007; CRUZ, 2010). Tais demonstrações podem ser utilizadas como forma de controle e prestação de contas aos interessados nas organizações sem fins lucrativos.

A influência e relevância das informações contábeis para os investidores sociais já foi investigada no cenário internacional por Parsons (2003), Trussel e Parsons (2007), e Zhuang, Saxton e Wu (2011). No cenário nacional pode-se citar os estudos de Cruz (2010) e Carneiro, Oliveira e Torres (2011). Os resultados destes estudos apontam que as doações são afetadas pelas informações financeiras, ou seja, os doadores levam em consideração variáveis contábeis para a decisão de investir nessas entidades. Sendo assim, pode-se apontar que a contabilidade é um importante mecanismo para o controle, monitoramento dos agentes e ainda de minimização da assimetria informacional. Porém, também é considerada um custo de agência, pois é um desembolso necessário para que haja o controle nessas organizações.

Neste sentido, a demanda por relatórios financeiros confiáveis e o *disclosure* voluntário no terceiro setor são oriundas da assimetria da informação e do conflito de agência existente (HEALY; PALEPU, 2001). Para Parsons (2007, p. 182), “uma importante função dos relatórios financeiros e contábeis é auxiliar na análise e avaliação destas organizações”. Falk (1992) mencionam que a contabilidade possui um importante papel para a tomada de decisão, análise e avaliação dos usuários das entidades do terceiro setor. Sendo assim, a contabilidade surge como um mecanismo de informação que auxilia na mitigação da assimetria informacional.

Apesar de alguns críticos (ABZUG; WEBB; 1999; TSOUKAS; KNUDSEN, 2002) ainda argumentarem acerca da limitação da Teoria da Agência em explicar de forma restrita as relações existentes no mundo corporativo, e da necessidade de outras teorias como a Teoria dos *Stakeholders* (ABZUG e WEBB; 1999) para auxiliar no entendimento do contexto das organizações do terceiro setor, esse estudo utiliza a Teoria da Agência como base teórica. Parte-se do pressuposto que uma informação contábil de qualidade no cenário das entidades sem fins lucrativos é um mecanismo importante para a redução da assimetria informacional, e principalmente, como forma de avaliação, controle e monitoramento dessas entidades.

2.2 TERCEIRO SETOR

Esta seção inicia com a conceituação das entidades do terceiro setor, ou ainda como também podem ser chamadas, organizações sem fins lucrativos. No segundo momento apresenta-se o desenvolvimento e as teorias explicativas para o desenvolvimento dessas instituições. Por fim, discute-se o desenvolvimento e a presença do terceiro setor no cenário nacional.

2.2.1 Conceituação do Terceiro Setor

Nos Estados Unidos da América o terceiro setor é comumente definido pelo termo *third sector*, o qual é utilizado para se referir às organizações sem fins lucrativos. Também é utilizado o termo *nonprofit sector/organizations* (organizações sem fins lucrativos), ou ainda, *voluntary sector* (setor voluntário). Já na Inglaterra é definido pelo termo *charities* (caridades), o qual, de acordo com Albuquerque (2006) e Lima (2009), remete à obrigatoriedade da comunidade religiosa na realização das primeiras ações voluntárias e comunitárias.

A primeira utilização do termo “terceiro setor” se deu por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70. Na década seguinte passou a ser utilizada também pelos pesquisadores europeus, expressão utilizada para referir-se a um conglomerado de organizações que se apresentavam como uma alternativa para as desvantagens do mercado, em relação à maximização do lucro, e pelo governo pela sua burocracia (COELHO, 2002).

Atualmente pode-se apontar que a expressão terceiro setor é designada para definir as organizações de iniciativa privada sem fins lucrativos, que desenvolvem suas atividades para fins coletivos e públicos e para a geração do bem comum (SALAMON; ANHEIR, 1997; FISCHER, 2002; SILVEIRA, 2007; CRUZ et al., 2009), diferenciando-se do primeiro setor, por não pertencer à hierarquia do Estado, e do segundo setor por não visar a distribuição de seus resultados (lucros) aos seus fundadores e/ou associados (SILVEIRA, 2007).

Para Drucker (2003), as entidades do terceiro setor possuem valores e culturas diferentes do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo-setor), pois os seus fins são desempenhados para uma função social, definida por Cruz (2010, p.19) como a de “provocar a transformação nos seres humanos e na sociedade, embora cada uma delas tenha sua própria missão”.

Frente ao exposto, pode-se conceituar as organizações do terceiro setor como entidades sem finalidades de lucro que tem por objetivo promover ações de cunho social para atender necessidades públicas, de forma a promover o bem comum.

Silveira (2007) aponta que o conceito de terceiro setor ainda não está consolidado, devido a diversos estudos realizados sob diferentes égides. Por isso, apresenta um quadro com as conceituações realizadas pelos principais autores do tema, os quais são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Conceitos relativos ao Terceiro Setor

Autor	Conceito
Landin (1993, p.20)	Situa-se justamente num ponto do caminho que vai da caridade pessoalizada à ação pública governamental, não se confundindo com nenhuma das duas. Juridicamente, as “ONGs” são “sociedades civis sem fins lucrativos” e enquadram-se na legislação referente a esse tipo de organização.
Fernandes (2002, p. 27)	(…) pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.
Falconer (1999, p. 2)	<i>Terceiro setor</i> , entre todas as expressões em uso, é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, [...], à produção de bens públicos, como, por exemplo, a conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Apesar de tender a prevalecer, no Brasil, a expressão divide o palco com uma dezena de outros: não governamental, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, de base, associativas etc.
Paes (2013, p. 47)	(…) configuram-se como organizações do Terceiro Setor, ou ONGs – Organizações Não Governamentais, as entidades de interesse social sem fins lucrativos, como as associações, as sociedades e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes.
Hudson (2002, p. 08)	Têm basicamente um objetivo social em vez de procurarem gerar lucro; são independentes do Estado porque são administradas por um grupo independente de pessoas e não fazem parte de um departamento de governo ou de autoridades locais ou de saúde; reinvestem todo o seu saldo financeiro nos serviços que oferecem ou na própria organização.
ONU (2003, p. 26)	(a) “organizações que (b) são sem fins lucrativos e que, por lei ou costume, não distribuem qualquer excedente, que possa ser gerado, para seus donos ou controladores; (c) são institucionalmente separadas do governo, (d) são auto geridas; e (e) são não compulsórias”.

Fonte: Adaptado de Silveira (2007).

Para Coelho (2002), essa variedade de definições do terceiro setor demonstra uma imprecisão conceitual, o que aponta a dificuldade no enquadramento de uma diversidade de organizações em uma conceituação única.

A definição dada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e apresentada no Quadro 1 é convergente com as cinco características básicas destas entidades, apontadas por Salamon e Aneheir (1996), que são: (i) organização que é a formalização e institucionalização das entidades; (ii) privada, ou seja, institucionalmente separada do governo; (iii) sem fins lucrativos, assim não existe o retorno dos lucros aos sócios, diretores ou proprietários; (iv) auto governo, capacidade para controlar suas próprias atividades, e; (v) voluntária, em que existe um grau de participação de voluntários.

Hudson (2002, p. 8) apresenta como características básicas do terceiro setor:

- (i) possuem basicamente um objetivo social ao invés de obter lucro; (ii) são independentes do Estado porque são administradas por um grupo independente de pessoas e não fazem de um departamento de governo ou autoridades locais ou de saúde; (iii) reinvestem todo o seu saldo financeiro nos serviços que oferecem ou na própria organização.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC T 10.19 de (2000), define as entidades sem fins lucrativos como aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, que exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras em que suas finalidades são comunitárias e que podem ser constituídas sob forma de fundações públicas ou privadas ou sociedades civis.

2.2.2 Desenvolvimento do Terceiro Setor

O desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos pode ser explicada pela falha do mercado em atender as necessidades geradas pela insatisfação com a demanda dos bens públicos. Esta teoria prevê que a evolução do terceiro setor deve-se às falhas do Estado para fornecer as necessidades de bens públicos desejados pelas pessoas, os quais o mercado também não é capaz de fornecer (SALAMON; ANEHEIR, 1996).

Albuquerque (2006) aponta que o caos da crise do Estado e a ineficiência do mercado em fornecer soluções aos conflitos sociais, a partir do desenvolvimento industrial, além das demandas sociais, demonstram-se como ambientes propícios ao crescimento acelerado das organizações sem fins lucrativos.

Salamon e Anheir (1996) realizaram uma pesquisa para investigar as origens sociais das “*nonprofits organizations*”, na qual buscaram testar as teorias que poderiam explicar o desenvolvimento destas instituições. No Quadro 2 apontam-se as teorias e as suas respectivas definições, bem como os resultados da investigação de Salamon e Anheir (1996).

Quadro 2 – Teorias explicativas do surgimento/desenvolvimento do terceiro setor

Teoria	Definição
Teoria da Falha do Governo e do Mercado	Fundamenta-se na teoria econômica clássica desenvolvida por Weisbrod, e aponta o surgimento do terceiro setor devido à limitação na capacidade do governo e do mercado em fornecer serviços e bens públicos à população.
Teoria da Oferta	Parte do pressuposto que apenas a falha do mercado e do governo em atender as demandas públicas não explica de forma completa o surgimento do terceiro setor, mas sim, iniciativas empreendedoras, ditas como o empreendedorismo social, que surge como um incentivo para a criação de organizações sem fins lucrativos.
Teoria da Confiança	Explica que pelas organizações não visarem lucro, faz com que a sociedade confie nos trabalhos e serviços prestados por estas entidades, uma vez que seus objetivos são ligados ao bem comum e não a geração do lucro.
Teoria do Estado do Bem-estar	O terceiro setor é visto como um mecanismo pré-moderno, que para lidar com os problemas sociais, em que o Estado visa o bem estar da sociedade, o terceiro setor funciona como um organismo residual do Estado para tratar as necessidades sociais.
Teoria da Interdependência	Aponta a origem e o desenvolvimento do terceiro setor devido pela relação interdependente entre o Estado e as organizações sem fins lucrativos. Onde o Estado não consegue agir, o terceiro setor surge como uma forma de apoio com as suas ações e, com isso, recebe apoio do Estado. Nesta teoria o terceiro setor e o governo possuem uma relação de cooperação.
Teoria das Origens Sociais	Esta vertente teórica considera o desenvolvimento do terceiro setor a partir de perspectivas históricas, em que as mudanças e movimentos sociais possuem forte influência, considerando as organizações sem fins lucrativos como fontes e formas de representação social, que se sustenta em uma abordagem que se concentra em critérios sociais, políticos e relações econômicas.

Fonte: Salamon e Anheir (1996).

Salamon e Anheir (1996) identificaram apenas a Teoria das Origens Sociais como adequada para explicar o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos. Conforme já exposto no Quadro 2, essa vertente teórica considera o desenvolvimento do terceiro setor a partir dos aspectos históricos, sociais e culturais dos países analisados. Para essa constatação os autores analisaram a relação entre os gastos sociais e o crescimento das organizações do terceiro setor. Dentro dessa teoria, os autores ainda identificaram quatro espécies de gestão governamental que ajudam a explicar a teoria: (i) o liberal; (ii) o socialdemocrata; (iii) o corporativista, e; (iv) o estadista.

No contexto do Estado Liberal, os gastos sociais são baixos, e com isso, existe uma tendência para o crescimento do terceiro setor, uma vez que o Estado não consegue suprir as necessidades do bem estar público (SALAMON; ANHEIR, 1996).

Diferente do Estado Liberal, no Estado Socialdemocrata existe uma relação negativa entre os gastos sociais do Estado e o crescimento dessas organizações, uma vez que o Estado consegue suprir as necessidades sociais públicas e, com isso, o espaço para o crescimento das instituições sem fins lucrativas é restrito. Nesse modelo, a sociedade possui influência política efetiva (SALAMON; ANHEIR, 1996). No entanto, de forma geral, essa restrição não limita a existência dessas organizações, pelo contrário, devido a confrontos políticos que levaram a extensão do Estado do bem estar (Estado preocupado e desenvolvedor de ações voltadas ao

bem estar da sociedade), denota-se a participação efetiva e importante das entidades do terceiro setor, porém, com um papel diferente, não como prestadores de serviços, mas sim, como veículos para desenvolvimento de expressões políticas e sociais (SALAMON; ANHEIR, 1996).

Salamon e Anheir (1996) apontam que entre esses dois modelos, Estado Liberal e Socialdemocrata, existem ainda outros dois que costumeiramente são negligenciados pela literatura, o modelo do Estado Corporativista e o Estadista. No Corporativista o Estado e as organizações sem fins lucrativos trabalham em forma de parceria. O Estado utiliza essas instituições como um mecanismo moderno de atendimento às políticas sociais e, com isso, promove o Estado do bem estar social.

Já o Estadista é o modelo em que existe uma gestão governamental tradicionalista e centralizada. Nesse modelo tanto os gastos sociais quanto a existência das entidades sem fins lucrativos são baixos, uma vez que o Estado não coopera para a sua existência (SALAMON; ANHEIR, 1996).

Com base no exposto, depreende-se que não é possível compreender e justificar o desenvolvimento destas instituições apenas por meio de aspectos isolados, mas sim, de diversos fatores econômicos, políticos e sociais, tais como desemprego, desnutrição, índices elevados de violência, falta de atendimento de saúde público, índices baixos de alfabetização, entre outros que estão inter-relacionados e que levam ao crescimento e expansão das atividades das organizações sem fins lucrativos (COELHO, 2002).

2.2.3 O Terceiro Setor no Contexto Brasileiro

No Brasil, assim como em outros países, observa-se um crescimento do terceiro setor. Essa evolução, de acordo com Falconer (1999) e Silveira (2007), pode estar atrelada à ineficiência do Estado em cumprir suas funções sociais, permitindo assim, o crescimento das dessas instituições, que passam a demonstrar seu papel na sociedade, tornando-se cada vez mais relevantes na economia mundial (SALAMON; ANHEIR, 1996).

De acordo com Coelho (2002) e Albuquerque (2006), as primeiras manifestações das organizações sem fins lucrativos foram observadas ainda na era colonial do Brasil, em 1550. Essas primeiras manifestações sociais foram de cunho educacional, desenvolvidas pelos jesuítas e os beneficiários eram os órfãos da casa de Lisboa (IOCHPE, 1998; GESET, 2001).

No período do Império até a proclamação da República, as ações sociais eram realizadas basicamente por instituições religiosas, predominantemente pela religião católica,

com o suporte do Estado. As ações eram focadas nas prestações de serviços assistenciais à comunidade, com foco na saúde e na educação (IOCHPE, 1998; GESET, 2001; ALBUQUERQUE, 2006). A partir do século XIX outras religiões também passaram a desenvolver ações de prestação de assistência às comunidades, por entenderem que a caridade era uma ação indissociável da doutrina religiosa (ALBUQUERQUE, 2006).

Apesar das manifestações iniciais serem ainda da época colonial e do império no Brasil, somente no século XX, mais precisamente após o período da ditadura militar, é que houve um elevado crescimento das organizações do terceiro setor, devido ao crescimento dos movimentos sociais e da crise socioeconômica vivenciada naquele momento no cenário nacional (COSTA; VISCONTI, 2001).

Silva (2010) buscou, por meio de uma perspectiva histórica, delinear o desenvolvimento do terceiro setor nos aspectos de gestão, fontes de recursos e legislação. Para o autor, a história das organizações não governamentais está alicerçada em quatro momentos evolutivos, os quais são demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Evolução histórica do terceiro setor no Brasil

Momento Histórico	Fontes de Recursos	Gestão	Legislação	Foco/Objetivo Social
Primeiras Manifestações das organizações sem fins lucrativos – Século XVI.	Governo Igreja Indivíduos	Práticas de gestão simplificadas	Não era reconhecida	Educação Saúde
O Estado Social o reconhecimento das organizações do terceiro setor – Século XX anterior a década de 80.	Governo Igreja Investidores Indivíduos Empresas Organizações Nacionais	Práticas de gestão voltadas a prestação de contas e a sustentabilidade das entidades	Reconhecimento da existência jurídica – Lei nº 3.071/1916.	Educação Saúde Cultura Científica Sindicatos Meio Ambiente Classes Profissionais
A consolidação do terceiro setor e a busca pela profissionalização do setor - Século XX, após a década de 80.	Governo Igreja Investidores Indivíduos Empresas Organizações Nacionais Organizações Internacionais Recursos Próprios	Práticas de gestão voltadas à captação de recursos, planejamento e avaliação das atividades realizadas.	Constituição de 1998 e a promulgação dos Conselhos de Políticas Públicas.	Diversificação dos objetivos, demasiadas entidades com foco comum, porém, com atividades diferentes.
A responsabilidade social, cidadania empresarial e o trabalho voluntário - Da década de 90 ao século XXI	Governo Igreja Investidores Indivíduos Empresas Organizações Nacionais Organizações Internacionais Recursos Próprios	Práticas voltadas à gestão de pessoas e ao voluntariado, e ainda de auditoria para verificação das contas das organizações.	Lei do Voluntariado; Alteração do Código Civil e as formas jurídicas; Reconhecimento das OSCIPS	Diversificação do foco de atuação.

Fonte: Adaptado de Silva (2010).

Como é possível observar por meio do Quadro 3, as organizações sem fins lucrativos no Brasil tiveram uma evolução maior a partir do século XX, quando o Estado passou a ter maior preocupação com o bem estar social, mas também, pelas manifestações sociais e defesa dos direitos públicos, que passaram a tomar forma com o desenvolvimento do processo industrial.

Diversas foram as mudanças ocorridas no contexto nacional, tanto em relação ao foco destas entidades, bem como às formas jurídicas. Atualmente no Brasil, as entidades do terceiro setor podem ter registro jurídico de duas formas: (i) Associações e (ii) Fundações. Quanto às áreas de atuação, uma organização pode classificar-se como de educação, saúde, meio ambiente, religião, entre outras (SZAZI, 2003; SILVA et al., 2011).

Depois de constituídas formalmente, estas entidades podem obter um reconhecimento governamental, por meio do requerimento de certificações, qualificações ou títulos. Na esfera da União, podem obter os títulos de Utilidade Pública Federal (UPF), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); qualificação como Organização Social (OS); e qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A certificação de UPF é dada a associações e fundações nacionais que realizam atividade que servem desinteressadamente à sociedade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014). O título de UPF foi instituído no Brasil pela Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, o qual determina os preceitos para que uma organização receba essa certificação em seu art. 1º:

Art. 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;
- c) que os cargos de sua diretoria não são remunerados. (BRASIL, 1935).

Vale ressaltar ainda dois aspectos relacionados ao recebimento da certificação de UPF. Primeiro, que essas organizações não recebam nenhum tipo de favor do Estado; Segundo, que podem solicitar esse título as organizações que são constituídas legalmente no País e que promovam a educação ou executem, predominantemente, ações de pesquisa científica, cultural, artística ou filantrópica (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Outro título que pode ser requerido por organizações sem fins lucrativos é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que foi instituído nacionalmente pela Lei nº 12.101 de 30 de novembro de 2009 e pelo Decreto nº 7.237 de

julho de 2010. Essa certificação pode ser concedida às organizações de direito privado sem fins lucrativos, as quais são reconhecidas como beneficentes de assistência social e com finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou ainda educação (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), 2014). As instituições com essa certificação possuem benefícios fiscais relacionados às contribuições para a seguridade social.

Por meio da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, foram estabelecidas no cenário brasileiro as prerrogativas para que as organizações sem fins lucrativos possam receber o título de qualificação como Organizações Sociais (OS). A referida lei estabelece em seu art. 1º que poderão ser qualificadas pelo Poder Executivo as entidades sem fins lucrativos que exercem atividades voltadas ao ensino, pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Para que possam obter a qualificação como OS, as entidades deverão atender aos requisitos dispostos no art. 2 da Lei nº 9.637/98:

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado. (BRASIL, 1998).

As organizações qualificadas como OS estão aptas para receber determinados benefícios públicos do governo, como dotação orçamentária e isenções fiscais. As ações e benefícios da OS são estabelecidos por meio do contrato de gestão. Neste contrato serão previstas as obrigações das partes (Estado e OS), para que Estado continue a fomentar as atividades publicizadas e exerça controle estratégico sobre essas instituições, demandando resultados necessários para que haja o alcance dos objetivos das políticas públicas (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, 1998).

Outra certificação que as organizações sem fins lucrativos podem requerer é a de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A certificação como OSCIP foi instituída pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, a qual dispõe sobre todos os requisitos que deverão ser observados pelas organizações para que recebam essa certificação. O art. 3º da referida Lei dispõe sobre as áreas de atuação das entidades que poderão solicitar a qualificação:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. (BRASIL, 1999).

Com o recebimento do título de OSCIP as organizações firmam com o governo um Termo de Parceria, o qual se destina à geração de um vínculo de cooperação entre o governo e a entidade, para fomento e execução das atividades de interesse público (OLAK; NASCIMENTO, 2010). A existência dessa parceria faz com o repasse de recursos públicos

ocorra de forma legítima, sem que haja os trâmites burocráticos que rege os convênios do Estado (ARAÚJO, 2005).

Os dados mais recentes acerca da composição das organizações sem fins lucrativos no Brasil são de 2010, os quais foram coletados pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que culminou na publicação de um estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL 2010, no ano de 2012. As informações utilizadas no estudo são oriundas do Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE. Esta base de dados cobre o universo das organizações jurídicas constituídas, ou seja, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal. Vale ressaltar que essa foi a última publicação desses órgãos sobre os dados das organizações sem fins lucrativos.

De acordo com os dados do FASFIL (2012), em 2010 existiam no Brasil 556.846 mil entidades sem fins lucrativos, sendo que destas, 52,2% são fundações privadas e associações sem fins lucrativos, as quais representavam 5,2% do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas no Brasil. Outro ponto que vale ressaltar é o crescimento destas organizações, conforme demonstra-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução das entidades brasileiras sem fins lucrativos

Tipo de Entidade	Total			Variação percentual (%)		
	2006	2008	2010	2006-2008	2008-2010	2006-2010
Fundações e Associações privadas sem fins lucrativos	267.288	277.299	290.692	3,7	4,8	8,8
Outras entidades privadas sem fins lucrativos	236.231	250.569	266.154	6,1	6,2	12,7
Total Entidades sem fins lucrativos	503.519	527.868	556.846	4,8	5,5	10,6
Demais Entidades Empresariais	4.109.681	4.425.709	4.969.980	7,7	12,3	20,9
Outras entidades contidas no CEMPRE	23.596	24.189	25.089	2,5	3,7	6,3
Total	4.636.796	4.977.766	5.551.915	7,4	11,5	19,7

Fonte: FASFIL, (2012, p. 63).

Por meio da Tabela 1 é possível observar que o terceiro setor cresceu de 2006 para 2010 em torno de 10,6%, sendo que 8,8% foi o crescimento das fundações e associações privadas sem fins lucrativos e 12,7% as demais entidades sem fins lucrativos. Essas organizações representam algo em torno de 10% das entidades empresariais brasileiras nos anos apresentados na Tabela 1.

Os dados do IBGE demonstram também que em 2010 a concentração das organizações sem fins lucrativos era maior no Sudeste (42,1%), seguido pelo Nordeste (27,8%) e pela região Sul (14,4%).

Na Tabela 2 apresenta-se a concentração das entidades sem fins lucrativos no Brasil por área de atuação.

Tabela 2 - Distribuição das entidades do terceiro setor por área de atuação

Área de atuação	Número de entidades	%
Habitação	292	0,05%
Saúde	6.029	1,08%
Cultura e Recreação	36.921	6,63%
Educação e Pesquisa	87.948	15,79%
Assistência Social	30.414	5,46%
Religião	82.853	14,88%
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76.642	13,76%
Meio ambiente e proteção animal	2.242	0,40%
Desenvolvimento e defesa de direitos	42.463	7,63%
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191.042	34,31%
Total	556.846	100,00%

Fonte: IBGE (2012).

Ao apresentar a Tabela 2 é oportuno esclarecer que o grupo que constitui outras instituições privadas sem fins lucrativos é formado por organizações de condomínio, cartório, sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC, SENAR, SESCOOP, SEST, SENAT, SEBRAE), entidades de mediação e arbitragem, comissão de conciliação prévia, conselhos, fundos e consórcios municipais, cemitérios e funerárias, além de outras instituições, que representam a maioria das entidades do terceiro setor no cenário brasileiro em 2010.

O segundo maior grupo de instituições é o de Educação e Pesquisa, formado por entidades de ensino infantil, fundamental, médio, superior, educação e pesquisa, entre outros. De acordo com o IBGE, este é o setor que apresentou o crescimento mais acentuado de 2006 para 2010, em termos percentuais (43,7%).

Quanto ao desenvolvimento da literatura sobre o terceiro setor, Coelho (2002) aponta que na academia nacional o termo “terceiro setor” apareceu pela primeira vez nas obras de Leilah Landim (1993) e Rubens César Fernandes (2002), inferindo ainda, que a terminologia utilizada na literatura brasileira para se referir a estas organizações é “organização não governamental”. Apesar de relativamente recente na literatura nacional, o terceiro setor vem sendo foco de estudo por diversos pesquisadores de diferentes áreas.

Os estudos acerca do terceiro setor tiveram seu início em meados da década de 1970 no cenário nacional. Hansmann (1980) aponta que possivelmente as pesquisas somente iniciaram nesta época, pois as organizações sem fins lucrativos eram apenas instituições filantrópicas de caridade. Somente a partir de 1970 é que essas entidades passaram a ter

notoriedade no cenário econômico e principalmente o reconhecimento da importância para as políticas públicas.

Um estudo de Olak, Slomski e Alves (2008) apresentou que a evolução das pesquisas com as entidades do terceiro nas revistas especializadas brasileiras ainda era inexpressiva, e que a disseminação era mais presente em congressos e eventos, além de programas *stricto sensu*, nos trabalhos de dissertação e teses.

Dani, Dal Vesco e Scarpin (2011) investigaram a produção científica acerca do terceiro setor publicada em oito periódicos internacionais e constaram que no período de 2000 a 2010 foram publicados apenas sete artigos científicos, o que levou aos autores a concluir que na área de administração e contabilidade ainda existe um campo de pesquisa prolífero acerca destas entidades. Para elucidar as pesquisas realizadas, apresenta-se na seção seguinte os estudos anteriores sobre o terceiro setor.

2.3 A CONTABILIDADE E A PERSPECTIVA BASEADA NA INFORMAÇÃO

Em meados da década de 1960 a pesquisa em contabilidade e o pensamento contábil passaram por um processo de modificação, em que as pesquisas passaram a ter como objetivo a utilização da contabilidade como fonte informacional para a tomada de decisão (LOPES; MARTINS, 2007). Esses novos estudos foram realizados sob a ótica da utilidade da informação contábil, de forma a fornecer evidências empíricas sobre o impacto das informações contábeis sobre o preço das ações, florescendo assim, a denominada pesquisa positiva, pela introdução de uma metodologia financeira empírica (WATTS; ZINMMERMAN, 1990).

Essa mudança nas perspectivas de pesquisa ocorreu inicialmente nos Estados Unidos, e com enfoque nas entidades com fins lucrativos (CRUZ, 2010). Para Parsons (2003), o enfoque no terceiro setor é recente, pois os pesquisadores preocupavam-se com pesquisas normativas de determinação da melhor forma de mensuração do produto final destas entidades. Recentemente pesquisas foram desenvolvidas para analisar a utilização e o impacto das informações contábeis nas decisões de investidores em entidades do terceiro setor (CRUZ, 2010).

2.3.1 Características Qualitativas da Informação Contábil

A contabilidade tem como sua principal função controlar os fatos e fenômenos ocorridos e que alteram o patrimônio de uma entidade, por meio do registro, da classificação, da divulgação, da análise e interpretação dos fatos, no intuito de fornecer informações e orientações fidedignas para a tomada de decisões (FRANCO, 1999).

Para Iudícibus (2010, p. 23), a contabilidade é “[...] o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 785, de 28 de julho de 1995, define:

1.1.1 - A Contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

1.1.2 - As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar, aos seus usuários, base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

1.1.3 - A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.

Most (1977) menciona que a informação contábil deve atender as necessidades dos seus usuários, direcionando os objetivos da contabilidade para duas perspectivas. A primeira consiste em prover informações para usuários indeterminados que possuam múltiplos objetivos de decisão. A segunda perspectiva está em fornecer informações para grupos de usuários específicos, com um mesmo objetivo de decisão.

A partir destes conceitos e com o conteúdo definido pelo CFC, é possível apontar a existência de uma interligação entre o processo de comunicação, a contabilidade e a comunicação das organizações. A contabilidade não se restringe somente ao registro dos fatos que afetam o patrimônio das entidades, mas também, a transformação desses fatos em dados, e os dados em informações para auxiliar na gestão e na tomada de decisão.

A contabilidade, por meio dos seus relatórios, deverá fornecer dados e informações que sejam úteis para o processo de decisão, tanto de usuários internos quanto externos à organização, sendo ela fidedigna e que represente os números reais da entidade (MOST, 1977;

IMHOF JR., 1992; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A informação contábil possui qualidade quando ela é útil tanto para os usuários internos quanto os externos da organização, independentemente da *expertise* desses usuários (MOST, 1977). De acordo com o CPC 00 (20129), o objetivo dos relatórios contábeis, de forma geral, é fornecer informações contábeis e financeiras acerca das entidades que sejam úteis para investidores das organizações, atuais e os em potencial, além de credores de forma geral.

Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que além de ser fidedigna, a informação gerada pela contabilidade precisa ter utilidade. Acerca da utilidade da informação contábil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do Pronunciamento Técnico CPC 00 (p. 16, 2012), dispõe que “se a informação contábil financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível”.

Barth, Beaver e Landsman (2001) e Barth et al. (2007) apontam três aspectos importantes sobre a qualidade da informação contábil das entidades. O primeiro refere-se ao fato dos relatórios financeiros serem elaborados a partir de normas contábeis que visam representar fielmente a situação econômica e financeira de uma organização. Como segundo aspecto, o atendimento às normas de forma adequada minimiza ações oportunistas e de gerenciamento. Em terceiro, os autores indicam que uma melhor qualidade da informação contábil é reflexo de menos erros oportunistas na estimativa dos ganhos. Dessa forma, estes três aspectos elevam a informação contábil a um nível maior de qualidade, tornando-a mais relevante e útil aos seus usuários (LANG; RAEDY; YETMAN, 2003; LANG; RAEDY; WILSON, 2006; BARTH et al., 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Hendriksen e Van Breda (1999) e Schroeder, Clark e Cathey (2005) definem a confiabilidade, compreensibilidade, comparabilidade, oportunidade, relevância e materialidade como as características qualitativas da formação contábil.

Organismos internacionais como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU) também se pronunciaram acerca das características qualitativas da informação contábil. O FASB (2010) ressalta que as características qualitativas que tornam a informação contábil útil, são:

- a) compreensibilidade;
- b) relevância (que depende do valor preditivo e valor como *feedback*),
- c) oportunidade/tempestividade,

- d) confiabilidade, interligada à verificabilidade, à fidelidade de representação e a neutralidade da informação, e;
- e) comparabilidade.

O FASB ainda faz menção à relação custo benefício na geração da informação, e à materialidade como limite de reconhecimento da informação contábil.

O IASB (1998), por meio do *Framework for the Preparation and Presentations of Financial Statement*, cita as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, confiabilidade, neutralidade, relevância, materialidade, comparabilidade e oportunidade, fazendo menção também à relação custo benefício na geração da informação.

A ONU (2003) referenda os trabalhos realizados pelo FASB e pelo IAB classificando a relevância, a compreensibilidade, a confiabilidade e a comparabilidade como as quatro principais características qualitativas da informação contábil.

O CPC, por meio do Pronunciamento Conceitual Básico, distingue as características qualitativas em dois grupos: as características fundamentais e as de melhorias. No Quadro 4 apresenta-se a separação das características nesses dois grupos.

Quadro 4 – Classificação das Características Qualitativas da Informação Contábil

Classificação das características qualitativas da informação contábil	
Fundamentais	de Melhorias
Relevância	Comparabilidade
Materialidade	Verificabilidade
Representação fidedigna	Tempestividade
	Compreensibilidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A partir disso, pode-se verificar que existe convergência entre a literatura e as normas contábeis em relação às características qualitativas da informação contábil, para ela possa ser útil aos usuários dos relatórios financeiros das entidades.

2.3.1.1 Relevância

A característica qualitativa de relevância da informação contábil refere-se à utilização da informação contábil no processo de tomada de decisão. Hendriksen e Van Breda (1999, p.97) apontam que “em seu nível mais básico, a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada”. Acerca da informação relevante, o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC (2012, p. 17) menciona que uma “informação contábil financeira é

relevante quando ela é capaz de fazer a diferença nas decisões que serão tomadas pelos usuários”.

A informação pode ser relevante pelo menos de três formas: quando afeta metas, afeta a compreensão e afeta as decisões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). No Quadro 5 apresenta-se as influências da informação contábil para que se torne relevante.

Quadro 5 – Relevância da informação

Relevância para metas	Alcançada quando a informação permite que as metas dos usuários sejam atingidas. Determinação difícil quando as metas são subjetivas.
Relevância semântica	Alcançada quando o destinatário da informação compreende o significado pretendido da informação divulgada. Um pré-requisito essencial, mas não um objetivo primordial.
Relevância para tomada de decisões	Alcançada quando a informação facilita a tomada de decisões pelos usuários. Sendo este o objetivo primordial para o FASB.

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999, p. 97).

Outro aspecto é que a informação contábil torna-se relevante se ela possui valor preditivo ou valor como *feedback* (confirmatória). A informação tem valor preditivo quando é utilizada para prever a situação de uma organização, sendo utilizada para análise de resultados futuros. Tem valor como *feedback* (confirmatória) quando serve como base para realização de avaliações, análises e confirmação dos dados existentes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; CPC 00, 2012).

De forma geral, na literatura contábil, o valor contábil é definido como relevante quando possui uma associação prevista com o valor de mercado próprio das organizações, ou seja, ele afeta as decisões dos detentores/investidores de capital (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001). A origem dos estudos relacionados à relevância da informação contábil (*value relevance*) se deu nos estudos de Miller e Modigliani (1966), Ball e Brown (1968), Beaver (1968) e Amir, Harris e Venuti (1993).

Os estudos relacionados ao *value relevance* têm por objetivo principal a realização de testes para estender o conhecimento sobre a relevância e a influência das variáveis e valores contábeis sobre os valores patrimoniais (AMIR; HARRIS; VENUTI, 1993; HARRIS; LANG; MÖLLER, 1994; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; HOLTHAUSEN; WATTS, 2001).

2.3.1.2 Materialidade

Outra característica qualitativa é a materialidade, a qual pode ser definida como aquela informação que se omitida ou divulgada de forma errônea pode influenciar em decisões inadequadas. Para essa característica utiliza-se basicamente o julgamento, ou seja, a empresa deverá divulgar toda e qualquer informação que julgar necessária e com poder de influência na decisão dos seus *stakeholders*. Da mesma forma, a empresa pode decidir omitir informações que possam levar a avaliações distorcidas da entidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; BONÍZIO, 2001; LOPES; MARTINS, 2007; WOLK, DODD; ROZYCKI, 2013).

Pode-se afirmar que uma informação é material quando ela representa valores e esclarecimentos significativos do período e de determinados itens das demonstrações contábeis (OLIVEIRA, 1998). Assim, é possível compreender que a materialidade da informação está relacionada à sua relevância, ou seja, a materialidade é um aspecto da relevância (WOLK; DODD; ROZYCKI, 2013; CPC 00, 2012).

2.3.1.3 Confiabilidade

A representação fidedigna da realidade da entidade também é uma das características qualitativas e é comumente conhecida como a confiabilidade. Hendriksen e Van Breda (1999) e o CPC 00 (2012) apontam que para que a informação contábil seja útil ela deve representar fielmente a situação da entidade. A confiabilidade é uma característica qualitativa essencial da informação contábil para que ela seja útil aos usuários. Para que a informação contábil consiga atender a representação fidedigna, deve atender a três atributos: ser completa, neutra e livre de erros (MAINES; WAHLEN, 2006).

Considera-se a informação contábil completa quando todos os dados necessários para que os usuários possam compreendê-la sejam divulgados, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Já uma informação neutra é aquela que é desprovida de viés na seleção e apresentação dos relatórios contábeis financeiros, ou seja, sem distorção dos dados para que haja manipulação dos usuários dessa informação. Por fim, uma informação livre de erros significa que não existe omissões ou erros no processo de elaboração e divulgação da informação reportada (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; CPC 00, 2012).

2.3.1.4 Comparabilidade

A comparabilidade pode ser definida como a característica qualitativa que proporciona aos usuários analisar, identificar e comparar dois conjuntos de fenômenos. Permite a comparação entre uma empresa e outra, ou ainda, a mesma entidade, porém, em períodos diferentes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, LOPES, 2002; CPC 00, 2012).

A comparabilidade deve proporcionar ao usuário o discernimento da evolução no tempo da entidade, ou, comparações entre organizações distintas, não devendo, entretanto, constituir-se como entrave para evolução qualitativa da informação contábil (IUDICIBUS, 2004; LOPES; MARTINS, 2007). Niyama e Silva (2009) salientam que a comparabilidade é oportuna para que os usuários possam avaliar o desempenho da empresa e ainda estabelecer tendências futuras.

Gordon et al. (2002) apontam que o atributo da comparabilidade é de suma importância, principalmente na era globalizada, pois é imprescindível que as empresas possam comparar-se a outras, avaliando a evolução e as perspectivas das condições econômicas e financeiras da organização.

De acordo com o *Conceptual Framework* do FASB (2010), a comparabilidade é a característica qualitativa da informação contábil que permite aos usuários verificar, analisar e compreender as semelhanças e diferenças entre as contas. Ao contrário de outras características, ela requer o atendimento a dois aspectos: consistência e uniformidade.

A consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos e procedimentos de um período para o outro, ao uso de procedimentos de mensuração e reconhecimento semelhantes para itens afins nas demonstrações de uma organização e a utilização dos mesmos procedimentos por empresas diferentes. Já a uniformidade considera que eventos iguais sejam representados de formas iguais (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; FASB, 2010). Vale ressaltar que a consistência e a uniformidade auxiliam para que a informação contábil atinja o objetivo de ser compreensível.

2.3.1.5 Verificabilidade

Em relação à verificabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis –CPC 00 (2012) menciona que é a característica que auxilia a assegurar aos usuários que a informação reportada é fidedigna à situação da organização e ao fato econômico relatado. Hendriksen e Van Breda (1999) a conceituam como “a capacidade de assegurar, por meio do consenso entre

mensuradores, que a informação representa o que se destina a representar, ou que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou viés”.

Essa característica qualitativa refere-se à capacidade da informação ser comprovada, ou seja, ela deve ser passiva de averiguação pelos interessados. A verificabilidade auxilia na garantia de que as informações reportadas representem fielmente os fenômenos econômicos da entidade. Significa ainda que diferentes analistas experientes e independentes poderão chegar à mesma conclusão sobre as informações reportadas (FASB, 2010).

A respeito desta característica qualitativa, o CPC (2014, p. 28) aponta que:

QC27. A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa verificar as entradas para um modelo, fórmula ou outra técnica e recalculando os resultados utilizando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação do valor contábil dos estoques, verificando as entradas (quantidades e custos) e recalculando o estoque final usando a mesma premissa de fluxo de custo (por exemplo, usando método PEPS).

Iudícibus e Lopes (2004) conceituam a verificabilidade como a qualidade da informação contábil que visa retirar o viés pessoal da mensuração e reporte da informação contábil. O FASB (2010) ainda aponta não ser possível verificar algumas explicações e informações, nesses casos, a entidade deverá divulgar informações subjacentes que suportem as divulgações financeiras.

2.3.1.5 Tempestividade

A conceituação de tempestividade ou oportunidade significa que a informação contábil deve estar disponível para seus usuários antes que ela perca sua capacidade de influenciar nas decisões (MOST, 1977; LOPES, 2002; SCOTT, 2003; CPC 00, 2012). Antunes et al. (2009) mencionam que a demora da contabilidade na divulgação das informações, é inoportuna, pois gera um lapso temporal entre a destruição e a geração de valor para o gestor, e ainda uma punição ou premiação aos acionistas.

A informação contábil deve ser divulgada no menor prazo possível, pois a morosidade da divulgação faz com que ela perca a sua utilidade para a tomada de decisão, servindo apenas para consulta de dados passados (SOARES, 1998; OLIVEIRA, 2001; IUDICIBUS, 2004). Oliveira (2001) adverte que uma informação não reportada em tempo hábil diminui consideravelmente o seu significado, uma vez que a sua capacidade de reduzir as incertezas depende da oportunidade da sua distribuição.

Apesar de a literatura tratar da tempestividade como uma vertente de que ela deve ser reportada em tempo hábil, o FASB (2010) também menciona que algumas informações continuam oportunas, mesmo muito tempo após o fim do período do relatório, pois alguns usuários poderão precisar identificar e avaliar tendências.

2.3.1.6 Compreensibilidade

Em relação à compreensibilidade, o Pronunciamento Técnico CPC 00 (2012) menciona que trata-se da classificação, caracterização e apresentação de forma clara e consisa da informação contábil, de forma a torná-la compreensível aos seus usuários. Quando reportar casos mais complexos, as organizações deverão apresentar dados e informações complementares, para que a informação contábil seja compreensível.

De forma geral, pode-se argumentar que as organizações deverão divulgar a informação contábil de forma que ela seja entendida pelos seus usuários, mesmo que demande de informações complementares que auxiliarão na sua compreensão.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 515) afirmam que o FASB define que a informação divulgada deve ser “[...] compreensível para os que possuem um conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e estão dispostos a estudar a informação com diligência razoável”. O CPC 00 (2014, p. 29) dispõe que:

QC32: Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compensação da informação sobre um fenômeno complexo.

Frente ao exposto, é possível apontar que os órgãos reguladores mencionam que a informação contábil deve ser compreensível para que os usuários possam tomar decisões com segurança, tornando-a, dessa forma, útil para o usuário.

A partir das conceituações acerca das características qualitativas é possível perceber que todas são coerentes no sentido de fornecer informações úteis para os usuários das informações contábeis, bem como, a todos os interessados nas organizações, auxiliando no processo de tomada de decisões.

A qualidade da informação contábil já é amplamente discutida e estudada no meio científico, porém, o seu enfoque é voltado às entidades do mercado financeiro, como pode ser constatado em Imhoff Jr. (1992); Barth, Beaver e Landsman (2001); Dechow e Dichev (2002), Barth, Landsman e Lang (2008); Mendonça Neto e Riccio (2008); Lee e Masulis

(2009), Antunes et al. (2009); Almeida (2010); Lima (2010); Klann (2011); Chen et al. (2010); Horton; Serafeim e Serafeim (2013); Cang, Chu, Lin (2014). Porém, os estudos ainda são incipientes no contexto das organizações sem fins lucrativos (HAGER; POLLAK; RONNEY, 2001; TRUSSEL, 2002; PARSONS, 2003; YETMAN; YETMAN, 2004; PARSONS, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; CRUZ, 2010; BERSLAND; MERSLAND, 2013).

2.3.2 A Qualidade da Informação Contábil no Contexto do Terceiro Setor

A evolução dos mercados e da sociedade impõe a necessidade de melhores informações econômicas. Nesse contexto, a informação contábil deve ser capaz de atender às exigências e necessidades da organização em relação aos processos de tomada de decisão, bem como as necessidades de informação dos seus *stakeholders* (DUMITRU, 2011).

No contexto do terceiro setor, a contabilidade torna-se indispensável no controle e gerenciamento dos recursos obtidos, além de servir como meio de prestação de contas aos interessados nessas entidades, como os doadores, usuários e a sociedade de forma geral (CHAGAS; ARAÚJO; DAMASCENA, 2011).

As organizações do terceiro setor não são caracterizadas como públicas nem como privadas, apresentando estrutura de direito privado com finalidade pública, remetendo a formas de prestação de contas e análise de desempenho por seus *stakeholders* (CRUZ et al., 2009).

Araújo (2005, p. 49) aponta que “os usuários das informações contábeis no terceiro setor, são aqueles que aportam recursos a essas entidades”. Eles podem ser classificados em três grupos: (i) as organizações financeiras, doadores, empregados em caso de associações de empregados; (ii) todos aqueles que participam e desembolsam recursos a favor da entidade, seja por meio de mensalidades, taxas, benefícios fiscais, e ainda entidades governamentais, que em alguns casos não realizam o repasse de recursos, mas necessitam de informações fiscais e sociais para as estatísticas oficiais; e (iii) os gestores, cujas informações contábeis são consideradas como base para a tomada de decisões.

Grande parte das organizações filantrópicas sobrevive com recursos públicos e doações. Neste caso, a transparência é imprescindível para o alcance do sucesso da entidade e a maximização dos benefícios sociais, o que obrigatoriamente as levam a prestar contas de seus projetos (FALCONER, 1999).

A informação contábil possui forte relevância para os usuários das organizações sem fins lucrativos, principalmente para os doadores, pois é por meio dos relatórios financeiros que os usuários podem analisar a capacidade da organização no seu desempenho frente aos seus objetivos, tornando-se uma importante forma pela qual as entidades são avaliadas (HAGER; POLLAK; RONNEY, 2001). Falk (1992) destaca que a função da contabilidade no contexto do terceiro setor é de auxiliar na análise e avaliação dessas organizações.

Keating e Frumkin (2003) argumentam que o sucesso econômico das entidades sem fins lucrativos não depende apenas da qualidade das atividades sociais e econômicas, mas também de melhorar os mecanismos contábeis internos, a fim de que se possa melhorar a comunicação de seus resultados financeiros para a comunidade externa.

De acordo com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (2014), para que a informação contábil no terceiro setor tenha utilidade para a tomada de decisão, deve atender aos seguintes aspectos: (i) gerar informações que demonstrem a continuidade dos serviços que as entidades propõem; (ii) emitir informações sobre o ambiente, a natureza da atividade e outros assuntos que se relacionem; (iii) informar o trabalho de seus gestores e da sua capacidade de utilizar os recursos colocados à sua disposição; (iv) comprovar o fluxo de recursos postos a sua disposição, visando a sua continuidade e a capacidade de cumprir com suas obrigações; (v) informar sobre as realizações da entidade como meio de medir a eficiência de seus gestores, pois os investidores não os conhecem a fundo, exceto se por relatórios financeiros; (vi) incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos e o método de como os recursos são distribuídos aos mais diversos programas e serviços colocados à disposição; e (vii) informar de onde são provenientes os recursos e como estes são utilizáveis, evidenciando como isso afeta a sua liquidez.

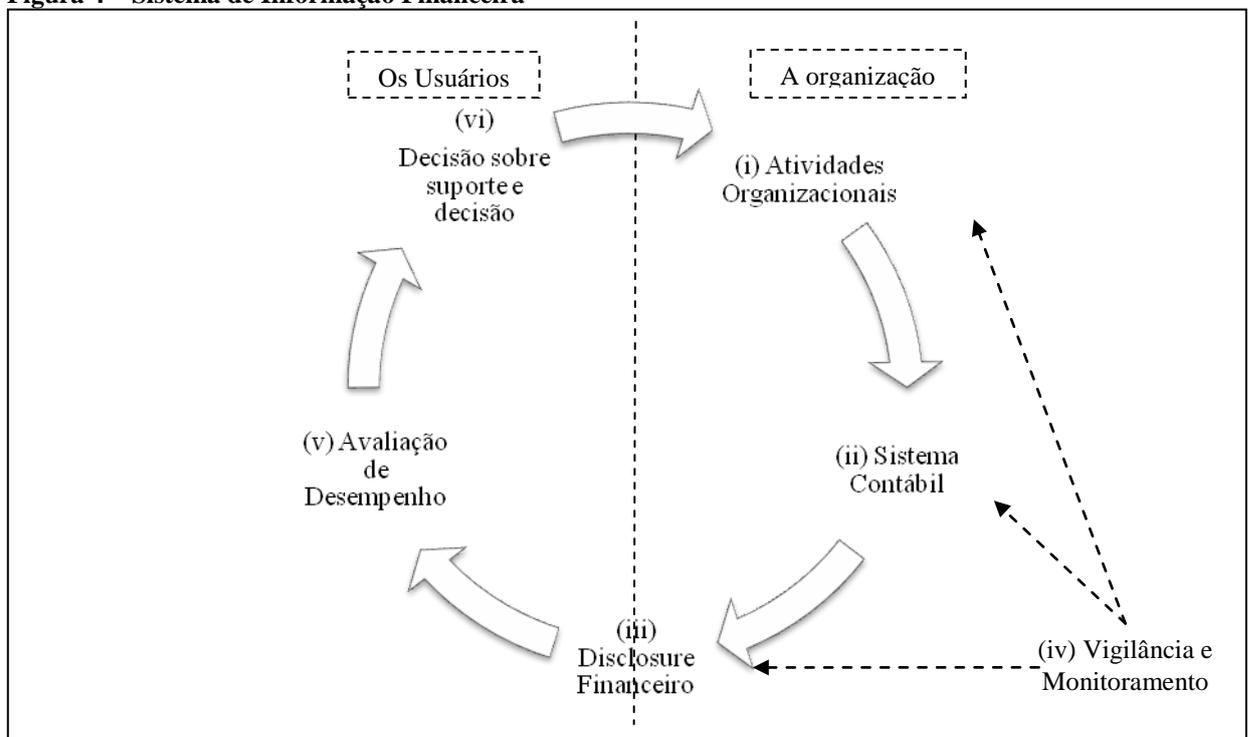
Beisland e Mersland (2013) ressaltam que conhecer a qualidade dos ganhos das entidades do terceiro setor é relevante, pois os interessados na entidade desejam saber o seu desempenho econômico e financeiro, a fim de garantir que estão relacionando-se com entidades que são financeiramente sustentáveis. Trussel (2002) afirma que entidades com ou sem fins lucrativos são suscetíveis a problemas financeiros, sendo essa uma preocupação de todas as partes interessadas na organização. No contexto das organizações do terceiro setor, os problemas financeiros podem levar a descontinuidade e ao não cumprimento dos seus objetivos e serviços, o que torna importante a análise de desempenho e a qualidades dos ganhos dessas organizações.

Cruz (2010) aponta que dentro de uma perspectiva informacional e de relevância da informação contábil, as demonstrações financeiras são as fontes de comunicação e

informações úteis para a tomada de decisão dos usuários das organizações sem fins lucrativos. Desta forma, é possível apontar ainda que por meio dos relatórios financeiros que ocorre a prestação de conta dessas instituições.

Keating e Frumkin (2003) reproduzem o ciclo de divulgação e seus efeitos no contexto da organização sem fins lucrativos por meio de seis elementos que são: (i) atividades organizacionais; (ii) sistema contábil; (iii) *disclosure* financeiro; (iv) vigilância e monitoramento; (v) avaliação de desempenho; e (vi) decisão sobre suporte e participação. Neste sentido, a contabilidade surge como uma fornecedora de informações para o processo de tomada de decisão. Na Figura 4 é apresentada a estrutura descrita.

Figura 4 – Sistema de Informação Financeira



Fonte: Keating e Frumkin (2003, p. 4).

Keating e Frumkin (2003) explicam a dinâmica do fluxo proposto como sendo um processo que inicia-se pela realização das atividades operacionais da organização, que por consequência gera reflexos nos sistemas contábeis internos. Periodicamente as entidades preparam e divulgam relatórios contábeis e financeiros aos seus usuários. As atividades operacionais, o sistema contábil interno e os relatórios contábeis precisam ser examinados, o que leva a um processo de vigilância e monitoramento, de forma que possa ser assegurado que: (i) as atividades estão sendo executadas de acordo com os objetivos da entidade e os compromissos existentes; (ii) os registros contábeis refletem adequadamente os fatos

ocorridos, e assim; (iii) os relatórios financeiros estejam em conformidade com as normas legais e de evidenciação.

Com base no exposto pelos autores, percebe-se a existência de um ciclo no processo de reporte das informações financeiras nas organizações sem fins lucrativos. Esse ciclo tem seu início ainda no contexto operacional, o qual pode ser pontuado como um dos processos mais importantes, que contempla, além do registro, aspectos relacionados aos controles internos e a existência de documentos, que influenciam para que a informação reportada represente de forma fidedigna a realidade da entidade. Por fim, com o reporte de informações úteis ao processo de tomada de decisão, terá influência sobre os aspectos operacionais e assim, gerando um ciclo contínuo.

Após todo esse processo da organização, da divulgação e averiguação das atividades, os relatórios passam a ser fonte de informação aos usuários, os quais servem para avaliar o desempenho da entidade. A partir disto, os usuários tomam a decisão de apoiar ou ainda participar dessas organizações, e essas decisões possuem influência direta sobre as atividades organizacionais (KEATING; FRUMKIN, 2003).

Dessa forma, o reporte de informações financeiras no contexto das organizações sem fins lucrativos serve como base para realização da avaliação de desempenho econômico, financeiro, de atividades e para a tomada de decisão pelos *stakeholders* dessas entidades, sendo útil tanto para usuários internos quanto externos, como órgãos governamentais, credores e investidores sociais.

De acordo com Keating e Frumkin (2003), esses elementos geram um sistema fechado, levando-os a reafirmar que o sucesso de uma organização sem fins lucrativos não depende apenas das suas atividades organizacionais, mas também de um sistema contábil interno que seja capaz de comunicar os seus resultados financeiros à comunidade interessada.

Frente ao exposto, é possível apontar que a contabilidade é uma importante ferramenta para as organizações sem fins lucrativos, pois ela serve como um mecanismo de informação, comunicação e prestação de contas das suas atividades para os diversos usuários destas entidades, o que fortalece a importância da evidenciação contábil.

2.3.3 Evidenciação Contábil como Medida de Qualidade da Informação

Dentro os objetivos da contabilidade, um dos seus principais é a comunicação dos fatos ocorridos em determinado período por meio do relatório contábil financeiro aos *stakeholders* das organizações (RICCIO, 1989). O objetivo da contabilidade é fornecer aos

usuários, independente da sua natureza, informações sobre o patrimônio da organização e todos os fatos que incorreram na sua alteração (IUDÍCIBUS, 2004). É por meio da divulgação e reporte das informações que a contabilidade atende as suas funções sociais (CHOI; FROST; MEEK, 1999).

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza informações que não ofereçam dúvidas, que sejam compreendidas prontamente. Portanto, evidenciação significa divulgar de forma que se compreenda de imediato o que está sendo comunicado (AQUINO; SANTANA, 1992). Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511) destacam que “a divulgação financeira deve fornecer informação útil à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito, etc. por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários”.

A partir do reporte financeiro é que as organizações evidenciam seus dados econômicos e financeiros, permitindo aos interessados obter informações para a tomada de decisão. Para que esse reporte seja útil, deve representar de forma fidedigna a realidade organizacional, e ter processos adequados que antecedem as divulgações e evidenciação dos dados contábeis.

É possível conceituar a evidenciação contábil como a apresentação de informações quantitativas e qualitativas de forma ordenada, no intuito de proporcionar uma base de informação útil para o usuário (IUDÍCIBUS, 2004). As organizações devem apresentar informações quantitativas e qualitativas que permita aos usuários compreender as atividades desenvolvidas, sendo que as informações qualitativas são dados não apresentados nos demonstrativos e que possibilitam aos usuários uma visão mais completa sobre a organização, situação econômica e financeira, suas responsabilidades e acerca das atividades desenvolvidas, que são relevantes e podem influenciar na tomada de decisão.

Healy e Palepu (2001) asseveram que a evidenciação de informações é uma forma que as organizações utilizam para que haja minimização da assimetria informacional e os conflitos de agência entre os gestores das organizações e as partes interessadas na organização.

Baseando-se nos conceitos supracitados sobre a evidenciação contábil, é possível apontá-la como mecanismo para análise da qualidade da informação contábil, uma vez que a informação divulgada deve ser compreensível e com função útil para a tomada de decisão dos usuários internos e externos da organização, além de elevar o nível de transparência e equidade das organizações. Para Dantas et al. (2005) a evidenciação está relacionada às características qualitativas de compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade da informação contábil.

A utilização da evidenciação contábil como métrica da qualidade da informação contábil é defendida por Yetman e Yetman (2004) e Verbruggen, Christiaens e Milis (2011), os quais argumentam que é a partir da evidenciação que a entidade comunica suas informações contábeis ou financeiras, as quais permitem a análise dos seus dados pelos *stakeholders* e, conseqüentemente, se possa atender as demais características qualitativas.

Acerca da relação entre os níveis de evidenciação e as características qualitativas da informação contábil, aponta-se que um maior nível de evidenciação está associado a maior nível de qualidade da informação contábil. Quando menor a evidenciação, mais fácil a manipulação das informações contábeis e esforços gerenciais oportunistas, além de se minimizar a capacidade de utilização da informação contábil (COPPENS; PEEK, 2005; BASU, 2005; JIRAPORN et al., 2008; IATRIDIS, 2011).

Vale ressaltar a existência da relação entre a evidenciação e os aspectos de materialidade da informação contábil, pois todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários (IUDÍCIBUS, 2004). Outra relação que pode ser citada é entre a evidenciação e o atributo de comparabilidade, uma vez que é por meio da divulgação das demonstrações contábeis de períodos diferentes que permitirá ao usuário a comparação das informações recebidas, bem como, a evolução ou queda das contas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; LOPES, 2002; LOPES; MARTINS, 2007; NIYAMA; SILVA, 2009).

É possível apontar ainda uma relação entre a evidenciação das informações contábeis e o atributo de relevância, pois estudos demonstram que maiores níveis de evidenciação contribuem para melhor avaliação financeira da entidade e, conseqüentemente, menor flutuação de seus preços de mercado; maior retorno; menor custo de captação; melhor desempenho; maior crescimento da empresa; melhores controles internos e gestão de riscos (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006; AMBLER; NEELY, 2007).

Yetman e Yetman (2004) apontam a avaliação da evidenciação como uma alternativa válida para a mensuração da qualidade da informação contábil das entidades sem fins lucrativos, pautado em dois motivos: (i) primeiramente por que as métricas de mensuração da qualidade da informação contábil definidas na literatura são aplicáveis a organizações com fins lucrativos; e (ii) as demonstrações contábeis das organizações sem fins lucrativos servem como instrumento de comunicação e prestação de contas da entidade e seus dirigentes aos seus usuários.

Carneiro, Oliveira e Torres (2011) apontam que as relações das organizações sem fins lucrativos com a sociedade de forma geral devem ser pautadas no uso de processos

transparentes. Tais processos deverão promover o estabelecimento de relações espontâneas, como forma de postura ética e moral dos gestores dessas organizações. Para isto, a utilização da contabilidade como ciência da informação favorece a divulgação e o *accountability* dessas organizações às partes interessadas.

A partir do arcabouço supracitado é possível reafirmar a utilização da evidenciação como uma das formas para análise da qualidade da informação contábil, pois é por meio da divulgação dos relatórios contábeis que as características podem ser observadas, como a confiabilidade, comparabilidade, materialidade, compreensibilidade, verificabilidade, oportunidade e relevância sendo relevantes para a tomada de decisão.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Esta seção apresentar estudos já realizados pela comunidade acadêmica acerca da utilidade, relevância e qualidade da informação contábil em organizações sem fins lucrativos, no cenário internacional e nacional. Estudos como os de Yetman e Yetman (2004); Behn, DeVries e Lin (2010), Saxton, Kuo e Ho (2011); Beisland e Mersland (2013) no cenário internacional já analisaram a qualidade da informação contábil reportada pelas organizações sem fins lucrativos, abordando aspectos como ganhos e evidenciação. No cenário nacional, Cruz (2010) estudou o contexto da informação contábil sob os aspectos de sua relevância e Mário et al. (2013) analisaram a qualidade da informação contábil sob o aspecto de evidenciação, dentre outros.

Yetman e Yetman (2004) objetivaram analisar o efeito das práticas de governança na qualidade dos relatórios financeiros de organizações sem fins lucrativos. Os autores argumentam que os relatórios financeiros das organizações sem fins lucrativos são capazes de fornecer evidências úteis aos diversos usuários. A maior qualidade da informação contábil gera maior segurança aos usuários e interessados nessas instituições no momento da tomada de decisão.

Para realização do estudo, os autores coletaram dados oriundos do formulário *Internal Revenue Service (IRS) 990*, o qual é apresentado anualmente pelas organizações sem fins lucrativos norte americanas à Receita Federal dos Estados Unidos. Utilizaram dados do referido formulário disponível no período de 1985 a 2000, resultando em 6.168 observações no ano de 1985 e 15.669 observações no ano de 2000.

Para medir o nível de governança das organizações analisadas os autores utilizaram as variáveis relacionadas às práticas de controle e monitoramento dessas organizações pelos

órgãos reguladores e pelos participantes do mercado, como doadores, credores e usuários. Em uma perspectiva voltada aos reguladores, os autores utilizaram como variáveis a existência de uma legislação acerca da apresentação das demonstrações contábeis (LEGAL); o atendimento a certos requisitos de relatos financeiros para angariar contribuições governamentais (RELATÓRIO); o número de processos judiciais que as organizações possuíam no ano do estudo (CRIME); a adoção do *Certified Public Accountant* (CPA); e a realização de auditoria por uma das grandes empresas de auditoria, consideradas BIG4 (BIG4CAP). Para mensurar a governança sobre o aspecto de mercado, os autores utilizaram as variáveis de títulos municipais (MUNI), o qual foi medido pela existência de obrigações com o município; além de outras variáveis na perspectiva dos doadores, como a constatação de recebimento de doações (DONS) e subvenções (SUBVENTION).

A qualidade da informação contábil relatada pelas organizações sem fins lucrativos foi mensurada pelos autores na perspectiva de “utilidade-decisão”, ou seja, na utilidade dos relatórios contábeis para a tomada de decisão. As três primeiras variáveis utilizadas para medir a qualidade da informação contábil, foram definidas a partir de estudos realizados pelo *Governmental Accounting Office* (GAO): (i) entidades que recebem doação reportam zero de despesas com captação de recursos (FUNDO); (ii) não divulgação de despesas administrativas (ADMIN); (iii) altos valores de receitas e despesas sem classificação conforme a natureza, e sim, registradas na conta outros (OUTROS). Outra medida realizada pelos autores para mensuração da qualidade do relatório financeiro foi a descrição pelas entidades de informações voluntárias sobre as ações beneficentes realizadas (DISCR). Como variável de controle, os autores utilizaram o tamanho das organizações, o qual foi medido pelo valor do ativo total.

Os dados foram analisados por meio da utilização de estatística descritiva, correlação de Pearson e regressão linear múltipla. Os resultados obtidos pelos autores demonstraram uma correlação positiva e significativa entre as variáveis de governança sob a perspectiva dos reguladores. Também foi identificada uma correlação positiva entre os aspectos de governança e a qualidade da informação contábil reportada, o que indica que práticas de governança estão associadas a maior nível de qualidade dos relatórios financeiros reportados pelas organizações sem fins lucrativos. O mesmo resultado foi encontrado em relação ao tamanho dessas instituições.

Sob a perspectiva da transparência, evidenciação e capacidade informativa das demonstrações contábeis Behn, DeVries e Lin (2010) analisaram as determinantes do nível de transparência e divulgação voluntária das organizações sem fins lucrativos dos Estados

Unidos. Para os autores a pesquisa visa contribuir para o entendimento das formas de obtenção das informações financeiras das organizações, argumentando que a falta de acesso a essas informações pode resultar na geração de desconfiança entre os *stakeholders* e as entidades. A amostra inicial do estudo era composta pelas 300 maiores entidades sem fins lucrativos em termos de receitas anuais. Tal amostra foi diminuída para 261 entidades, em virtude de que foram eliminadas aquelas que não haviam sido auditadas, estavam liquidadas ou ainda com valores de dívidas muito elevados, o que poderia levar a distorção da análise.

As variáveis utilizadas para o estudo foram extraídas do IRS 990. Também foram encaminhadas as 261 entidades solicitações para a disponibilização das demonstrações contábeis, utilizadas como variável para mensuração da divulgação voluntária e transparência. Já as variáveis utilizadas como determinantes do nível de divulgação e transparência foram: (i) endividamento, mensurado pelo valor do passivo das organizações no ano de análise em proporção ao ativo total; (ii) contribuições recebidas, medido pelo valor de doações e contribuições recebidas no período em proporção à receita total; (iii) remuneração paga aos gestores em relação à receita total; (iv) tamanho; (v) área de atuação, consideradas educação superior e outros. O embasamento teórico acerca dessas determinantes foi a partir dos estudos de Jensen e Meckling (1976); Lang e Lundholm (1993); Gordon et al. (2002); Bhojraj, Blacconiere e D'Souza (2004); Mead (2008). Para análise dos dados os autores utilizaram estatística descritiva e regressão logística.

Da solicitação realizada pelos autores, 210 organizações responderam, mas apenas 142 entidades aceitaram participar da pesquisa e enviaram os relatórios financeiros. Para análise das determinantes da transparência, os autores testaram duas vezes o mesmo modelo de regressão, porém, com amostras diferentes. Na primeira os autores rodaram o teste com apenas as 210 entidades que responderam, de forma positiva ou negativa, à solicitação realizada. O segundo teste foi realizado com toda a amostra de 261 entidades, independentemente da resposta obtida. Com a significância das variáveis preditoras no modelo, elucidou o conhecimento de que o endividamento, tamanho, contribuições e doações, remuneração paga aos gestores e entidades atuantes no ensino superior são determinantes para um maior nível de divulgação dos relatos financeiros das organizações sem fins lucrativos norte americanas.

Na mesma perspectiva do estudo de Behn, DeVries e Lin (2010), Saxton, Kuo e Ho (2011) analisam as determinantes da divulgação financeira voluntária de organizações do terceiro setor da área de saúde em Taiwan. De acordo com os autores, o governo de Taiwan não possui uma normativa que obriga as organizações sem fins lucrativos à divulgação dos

relatórios financeiros, porém, incentiva a divulgação dessas informações. Esse fator torna o estudo diferente dos demais realizados, pois analisam a qualidade da divulgação em um ambiente onde não existe nenhuma obrigatoriedade para tal.

Os autores argumentam também que o estudo difere-se dos demais realizados, pois analisa elementos de estratégia organizacional, capacidade, governança e ambiente como fatores determinantes da divulgação contábil voluntária das organizações sem fins lucrativos. Para medir os elementos de estratégia, utilizam o valor dos gastos com atendimentos voluntários em proporção à receita total; o grau de alavancagem financeira e o endividamento da entidade em relação ao seu ativo total. Como variáveis de capacidade, os autores utilizaram tamanho e a rentabilidade, medida pelo retorno sobre o ativo. Já para a análise da influência da governança, foram utilizadas as variáveis relativas ao tamanho dos conselhos e sua composição (quantidade de membros internos e externos) e realização de auditoria independente. Já para mensurar o aspecto de transparência e divulgação dos relatórios financeiros, os autores utilizaram como variável apenas a apresentação, ou não, das demonstrações contábeis ao banco de dados de demonstrações financeiras de Taiwan e na web.

No estudo os autores analisaram todas as entidades atuantes na área da saúde em Taiwan, totalizando 40 organizações sem fins lucrativos. Os dados foram coletados por meio do banco de dados das demonstrações financeiras das entidades sem fins lucrativos de Taiwan, além de um questionário que as organizações sem fins lucrativos do referido estado estão obrigadas a responder, com informações sobre a gestão, conselhos, atendimentos, entre outros.

No modelo proposto pelos autores, a divulgação das demonstrações contábeis em *web sites* foi utilizada como variável dependente, enquanto as variáveis relacionadas aos aspectos de estratégia, capacidade e governança foram consideradas as independentes do modelo.

Os resultados do estudo apontaram que, dentre os fatores de estratégia, apenas a alavancagem apresentou-se significativa, porém, com uma influência negativa. Os autores argumentam que o aumento da dependência por empréstimo desloca a responsabilidade do setor público para os bancos. Com isso, os autores argumentam que a apresentação de informações de um grau elevado de dívida, pode ser vista como uma má notícia.

Quanto aos aspectos de capacidade, apenas a variável tamanho apresentou-se significativa, porém, também com influência negativa, o que para os autores demonstra que organizações menores são propensas a apresentar as suas demonstrações, argumentando ainda

que instituições de maior porte querem diminuir o monitoramento público, e com isso, evitar enfrentar custos políticos mais elevados.

Já no contexto dos elementos de governança, os autores constataram que o tamanho do conselho (influência positiva) e a auditoria independente (influência negativa) foram significativos. Os autores argumentam que a influência negativa da auditoria independente que pode estar atrelada ao fato de que demonstrações contábeis auditadas diminuem a discricão na realização das demonstrações contábeis. Além disso, os autores constataram que 92% das entidades analisadas possuem controle externo e, por orientação da empresa de auditoria independente, não estão divulgando suas informações, para não criar conflitos com informações das controladoras.

Sobre a égide da qualidade dos ganhos, Beisland e Mersland (2013) analisaram a existência de diferença entre a qualidade dos ganhos de organizações sem fins lucrativos e com fins lucrativos. Para tal, utilizaram um conjunto de entidades que atuam na área financeira, denominada por eles como entidades de microfinanças.

Para os autores, conhecer a qualidade dos ganhos das entidades sem fins lucrativos é tão importante quanto das organizações com fins lucrativos, uma vez que a diferença entre elas consiste apenas na distribuição desses ganhos. Os autores abordam ainda que existem inúmeros interessados na qualidade dos ganhos de uma organização sem fins lucrativos, como o governo, instituições financeiras, usuários, voluntários, doadores, uma vez que nenhum dos interessados terá interesse em manter relação com instituições com resultados negativos.

Beisland e Mersland (2013) analisaram um conjunto de 403 entidades de 76 países diferentes, no período de 1998 a 2009. As características dos ganhos analisados foram: suavidade, persistência, previsibilidade, gerenciamento de resultados e relevância. Como variáveis independentes foram utilizadas o tamanho (ativo total) e a eficiência (valor total dos gastos operacionais). Como variáveis de controle os autores utilizaram o tempo de constituição e o endividamento.

A partir dos resultados alcançados, os autores não conseguiram apontar uma diferença estatisticamente significativa entre a qualidade dos ganhos das organizações com e sem fins lucrativos. Porém, quando analisados apenas as organizações sem fins lucrativos, observou-se que existe diferença na qualidade dos ganhos entre essas instituições. Aquelas constituídas na forma de organizações não governamentais apresentam maior qualidade dos ganhos, enquanto cooperativas e uniões de crédito estão propensas a apresentar relatórios financeiros com manipulação dos resultados.

No cenário nacional é possível apontar os estudos de Cruz (2010) e Mário et al. (2013). O primeiro teve enfoque sobre a relevância da informação contábil para os investidores sociais, enquanto no segundo o enfoque foi na transparência e evidenciação das informações contábeis.

Cruz (2010), em sua tese de doutorado, investigou a relevância das variáveis contábeis no processo de decisão de doação por parte de investidores sociais de entidades do terceiro setor brasileiras. Partiu do pressuposto que a informação no contexto do terceiro setor é relevante somente quando afeta a decisão de um investidor social na realização da doação.

A autora analisou um conjunto de 124 entidades qualificadas como OSCIP, cujos dados foram extraídos da base de dados de consulta pública do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNE's), considerando os períodos de 2006 e 2007. O trabalho consistiu em analisar se as informações emanadas pelos relatórios contábeis de 2006 possuíam influência sobre as doações privadas recebidas em 2007.

Para construção do modelo de análise, a autora tomou como base estudos seminais que também analisaram a influência das informações contábeis sobre a doação recebida pelas entidades do terceiro setor no contexto norte-americano. O modelo de regressão utilizado pela autora considerou o montante de doações recebidos em 2007 como variável dependente. As variáveis explicativas foram a taxa das despesas administrativas, valor oriundo das receitas governamentais e o tamanho da organização, medido pelo ativo total.

Os resultados demonstram que a informação contábil dessas entidades é relevante na tomada de decisão de investidores privados institucionais e não individuais, o que sugere que quando os investidores possuem maior conhecimento, maior é o nível de exigência e utilização da informação contábil para a decisão de realizar doações às organizações sem fins lucrativos.

Conforme o exposto verifica-se a existência de estudos que buscam analisar a qualidade da informação contábil, sua relevância para o processo de tomada de decisão no contexto das organizações do terceiro setor. Há também pesquisas sobre as determinantes do nível de divulgação das organizações sem fins lucrativos, o que permite elucidar sobre as variáveis já utilizadas e que influenciam a divulgação de informações financeiras pelas organizações sem fins lucrativos, Vale ressaltar que a apresentação de estudos relacionados à temática estudada nessa pesquisa não possui apresentação restrita a essa seção, e sim, na construção de todo o trabalho.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se o delineamento metodológico da pesquisa, o universo e amostra da investigação, o constructo e as fontes de coleta de dados e os procedimentos de análise. Também são apresentados o desenho da pesquisa e as limitações da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Beuren (2004) e Collis e Hussey (2005), uma pesquisa na área das ciências sociais aplicadas pode ser caracterizada quanto aos seus objetivos, procedimentos, estratégia de coleta de dados e pelas técnicas de análise utilizadas. Desta forma, o presente estudo, quanto ao seu objetivo, caracteriza-se como descritivo.

De acordo com Martins (2002, p. 36), a pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como, o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”. Frente a isto, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois visa inicialmente avaliar a qualidade da informação contábil das organizações brasileiras sem fins lucrativos e, posteriormente, relacioná-las com as características destas entidades.

Em relação aos seus procedimentos, trata-se de uma investigação documental, já que as variáveis serão coletadas de informações advindas de documentos, neste caso, as demonstrações contábeis e demais relatórios contábeis disponíveis para análise. Marconi e Lakatos (2005, p. 62) mencionam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Nesta pesquisa são utilizadas informações de dados passados. Os dados necessários advêm do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs/MJ), além do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal.

Em relação à análise dos dados, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa. Martins e Theóphilo (2009) apontam que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, desde o momento da coleta até o tratamento dos dados, por meio de técnicas estatísticas, da mais simples, como a estatística descritiva (percentual, média, desvio-padrão), até a utilização de técnicas mais avançadas, como coeficiente de correlação, regressão, entre outras. Sob essa abordagem, Hayati, Karami e Slee (2006) apontam que os

resultados da pesquisa são reproduzíveis e generalizáveis, permitindo um conhecimento geral sobre uma população.

A abordagem quantitativa, quando utilizada de forma adequada no desenvolvimento da pesquisa, tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções na análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança às inferências (RICHARDSON, 2012).

Creswell (2007, p. 130) aponta que na “pesquisa quantitativa a questão da pesquisa e as hipóteses são frequentemente baseadas em teorias que o pesquisador procura testar”. A pesquisa quantitativa é aquela em que o pesquisador utiliza-se do raciocínio de causa e efeito, variáveis específicas, hipóteses, testes de teorias para desenvolver o conhecimento por meio do emprego de métodos que geram dados estatísticos.

A pesquisa classifica-se como quantitativa, pois utiliza de métodos probabilísticos para a definição da amostra a ser analisada. Também emprega métodos estatísticos univariados (média, mínimo, máximo, desvio padrão, correlação de Pearson) para análise das características das entidades, e multivariados (regressão linear múltipla) para análise da influência das características das entidades do terceiro setor sobre a qualidade da informação contábil.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população ou universo, para Vergara (1998, p. 48), “é o conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo), que possuem as características que serão objeto de estudo”. Richardson (2012, p. 157) define que a população de uma investigação científica consiste em um “conjunto de elementos que possuem determinadas características em comum”.

Desta forma, é possível delimitar que a população deste estudo é composta pelas organizações do terceiro setor oficialmente constituídas no Brasil, pois adotando os conceitos supracitados, estas entidades possuem determinadas características em comum, pertinentes à realização deste estudo e coerentes com o preconizado na literatura (SALAMON; ANHEIR, 1996): (i) organização que é a formalização e institucionalização das entidades; (ii) privada, ou seja, institucionalmente separada do governo; (iii) sem fins lucrativos, assim não existe o retorno dos lucros aos sócios, diretores ou proprietários; (iv) auto governo, capacidade para controlar suas próprias atividades.

Devido ao baixo índice de publicação das demonstrações contábeis pelas entidades que compõem o universo desta pesquisa, é necessária a definição da população alvo, que para Megliorini (2004, p. 20), “[...] representa todo o grupo do qual se deseja obter a informação [...]”, sendo neste caso, o total das entidades qualificadas como OSCIP e de UPF, as quais totalizavam 18.553 instituições brasileiras em outubro de 2013. Classificam-se as OSCIP e as organizações de UPF como estudo alvo, uma vez que estas são obrigadas a realizar a prestação de contas e apresentar as suas demonstrações contábeis ao CNEs/MJ.

Conhecida a população alvo do estudo, é necessária a definição da amostra a ser analisada. A amostra constitui-se de uma parcela selecionada de forma probabilística ou não probabilística que será considerada como um subconjunto que representa a população total (MARCONI; LAKATOS, 2005; MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para Freitas et al., (2000), a melhor amostra de uma pesquisa é a representatividade de uma população ou um modelo dela. O autor menciona ainda que não há amostra perfeita, o que apenas pode variar é o grau de erro ou viés. O tamanho da amostra deve ser definido, considerando se o universo é infinito ou finito, utilizando um grau de confiança de 95% e um erro permitido de 5%. Quanto maior o número da amostra, menor é a probabilidade de um erro amostral.

Assim, a amostra deste estudo é probabilística, sendo que para o plano amostral partiu-se da população alvo, com um grau de confiabilidade de 95%, conforme preconizado por Freitas et al. (2000), o que determinou uma amostra de 392 instituições sem fins lucrativos.

O período de coleta e análise de dados se restringe ao ano de 2012, em virtude que no momento da coleta de dados, ainda não haviam sido publicadas as demonstrações contábeis de 2013 das entidades cadastradas no CNE's público. Além disso, a utilização de anos anteriores fica restrita em virtude de não existir regularidade de apresentação das demonstrações contábeis por parte das entidades do terceiro setor ao Ministério da Justiça. A relação das entidades que compuseram a amostra encontra-se no Apêndice A.

3.3 CONSTRUCTO

Para que seja possível explorar de forma empírica um conceito teórico, é necessária a tradução da assertiva genérica do conceito para o mundo real, baseando-se em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, construir um constructo e operacionalizá-lo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Em relação às variáveis e exploração dos conceitos de forma empírica em uma investigação e a definição de construto, Martins (2005, p. 35) descreve o seguinte:

Para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar (construir) um constructo e operacionalizá-lo. Para tanto, é preciso identificar as variáveis observáveis / mensuráveis que podem representar as contrapartidas das variáveis teóricas. Constructo possui um significado construído intencionalmente a partir de um determinado marco teórico, devendo ser definido de tal forma que permita ser delimitado, traduzido em proposições particulares observáveis e mensuráveis.

Nos Quadros 6 e 7 demonstram-se as métricas e variáveis utilizadas e as respectivas operacionalizações.

Quadro 6 – Construto da pesquisa – objetivos A e B

Objetivos	Variáveis		Operacionalização
a) Caracterizar as organizações componentes da amostra;	Tamanho (TAM)		Tamanho = Ativo Total
	Tempo de Constituição (TCONST)		Idade = Diferença entre o ano atual e a data de fundação
	Auditoria (AUD)		AUD = (1) Auditada; (0) Não auditada
	Forma Legal (FORML)	Associação (ASSOC)	ASSOC = (1) Associação (0) Fundação
		Fundação (FUND)	FUND = (1) Fundação (0) Associação
	Certificação (CERT)	OSCIP (OSCIP)	OSCIP = (1) OSCIP (0) Outra
UPF (UPF)		UPF = (1) UPF (0) Outra	
b) Mensurar a qualidade da informação dos relatórios contábeis divulgados pelas organizações do terceiro setor investigadas	Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC)		<i>Check-list</i> com 59 questões sobre a evidenciação de informações nas demonstrações contábeis das entidades (Quadros 9 a 15), com resposta binária, atribuindo-se 1 para itens evidenciados e 0 para os não evidenciados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

O primeiro objetivo desse estudo visa à caracterização das entidades que são objeto de análise. Para tanto, busca-se caracterizá-las em relação: (i) ao tamanho, o qual é medido nessa pesquisa pelo ativo total das entidades (MARCUELLO; SALAS, 2001; YETMANN; YETMANN, 2004; TRUSSEL; PARSON, 2007; CRUZ, 2010); (ii) o tempo de constituição, que é mensurada pela diferença entre o ano da pesquisa (2014) e o ano da fundação das organizações sem fins lucrativos da amostra (CRUZ, 2010; BERSLAND; MERSLAND, 2013); (iii) a personalidade jurídica de constituição das entidades, ou seja, se elas estão constituídas como associação ou fundação; (iv) a certificação obtida por essas entidades,

quanto à Utilidade Pública Federal (UPF) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O segundo objetivo do estudo consiste na mensuração da qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor brasileiras analisadas. Para tanto, utiliza-se um *check-list* de itens que devem ser evidenciados por essas organizações e, a partir disso, é apurado o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC). A mensuração da qualidade da informação contábil por meio de um índice de evidenciação já foi utilizada nos estudos de Keating e Frumkin (2003), Yetmann e Yetmann (2004), Lima (2010) e Verbruggen, Christiaens e Milis (2011), Gabriel e Silveira (2011) e Mário et al. (2013).

Quadro 7 - Construto da pesquisa – objetivo C

Objetivo	Hipóteses	Variáveis	Operacionalização
c) Relacionar as características das entidades do terceiro setor à qualidade da informação contábil.	H ₁	IQIC Tamanho (logTAM)	- Correlação de Pearson entre as variáveis; - Regressão linear múltipla, considerada como variável dependente o IQIC, como variáveis independentes o TAM, TCONST, AUD e as variáveis FORML e CERT como variáveis de controle do modelo.
	H ₂	IQIC TCONST (logTCONST)	
	H ₃	IQIC Auditoria (AUD)	
	Variáveis de Controle	Forma Legal (FORML) Certificação (CERT)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

O terceiro e último objetivo da pesquisa visa à elucidação acerca da relação entre as características e o IQIC das entidades analisadas. Para que se possa atingir esse objetivo foram utilizados os testes estatísticos de Correlação de Pearson e a Regressão Linear Múltipla. O teste de correlação de Pearson permite identificar a relação entre a qualidade da informação contábil e o tamanho, tempo de constituição, realização de auditoria nas demonstrações contábeis, além do tipo de certificação e da forma legal das entidades. Já o teste de regressão linear múltipla permite analisar a influência dessas características sobre o IQIC.

Para analisar a influência das características no IQIC é proposto um modelo de regressão linear múltipla em que o IQIC é a variável dependente, e as variáveis logTAM, logTCONST e AUD são variáveis independentes ou preditoras. Cabe ressaltar que para as variáveis TAM e TCONST foram utilizados os logaritmos dos valores, para fins de normalização dos dados. A forma legal de constituição e o título dessas entidades são utilizados apenas como variáveis de controle.

A relação entre as características das organizações e a qualidade da informação contábil já foi analisada nos estudos de Imhoff Jr. (1992), Barth, Beaver e Landsman (2001), Dechow e Dichev (2002), Barth, Landsman e Lang (2008), Mendonça Neto e Riccio (2008), Lee e Masulis (2009), Antunes et al. (2009), Almeida (2010), Lima (2010), Klann (2011), Chen et al. (2010), Horton, Serafeim e Serafeim (2013) e Cang, Chu, Lin (2014).

3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para coleta dos dados necessários para esta pesquisa foram elaborados dois instrumentos: um para coletar as variáveis independentes do estudo; outro para mensurar o índice de evidenciação das entidades analisadas.

A partir do arcabouço teórico acerca das determinantes do *disclosure* das organizações sem fins lucrativos, foram definidas as variáveis independentes. Com base nisso, foi elaborado o primeiro instrumento de pesquisa, o qual é apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Variáveis independentes e variáveis de controle

Entidade	Área de Atuação	Data da Fundação (A)	Data Atual (B)	Tempo de Constituição (= A-B)	Forma Legal	Tipo de Certificação	Ativo Total	DC's Auditadas (2012)
Entidade 1

Fonte: Elaborador pelo autor (2014).

As variáveis independentes apresentadas no Quadro 8 são citadas na literatura como preditoras para a qualidade da informação contábil das entidades de forma geral. No que tange ao tamanho, organizações maiores demandam controles mais eficazes e, conseqüentemente, uma informação contábil melhor. Já o tempo de constituição é dita como uma variável sinônima de experiência, organizações mais experientes tendem a possuir maior conhecimento e controle de suas atividades e possuir uma gestão mais profissionalizada, o que pode refletir na qualidade da informação contábil. A realização da auditoria é concebida sob o aspecto de confiabilidade e conformidade que esta dá às demonstrações contábeis auditadas, o que reflete na melhoria da informação contábil das organizações.

Conforme já preconizado pela literatura no contexto do terceiro setor, a qualidade da informação contábil é vista sob a ótica da transparência e prestação de contas (*accountability*). Portanto, a partir das normas vigentes elaborou-se o segundo instrumento de pesquisa, um *check-list* para apurar o nível de evidenciação das demonstrações contábeis destas entidades.

A utilização do *check-list* foi realizada para permitir a elaboração de um índice de evidenciação, em que para cada critério adotado utilizou-se uma combinação binária para a sua avaliação, sendo utilizado 0 quando a entidade não evidencia e 1 quando evidencia.

Outros estudos como os de Silveira (2007), Cruz et al. (2009) e Gollo, Schulz e Rosa (2013) já utilizaram instrumentos semelhantes no cenário nacional. Já na literatura internacional é possível apontar os estudos de Keating e Frumkin (2003), Yetmann e Yetmann (2004) e Verbruggen, Christiaens e Milis (2011), que também utilizaram normas vigentes para a elaboração de uma lista de verificação e assim analisar a qualidade da informação contábil das organizações sem fins lucrativos.

Os Quadros 9 a 15 contemplam as referidas dimensões da análise e os aspectos observados na avaliação da conformidade das demonstrações contábeis (DC) das organizações alvo do estudo, bem como as respectivas normas observadas na elaboração do instrumento.

Por meio das demonstrações contábeis que os gestores poderão apresentar a situação financeira e econômica das organizações sem fins lucrativos, e ainda, servir como mecanismo de prestação de contas aos doadores, governo, usuários dos serviços prestados, credores entre outros. No Brasil, os critérios e procedimentos contábeis destinados às organizações sem fins lucrativos são estabelecidos por meio da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002. Para os aspectos não abordados nessa norma, aplica-se as determinações da ITG 1000.

O item 23 da ITG 2002 dispõe sobre as demonstrações contábeis que as organizações sem fins lucrativos devem apresentar ao fim de cada exercício, a qual serviu como subsídio para elaboração da Seção 1 do instrumento de pesquisa, apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 - Seção 2.0 do Instrumento de Pesquisa Demonstrações contábeis compulsórias

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
ITG 1000 e ITG 2002	Demonstrações Contábeis	1	Apresentou o Balanço Patrimonial?
		2	Divulga a Demonstração do Resultado do Período?
		3	Apresenta a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?
		4	Apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa?
		5	Apresenta as notas explicativas?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

A primeira seção (apresentada no Quadro 9) apresenta as demonstrações contábeis que as entidades sem fins lucrativos devem apresentar, dentre elas, o Balanço Patrimonial.

Com base na NBC TG 26 (R1) e a NBC T 3 elaborou-se a seção II (Quadro 10) do instrumento de pesquisa, o qual visa identificar a conformidade e o nível de evidência em relação ao BP das organizações do terceiro setor analisadas.

Quadro 10 – Seção 2.1 do Instrumento de Pesquisa: Balanço Patrimonial

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 26 (R1) NBC T 3	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial Estrutura Conceitual das DC	6	A entidade apresenta na estrutura do BP a subdivisão dos grupos de ativo e passivo em circulante e não circulante?
		7	Os impostos diferidos foram classificados como não circulante?
		8	O ANC está subdividido em Realizável a Longo Prazo (RLP), Investimentos, Imobilizado e Intangível?
		9	A entidade divulga rubricas adicionais às contas apresentadas, ou seja, subclassificações realizadas de acordo com a operação da entidade?
		10	No BP está evidente o grupo do Patrimônio Líquido da organização?
		11	A organização apresentou constituição de Provisão para cobrir possíveis perdas, bem como a baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados?
		12	A organização registra os recursos de convênios em contas próprias de ativo e passivo?
		13	A entidade registra o valor do superávit ou déficit do exercício em conta própria do Balanço Patrimonial?
		14	A organização evita apresentar contas do ativo com títulos genéricos e valor superior a um décimo do valor do respectivo grupo de contas?
		15	A organização evita apresentar contas do passivo com títulos genéricos e valor superior a um décimo do valor do respectivo grupo de contas?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

O BP é uma das demonstrações obrigatórias, sendo que nele são apresentados os elementos que compõem o patrimônio da organização, o que permite aos seus usuários uma análise da sua situação patrimonial e financeira, demonstrando a realidade financeira da empresa em determinado período. Bettiol Junior (2005) argumentam que o BP auxilia os usuários das entidades na avaliação da capacidade da entidade de continuidade de suas atividades e projetos sociais desenvolvidos.

A NBC TG 26 (R1) e a ITG 2002 determinam os aspectos que deverão ser observados para apresentação da DRE. Frente a isso elaborou-se a seção 2.2 do instrumento de pesquisa para analisar o nível de conformidade e evidência da DRE das organizações sem fins lucrativos.

Quadro 11 – Seção 2.2 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração do Resultado do Período (DRE)

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 26 (R1) ITG 2002	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Demonstração do Resultado do Período	16	As receitas são subdivididas em receitas com ou sem restrições?
		17	As receitas estão classificadas por programas/atividades de geração de receita?
		18	Os custos estão apresentados por programas/atividades?
		19	As despesas estão classificadas de acordo com as suas naturezas?
		20	A organização utiliza o regime de competência para o registro dos fatos contábeis?
		21	A demonstração apresenta o resultado (superávit ou déficit) do período?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

Enquanto o BP evidencia a situação patrimonial e financeira, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) destina-se a evidenciar a formação do resultado da organização. A DRE demonstra o resultado (positivo/negativo) das operações da entidade por meio da confrontação das receitas, custos e despesas incorridos no exercício. As empresas do segundo setor almejam que o resultado dessa demonstração seja lucro para que possa realizar a distribuição aos seus acionistas. Já para as organizações sem fins lucrativos essa demonstração serve para demonstrar a viabilidade da continuidade dos seus projetos e ações sociais. O resultado positivo obrigatoriamente deve ser reinvestido na organização.

No Quadro 12 apresentam-se os aspectos que as entidades sem fins lucrativos deverão evidenciar na DMPL, de acordo com a NBC TG 26 (R1) e a ITG 2002 (2013).

Quadro 12 – Seção 2.3 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 26 (R1) e ITG 2002	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	22	A entidade apresenta na DMPL todas as contas e oscilações ocorridas no PL da organização?
		23	É apresentada na DMPL as oscilações decorrentes da transferência de superávit de recursos sem restrição?
		24	A DMPL demonstra as oscilações ocorridas com os recursos de superávit com restrições?
		25	A entidade apresentou “Saldo no Início do Exercício” da Demonstração das Mutações do Patrimônio Social que confere com o “Saldo do Final do Exercício” apresentado no ano anterior?
		26	Apresenta o resultado líquido do período?
		27	A DMPL apresentou os saldos finais das contas após as oscilações do período?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) também é uma das demonstrações que as organizações sem fins lucrativos deverão apresentar. A DMPL

demonstra todas as modificações e oscilações que ocorrem no patrimônio líquido da entidade durante o exercício.

O Quadro 13 apresenta os aspectos dispostos pela NBC TG 03 e a ITG 2002 acerca da apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Quadro 13 – Seção 2.4 do Instrumento de Pesquisa: Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 03 (R1) e ITG 2002	Demonstração do Fluxo de Caixa	28	A DFC apresenta os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento?
		29	São apresentadas as fontes de fluxos de caixa das atividades operacionais?
		30	São apresentadas as fontes de fluxos de caixa das atividades de investimentos?
		31	São apresentadas as fontes de fluxo de caixa das atividades de financiamentos?
		32	Os valores de caixa e equivalentes no início e fim do período apresentados conferem com o apresentado no BP?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

Com a publicação da ITG 2002 em 2013 as organizações sem fins lucrativos passaram a ter a obrigatoriedade de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), essa demonstração permite aos seus usuários saber quais foram as fontes de recursos e ainda onde os recursos foram gastos (BOURGEOIS, 2003).

Aos investidores sociais, como por exemplo, doadores, é de suma importância ter mecanismos de como avaliar onde os recursos fornecidos foram investidos, bem como, aqueles usuários que pagam pelos serviços prestados pelas entidades do terceiro setor. Assim, torna-se importante a elaboração e a apresentação da DFC por essas instituições.

O *disclosure* das informações contábeis é feito por meio das tradicionais demonstrações contábeis, notas explicativas, relatório de administração, entre outras formas alternativas, como demonstrações complementares e comentários dos auditores independentes (IUDICIBUS, 2004; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Os preceitos para elaboração e apresentação das NE são dispostos pela NBC TG 26 (R1), a ITG 1000 e a ITG 2002, as quais serviram de base para elaboração da seção 2.5 do instrumento de coleta de dados para a obtenção do índice de evidenciação (IE).

Quadro 14 – Seção 2.5 do Instrumento de Pesquisa: Notas Explicativas (NE)

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 26 (R1), ITG 1000 e ITG 2002	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Notas Explicativas	32	Divulga a norma contábil que é utilizada para determinação das práticas contábeis?
		34	Está presente nas notas explicativas a declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC?
		35	Apresenta o resumo das políticas contábeis significativas aplicadas?
		36	Dispõe de informações de suporte de itens das demonstrações pela ordem e com rubricas que são apresentados?
		37	Apresenta outras divulgações inerentes a passivos/ativos contingentes e ou políticas de gestão?
		38	No resumo das políticas contábeis, a entidade divulga as bases de mensuração e outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes?
		39	No resumo das políticas contábeis, são divulgados os julgamentos realizados pela entidade para determinação das políticas contábeis?
		40	A entidade divulgou o valor das perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram incluídas?
		41	Apresentou nas NE o valor das reversões de perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram revertidas?
		42	A organização apresentou em suas NE os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade?
ITG 2002	Itens para serem divulgados em Notas Explicativas	43	Apresenta o contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social, econômica e os objetivos sociais?
		44	Apresenta os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos?
		45	As renúncias fiscais relacionadas com a atividade são evidenciadas nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse?
		46	Demonstram as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções?
		47	Divulga os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos?
		48	Demonstra os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador?
		49	Divulgam eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade?
		50	Apresentam as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo?
		51	Apresentam informações sobre os seguros contratados?
52	São divulgados os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil?		

Continua...

...continuação

		53	É apresentada a segregação dos atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade?
		54	São apresentadas todas as gratuidades praticadas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos
		55	Demonstra, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados?
		56	Divulga nas NE as informações relacionadas às gratuidades concedidas e serviços voluntários obtidos por tipo de atividade?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

Em relação à importância da utilização das Notas Explicativas (NE), é possível afirmar que o seu uso deve ser para evidenciar informações qualitativas sobre determinados aspectos das informações quantitativas, cuja clareza possa estar comprometida (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDICIBUS, 2004).

Hendriksen e Van Breda (1999) elencam as principais vantagens das Notas Explicativas: (i) apresentar informações não quantitativas como parte do relatório financeiro; (ii) divulgar informações de ressalvas e restrições a itens dispostos nas demonstrações; (iii) evidenciar mais detalhes do que é possível nas demonstrações quantitativas; (iv) apresentar material quantitativo ou descritivo de importância secundária.

Por meio da certificação das organizações sem fins lucrativos, como OSCIP's ou UPF's, é formalizado o Termo de Parceria com o governo, o qual destina-se à formação do vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e execução das atividades de interesse público (OLAK; NASCIMENTO, 2009). É por meio deste termo que o repasse de verbas públicas às organizações torna-se legítimo, sem a necessidade dos trâmites burocráticos da legislação acerca dos contratos entre o Estado e a sociedade (ARAÚJO, 2005).

Os recursos recebidos do Estado pelas organizações sem fins lucrativos caracterizam-se como subvenções governamentais. Com isso, essas organizações estão obrigadas a atender os preceitos dispostos pela NBC TG 07 (R1) quanto a divulgações acerca das subvenções governamentais recebidas. Frente a isso, torna-se necessário analisar a evidenciação contábil do recebimento dos recursos recebidos do Estado, de acordo com a base normativa que a rege. No Quadro 15 encontra-se a seção 2.6 do instrumento de pesquisa acerca das subvenções governamentais.

Quadro 15 – Seção 2.6 do Instrumento de Pesquisa: Subvenções Governamentais

Base normativa	Aspectos observados	Nº	Item verificado
NBC TG 07 (R1)	Subvenções Governamentais	57	Divulga a política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis?
		58	Apresenta a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis e uma indicação de outras formas de assistência governamental de que a entidade tenha diretamente se beneficiado?
		59	Divulga as condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas à assistência governamental que tenha sido reconhecida?

Fonte: Elaborador pelo Autor (2014).

A partir dos instrumentos de pesquisa apresentados foi possível mensurar o índice de evidenciação contábil (IE) das organizações brasileiras sem fins lucrativos. Conforme já supracitado, para a construção do índice utilizou-se de combinação binária (0 e 1). Desta forma, cada item possui o mesmo peso, o que permitiu no final determinar uma pontuação para cada entidade, que variou de 0 (pior) a 59 (melhor).

A vantagem na utilização de normas para medir a qualidade da informação contábil no terceiro setor é citada nos estudos de Yetmann e Yetmann (2004), que argumentam que diferente das entidades do mercado acionário, que possuem diversas métricas e que em grande parte estão associadas ao lucro e retorno sobre as ações, as organizações sem fins lucrativos não possuem essas variáveis para análise. Assim, a normatização é um caminho para a medição da qualidade dos relatórios financeiros. Além disso, a utilização de índices é transparente, de fácil replicação e não requer julgamentos subjetivos, o que faz com que seja de fácil interpretação.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A coleta de dados consiste nos procedimentos que serão realizados para que seja possível obter os dados necessários para realização do estudo. Para Marconi e Lakatos (2005, p. 167), “se inicia com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta de dados”. Martins (2002) aponta ainda que os dados podem ser primários ou secundários, sendo que o primeiro corresponde aos dados provenientes da aplicação de instrumentos diretos aos sujeitos da pesquisa, como questionários e entrevistas. O segundo contempla os dados que são obtidos por meio de cadastros e publicações. Nesta pesquisa os dados coletados são secundários, em virtude de serem coletados das

demonstrações contábeis apresentadas no sítio do CNEs/MJ, da Receita Federal do Brasil e das próprias entidades.

No quadro 16 apresentam-se as variáveis e as respectivas bases de dados que foram utilizadas para coleta dos dados.

Quadro 16 - Base de dados para coleta das variáveis

Variáveis	Classificação da Variável	Local	Base de dados
• Índice de qualidade da informação contábil	Dependente	Demonstrações Contábeis	CNEs/MJ
• Idade • Tamanho • Auditoria	Independente	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Secretaria da Receita Federal
• Forma Legal • Tipo de Certificação	Variáveis de Controle	Relatório CNEs/MJ	CNEs/MJ

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Apesar da base de dados do CNEs/MJ ser relativamente nova, ela é singular no cenário nacional, pois configura-se como um mecanismo de divulgação das informações contábeis das entidades do terceiro setor no Brasil (CRUZ, 2010). Já o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) é a única fonte de informação que permite a consulta à data de fundação legal, o que permite definir o tempo de constituição das organizações, além de confirmar o setor de atuação.

Para facilitar o processo de coleta dos dados, foram utilizadas planilhas eletrônicas, por meio do Microsoft Excell[®], o que permitiu o cálculo do índice de divulgação e a tabulação das demais variáveis analisadas.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados é o momento em que o pesquisador obtém as respostas ao problema da pesquisa, estabelecendo as relações necessárias entre os dados e as hipóteses formuladas, comprovando-as ou refutando-as de acordo com a análise dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2005).

A análise dos dados foi realizada em três etapas, sendo que cada uma se refere a um objetivo específico da investigação, para tanto foram utilizadas técnicas de estatística univariada e multivariada.

A primeira etapa consistiu na caracterização das instituições por meio de medidas de estatística descritiva, tais como médias, mínimos, máximos e desvio padrão das seguintes

características: tamanho, área de atuação, tempo de constituição, organizações auditadas, forma legal e tipo de certificado obtido.

Já no segundo momento foi realizada a avaliação da qualidade da informação contábil destas entidades, por meio do índice de evidenciação, resultando em um indicador que foi analisado também por meio de estatística descritiva.

Na terceira e última etapa testou-se as hipóteses da pesquisa, a partir da técnica de correlação de Pearson e regressão linear múltipla. Para tanto, foi necessária a realização dos testes de pressupostos da regressão. Para a identificação da normalidade dos dados foi realizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov*; para a análise da multicolinearidade aplicou-se o teste de *Variable Inflation Factor* (VIF) - (Fator de Inflação da Variância); para a análise da homoscedasticidade realizou-se o Teste de Levene; foi analisada ainda a autocorrelação dos resíduos por meio do teste de *Durbin-Watson*. Hair et al. (2005) definem a regressão linear múltipla como uma técnica estatística utilizada para analisar a relação entre uma variável dependente, dita como critério, e diversas variáveis independentes, consideradas preditoras.

Para realização da regressão linear múltipla foram definidos cinco modelos a fim de obter o modelo com maior poder de explicação e influência sobre o IQIC. Como o objetivo dos modelos propostos é analisar a influência das variáveis sobre o nível da qualidade da informação contábil, logo, em todos os modelos a variável IQIC é considerada como dependente.

O primeiro modelo proposto considera TAM, TCONST, AUD, ASSOC, FUND, OSCIP, UPF como variáveis preditoras do IQIC, sendo então utilizada a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1 * \log TAM + \beta_2 * \log TCONST + \beta_3 * AUD + \beta_4 * ASSOC + \beta_5 * FUND + \beta_6 * OSCIP + \beta_7 * UPF \quad (1)$$

No modelo proposto definiu-se como variável dependente o índice de qualidade da informação contábil (IQIC). As variáveis independentes definidas, a partir da literatura, como preditoras são: o logaritmo do tamanho da entidade ($\log TAM$), o logaritmo do tempo de constituição ($\log TCONST$); o fato de a empresa ter auditoria (AUD); a forma legal (FORML) e o tipo de certificação recebido pela organização (CERT).

A equação do segundo modelo considerou apenas as variáveis de controle como preditas do IQIC, conforme demonstra-se:

$$IQIC = \beta_1*ASSOC + \beta_2*FUND + \beta_3*OSCIP + \beta_4*UPF \quad (2)$$

Vale lembrar que no segundo modelo todas as variáveis são *dummies* excludentes, exemplificando, aquelas que são constituídas como Associação, não podem se enquadrar como Fundação, e da mesma forma para as variáveis OSCIP e UPF.

O terceiro foi realizado para avaliar apenas a influência das formas legais sobre a variável dependente, sendo utilizada a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1*ASSOC + \beta_2*FUND \quad (3)$$

No quarto modelo buscou-se analisar o poder de explicação do título de qualificação das entidades sem fins lucrativos no grau de qualidade da informação contábil, sendo que para isso foi delineada a equação:

$$IQIC = \beta_1*OSCIP + \beta_2*UPF \quad (4)$$

O quinto e último modelo proposto, visou analisar a influência das variáveis independentes do estudo sobre a qualidade da informação contábil das entidades analisadas, o que gerou a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1*\log TAM + \beta_2*\log TCONST + \beta_3*AUD \quad (5)$$

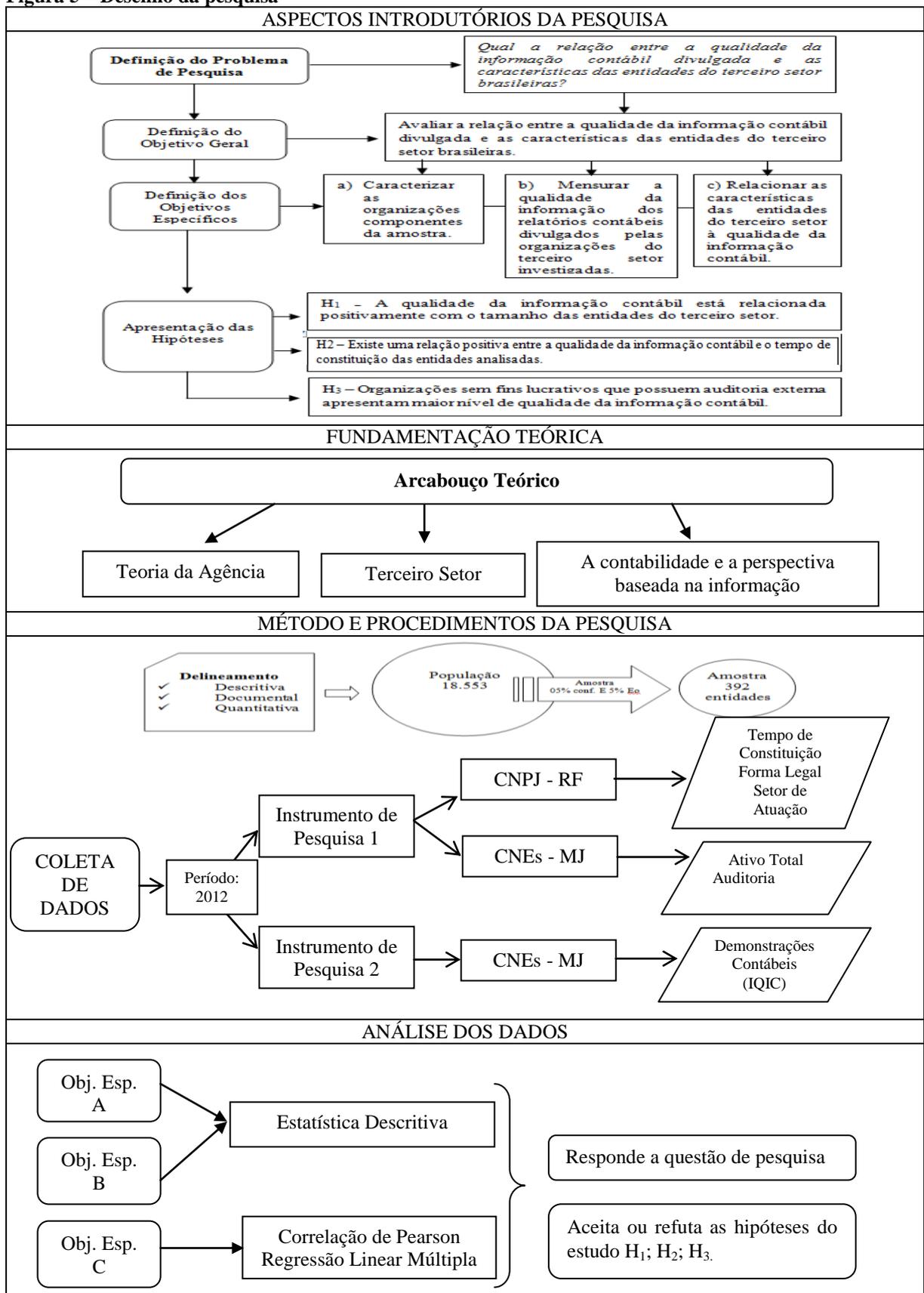
No último modelo, foram utilizados o $\log TAM$ como variável de tamanho, o $\log TCONST$, para variável de tempo de constituição e experiência das entidades, e a variável *dummy* de AUD, para a realização da auditoria.

Os cinco modelos propostos foram testados e os resultados são apresentados na seção 5.3 desse estudo. Na seção seguinte apresenta-se o desenho dessa pesquisa, desde os aspectos introdutórios, teóricos, instrumental de pesquisa e análise dos dados.

3.7 DESENHO DA PESQUISA

Nesta seção apresenta-se uma síntese dos procedimentos adotados para realização deste estudo. Na Figura 1 demonstra-se o desenho metodológico da pesquisa.

Figura 5 – Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A Figura 1 demonstra o delineamento e a trajetória da realização deste estudo e sua operacionalização. A partir do referencial teórico e dos objetivos e hipóteses estabelecidos, fez-se necessário o delineamento da pesquisa e a definição da população e amostra. Feito isso, iniciou-se o processo de coleta e análise dos dados, para que se possa responder à problemática abordada e também aceitar ou refutar as hipóteses apresentadas.

3.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Destaca-se que as limitações de uma pesquisa podem estar relacionadas às suas etapas, que se manifestam durante a sua realização, podendo estar vinculadas aos aspectos teóricos e metodológicos.

Quanto aos aspectos teóricos, pode-se apontar como fator limitador a existência de poucos estudos sobre a qualidade da informação contábil no contexto das organizações sem fins lucrativos, sendo que o tema é abrangente e já amplamente discutido no contexto das entidades do segundo setor. Apesar de existir estudos voltados à temática aplicados ao conjunto de entidades objeto desse estudo, eles ainda não são conclusivos, e não existe ainda uma métrica para mensuração da qualidade da informação contábil dessas entidades.

Em relação aos procedimentos do estudo, ressalta-se como limitação três aspectos: (i) instrumento de coleta; (ii) amostra do estudo, e; (iv) base de dados. Em relação ao instrumento de coleta de dados, ele foi elaborado apenas para esta pesquisa, frente à observação da norma contábil aplicada ao grupo de entidades analisados. No entanto, por questão de interpretação, alguns aspectos podem não ter sido considerados no conjunto de itens que foram coletados, os quais podem ser entendidos por outros pesquisadores como importantes. Para diminuir o viés de interpretação supracitado, o instrumento foi repassado a um profissional contábil e para um pesquisador. Após as considerações de ambos, o instrumento foi alterado e, por fim, serviu como instrumento para a coleta.

No cenário nacional não existe uma base de dados com informações concretas e atuais sobre as organizações do terceiro setor. Dessa forma, a população alvo foi determinada a partir do número de entidades inscritas no Ministério da Justiça e a partir disso definiu-se a amostra probabilística do estudo. Sendo assim, os resultados identificados não podem ser generalizados e correspondem apenas à amostra analisada.

Outro aspecto limitador da pesquisa é o banco de dados utilizado no estudo, pois é o único no cenário nacional que permite consulta pública às informações contábeis desse

conjunto de entidades. Porém, apesar de singular ele não se encontra adaptado frente às novas normas contábeis aplicadas às entidades do terceiro setor.

Além disso, denota-se a existência de dados sobre as organizações sem fins lucrativos por diversos órgãos e núcleos de pesquisa sobre as entidades do terceiro setor, porém, todas as bases existentes com dados organizacionais são divergentes, por isso, assumiu-se para esse trabalho a utilização dos dados do IBGE para contextualização das informações acerca das entidades do terceiro setor no cenário nacional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos na pesquisa. Inicia-se com a caracterização das entidades do terceiro setor que compõe a amostra, por meio da utilização de instrumentos de estatística descritiva. Em seguida, apresenta-se a composição e análise do índice da qualidade da informação contábil (IQIC) das entidades analisadas. Por fim, demonstram-se os resultados acerca da relação entre as características das entidades e o índice de evidenciação, bem como a influência dessas características para a determinação do nível de evidenciação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

A amostra analisada é composta por 392 entidades, sendo 196 qualificadas como UPF e 196 como OSCIPS. Conforme apresentado na revisão de literatura, após a sua constituição, as entidades podem requerer junto ao Ministério da Justiça títulos de qualificação, o que proporciona benefícios na concessão de subvenções governamentais, porém, gera a obrigação compulsória de prestação de contas anualmente ao ministério sob pena de perda do título.

De acordo com o novo Código Civil, as organizações sem fins lucrativos podem constituir-se em sua forma jurídica como associação ou fundação. As associações constituem-se pela união de pessoas com um objetivo em comum e atendimento coletivo, sem a finalidade de gerar lucro. A fundação é proposta por um instituidor (física ou jurídica) por meio da disponibilização de um patrimônio, o qual é lavrado em escritura pública onde consta sua finalidade e as suas formas de administração. Assim como as associações, não remunera seus dirigentes e não visa a distribuição dos lucros (MP) (BRASIL, 2002; RESENDE, 2006; MINISTÉRIO PÚBLICO, 2011).

O conjunto de organizações sem fins lucrativos analisadas nessa pesquisa é composto por 91,84% de entidades enquadradas em sua forma legal como associação e 8,16% como fundação. Observa-se com isso uma disparidade de caracterização jurídica dessas entidades, a qual é coerente com a realidade do universo das entidades do terceiro setor. Conforme estudo realizado pelo IBGE em 2010, as associações representavam 97,6% e as fundações 2,4% das organizações sem fins lucrativos nacionais (FASFIL, 2012). Outros estudos (RESENDE, 2006; SILVA et al., 2011) apontam uma predestinação das organizações em constituir-se como associação ao invés de fundação devido a dois aspectos: (i) primeiro o ato de m

constituição é menos oneroso, mais simplificado e com regras menores em relação ao da fundação; (ii) o fato de não haver a necessidade de destinação patrimonial.

Conforme já supracitado, as organizações são qualificadas como OSCIP's ou UPF, dessa forma, apresenta-se na Tabela 3 a distribuição das associações e fundações frente aos títulos de qualificação recebidos.

Tabela 3 – Distribuição por título de qualificação

Certificação	Associação		Fundação	
	n	%	n	%
OSCIP	186	51,66	10	31,25
UPF	174	48,34	22	68,75
Total	360	100	32	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observa-se na Tabela 3 que aproximadamente 52% das organizações constituídas na forma de associação possuem qualificação como OSCIP, sendo essa certificação predominante, enquanto apenas cerca de 48% das associações qualificam-se como UPF. Já quando analisado o contexto das fundações, a situação é inversa, ou seja, apenas 31,25% mantém o título de OSCIP, enquanto 68,75% são qualificadas como UPF. A escolha do título a ser solicitado pela entidade está intrinsecamente relacionada ao tipo de atividade exercida. As associações são predominantemente tituladas como OSCIP, pois a Lei n^o 9.790/1999 prevê em seu art. 1^o que entidades que cobram pelos seus serviços prestados não podem obter a titulação como OSCIP. Assim, as entidades classificadas como OSCIPs devem realizar trabalhos assistenciais de caráter “voluntário”, sem o recebimento pecuniário do serviço prestado. Além disso, o parágrafo 2^o, incisos XI e XII deste artigo estabelece que fundações públicas e as fundações, sociedades civis criadas por órgãos públicos ou fundações públicas não podem beneficiar-se desta titulação.

Para compreensão do porte das entidades analisadas, apresenta-se na Tabela 4 a sua classificação como Micro, Pequeno, Médio, Grande e Hiper Porte, de acordo com o realizado por Silva et al. (2011), porém considerando o valor do seu ativo total.

Tabela 4 – Classificação das entidades por porte

Classificação	Associação		Fundação		Total	
	n	%	n	%	n	%
Micro (Até R\$ 120.000)	138	38,33	11	34,38	149	38,01
Pequena (de R\$ 120.001 a R\$ 750.000)	108	30,00	5	15,62	113	28,83
Média (de R\$ 750.001 a R\$ 5.000.000)	69	19,17	8	25,00	77	19,64
Grande (de R\$ 5.000.001 a R\$ R\$ 30.000.000)	34	9,44	6	18,75	40	10,20
Hiper (Acima de R\$ 30.000.000)	11	3,06	2	6,25	13	3,32
Total	360	100	32	100	392	100

Fonte: Dados de pesquisa (2014).

Analisando a Tabela 4 é possível afirmar que grande parte das entidades é de micro porte (38%), sendo seguida pelas entidades de pequeno porte, que representam 29% das entidades analisadas, e em terceiro as entidades de médio porte (19,64%). No contexto das fundações, o panorama difere-se do global e das associações, pois 34% das entidades são de micro porte, sendo seguidas pelas entidades de médio porte, que representam 25% das entidades analisadas. Além disso, o índice de entidades de grande e hiper porte é maior no cenário das fundações em relação às associações, o que é convergente com os resultados da pesquisa de Silva et al. (2011).

Na Tabela 5 apresenta-se a estatística descritiva acerca do tamanho das associações e fundações privadas analisadas, o qual foi medido pelo ativo total das organizações.

Tabela 5 – Tamanho das organizações

	Global	Associação	Fundação
Mínimo	6,61	6,61	1.299,00
Máximo	638.936.140,24	638.936.140,24	106.902.623,00
Média	5.974.072,52	5.585.962,41	10.340.311,18
Mediana	275.753,62	259.248,65	679.298,65
Desvio Padrão	36.136.765,24	38.490.169,69	24.118.913,78

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 5 apresenta que a entidade com maior patrimônio constitui-se como associação, com um ativo total de R\$ 638.936.140,24, enquanto a maior fundação possui um patrimônio de R\$ 106.902.623,00. Verifica-se ainda que o ativo total médio das entidades é de R\$ 5.974.072,52. Esse média é semelhante a encontrada nas associações, porém, no contexto das fundações, ela passa para R\$ 10.340.311,18. É possível apontar ainda que entre as associações, 40 entidades possuem ativo total maior do que a média, enquanto entre as fundações, em apenas oito instituições isso ocorre, o que justifica em um desvio padrão alto, de R\$ 38.490.169,29 no conjunto das associações e R\$ 24.118.913,78 nas fundações. Já a mediana do ativo total das entidades analisadas é de R\$ 275.753,62, o que representa que metade das organizações possui ativo maior ou igual ou menor ou igual a esse valor, o que

justifica o alto desvio padrão identificado. O fato das fundações apresentarem-se maiores pode estar atrelado à necessidade dos fundados de integração de patrimônio no momento de constituição dessas organizações.

O tamanho de uma organização pode revelar informações importantes. Para Mintzberg (1994), ele é um dos elementos facilitadores para a programação estratégica das entidades de uma forma geral. No contexto do terceiro setor, observa-se que os doadores estão cada vez mais exigentes na avaliação dessas entidades, o que pode levar às grandes organizações a implantar mecanismos de controles mais adequados e que reflitam a boa gestão dos recursos da entidade. Caso tais controles não sejam realizados, pode haver um comprometimento da informação contábil gerada (EBRAHIM, 2003). Estudos revelam que o tamanho da organização possui relação positiva com as doações recebidas (TINKELMAN, 1997; TINKELMAN; MANKANAY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; CRUZ, 2010), uma vez que essa variável pode ser utilizada também para medir a reputação das organizações (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Além do tamanho, o tempo de constituição das organizações também é descrita na literatura como relacionada à reputação organizacional. Acerca do tempo de constituição, autores como Arrow (1962), Doyle, Ge e McVay (2007) e Beisland e Mersland (2013) preconizam que o tempo de atuação maior de uma entidade pode levá-la a aprendizagens decorrentes de situações já vivenciadas e, com isso, a aquisição de experiência e evolução nos controles internos existentes.

Arrow (1962) aponta que com o passar do tempo existe uma tendência das organizações em melhorar o desempenho e em aperfeiçoar constantemente suas práticas, o que leva a uma redução dos custos e otimização dos processos, tornando-as mais eficientes e eficazes em suas atividades e na gestão dos seus recursos. Apresentam-se na Tabela 6 os resultados acerca do tempo de constituição das associações e fundações analisadas.

Tabela 6 – Tempo de constituição das organizações

	GLOBAL			ASSOCIAÇÃO			FUNDAÇÃO		
	OSCIP	UPF	GLOBAL	OSCIP	UPF	GLOBAL	OSCIP	UPF	GLOBAL
Mínimo	2	3	2	2	3	2	3	8	3
Máximo	37	48	48	37	48	48	20	47	47
Média	11,13	24,64	17,89	10,94	24,3	17,60	11,6	25,09	21,12
Desvio Padrão	6,18	11,07	11,22	6,01	10,8	11,19	6,10	10,49	11,20
Moda	9	15	9	11	15	9	-	20	20

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conforme a Tabela 6, nos dados apresentados globalmente, ou seja, de todas as organizações, pode-se apontar que a mais nova possui dois anos de constituição, enquanto a mais experiente possui 48 anos de atuação. É possível apontar também que ambas são associações, além de que a maioria das organizações foi constituída há nove anos. No contexto das entidades qualificadas como OSCIP, a maior parte possui nove anos de constituição, enquanto a maioria das UPFS tem tempo de constituição de 15 anos.

Quando analisado o conjunto das associações, verifica-se que as entidades possuem em média 17,60 anos de constituição. A média das associações com a titulação de OSCIP é de 10,94 e com UPF é de 24,3 anos. Observa-se que a maioria das associações com titulação de UPF possuem 15 anos de existência, enquanto as OSCIPS são 4 anos mais novas. No grupo das fundações, denota-se que a moda é de 20 anos, com média de tempo de constituição é de 21,12 anos.

O fato das entidades qualificadas como UPF apresentarem média de tempo de constituição superior às organizações qualificadas como OSCIP pode estar relacionado ao fato de que até a sanção da Lei nº 9.790/1999, que regulamentou a qualificação como OSCIP, as organizações sem fins lucrativos só possuíam como opção a obtenção do título de UPF.

Na Tabela 7 são apresentados os números de entidades por grupo de tempo de constituição.

Tabela 7 – Classificação por tempo de constituição

IDADE	ASSOCIAÇÃO		FUNDAÇÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
0 a 10 anos	115	31,94	5	15,63	120	30,61
11 a 20 anos	128	35,56	13	40,63	141	35,97
21 a 30 anos	66	18,34	9	28,12	75	19,14
31 a 40 anos	26	7,22	2	6,25	28	7,14
Acima de 40 anos	25	6,94	3	9,37	28	7,14
Total	360	100	32	100	392	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com os dados da Tabela 7, grande parte das entidades possui tempo de constituição entre 11 a 20 anos, o que corresponde a 36% das entidades analisadas. Na sequência, encontram-se as entidades que possuem de 0 a 10 anos, com um percentual de participação de 30,6%, o que confirma a moda apresentada na Tabela 6. Essas informações são coerentes com as apresentadas pelo censo realizado pelo IBGE e apresentado no FASFIL (2012), que demonstra que 51% das entidades foram constituídas entre os anos de 1991 a 2005. Além disso, 20,70% das entidades foram constituídas entre os anos de 2006 a 2010,

enquanto as instituições mais antigas, constituídas até 1980, correspondiam, quando o estudo foi realizado pelo IBGE, a apenas 12,7% das fundações e associações privadas.

Com base no que foi preconizado no estudo realizado pelo IBGE e pelo FASFIL (2012), além dos dados obtidos nesse estudo, pode-se chegar a duas observações a respeito desse setor no Brasil: (i) primeiramente que houve uma expansão das entidades nas últimas duas décadas, uma vez que a sua presença em décadas anteriores é menor; e (ii) pode estar ocorrendo uma dificuldade da sustentabilidade dessas instituições no decorrer dos anos.

Existe uma diversidade das atividades desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos no Brasil, o que para alguns autores, como Coelho (2002), dificulta a conceituação e definição do terceiro setor no cenário brasileiro. Apresenta-se na Tabela 8 a distribuição das entidades analisadas por área de atuação.

Tabela 8 – Distribuição das entidades analisadas por área de atuação

IDADE	ASSOCIAÇÃO		FUNDAÇÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Assistência Social	135	37,50	6	18,75	141	35,97
Cultura	39	10,83	6	18,75	45	11,48
Desenvolvimento e Defesa dos Direitos	48	13,33	2	6,25	50	12,76
Educação	81	22,50	8	25,00	89	22,70
Habitação	1	0,28	0	-	1	0,26
Meio Ambiente e Proteção Animal	23	6,39	2	6,25	25	6,38
Religião	4	1,11	1	3,13	5	1,28
Saúde	29	8,06	7	21,87	36	9,17
Total	360	100	32	100	392	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 8 apresenta que a área de atuação predominante das entidades analisadas é a Assistência Social com 36%, seguida da área de Educação, com uma representação de 22,70% das organizações sem fins lucrativos, e com 12,76% as entidades de desenvolvimento e defesa de direitos. As áreas de atuação com menor representatividade são a de habitação (0,26%), religião (1,28%) e meio ambiente e defesa dos animais (6,38%). Vale ressaltar que a participação das entidades religiosas não se restringe apenas a esse grupo, pois diversas entidades são de cunho religioso, porém, na sua constituição estão enquadradas como educacionais, assistenciais ou saúde (FASFIL, 2012).

Os dados apresentados na Tabela 8 são convergentes com as informações do estudo do IBGE (2012) acerca da distribuição das entidades, em que a habitação e meio ambiente são as entidades com menor representação no cenário nacional, Tal resultado é interessante, pois nota-se uma preocupação maior com questões ambientais, tanto no meio acadêmico quanto no

social, porém, ainda são poucas as entidades voltadas a essa área. Entre as maiores áreas de atuação encontram-se a educação, desenvolvimento e defesa dos direitos e assistência social.

No contexto das fundações, a área de educação é predominante, com 25%, seguida pelas instituições da área da saúde, com representatividade de 21,87%, enquanto no contexto das associações, a predominância é das instituições de assistência social (37,5%), educação (22,5%) e das entidades de desenvolvimento e defesa dos direitos (13,33%).

As organizações sem fins lucrativos, independentes da área de atuação, devem atender as demandas por parte dos seus usuários para a geração de relatórios contábeis e financeiros confiáveis. Frente a isso, a auditoria é um dos mecanismos para garantir a confiabilidade dos relatórios evidenciados. Na Tabela 9 apresentam-se os dados obtidos em relação à realização da auditoria pelas entidades analisadas.

Tabela 9 – Realização de auditoria nas entidades analisadas

Painel A – Realização de auditoria x forma legal e qualificação						
FORMA LEGAL	OSCIP		UPF		GLOBAL	
	n	%	n	%	n	%
Associação	58	95,08	81	89,01	139	91,45
Fundação	3	4,92	10	10,99	13	8,55
Total	61	100	91	100	152	100

Painel B – Realização de auditoria x área de atuação x qualificação x forma legal						
ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMA LEGAL					
	FUNDAÇÃO		ASSOCIAÇÃO		GLOBAL	
	OSCIP	UPF	OSCIP	UPF	OSCIP	UPF
	n	n	n	n	n	n
Educação	2	3	14	22	16	25
Saúde	0	2	2	8	2	10
Meio Ambiente	1	0	7	0	8	0
Desenvolvimento e Defesa de Direitos	0	2	12	10	12	12
Cultura	0	1	6	5	6	6
Assistência Social	0	2	16	34	16	36
Religião	0	0	0	2	0	2
Habitação	0	0	1	0	1	0
Total	3	10	58	81	61	91

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre as entidades analisadas, foi identificado que apenas 38,38% das organizações informaram a realização de auditoria independente nas suas demonstrações contábeis, o que representa 13 fundações e 139 associações. Outra informação identificada é o número de entidades por título que realizam auditoria, 40,13% das entidades qualificadas como OSCIP e 59,87% das UPFs.

Tal constatação é coerente, uma vez que, de acordo com os requisitos para obtenção do título de UPF, essas entidades devem publicar e auditar suas demonstrações contábeis conforme dispõe o Artigo 2º do Decreto nº 60.931/1967. Apesar dessa diferença, é importante

ressaltar que as OSCIPS também estão obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, bem como a realização de auditoria desses relatórios, quando da existência de termos de parceria entre essas entidades e os órgãos governamentais. É possível observar ainda que o número de entidades auditadas é maior nas entidades da área da Educação, Assistência Social e Desenvolvimento e Defesa de Direitos.

Após a análise das variáveis que dão conta da caracterização das entidades que compõe a amostra, apresenta-se na seção seguinte a análise da qualidade da informação contábil das organizações sem fins lucrativos brasileiras, por meio do nível de evidenciação.

Ao final da análise das características das entidades sem fins lucrativos, é possível apontar a discrepância na forma legal adotada pelas entidades analisadas. Grande parte das entidades constitui-se como associação, o que pode estar relacionado ao fato do processo de constituição com base nessa forma legal ser menos oneroso.

Em relação ao porte, observou-se que, de maneira geral, as fundações são maiores do que as associações. Tal resultado pode estar associado à necessidade de disponibilização de um imobilizado no momento de formação das fundações, o que não ocorre no caso das associações.

Acerca do tempo de constituição, denota-se que grande parte das instituições foi constituída nas últimas duas décadas, o que é coerente com dados que demonstram a expansão das entidades do terceiro setor no mesmo período. Além disso, as entidades com título de qualificação como UPF apresentam-se com maior tempo de constituição do que as qualificadas como OSCIP, o que é plausível, uma vez que a legislação acerca da titulação de Utilidade Pública Federal é mais antiga daquela que regulamenta as OSCIPS.

Quanto à área de atuação, observa-se uma predominância das entidades que atuam na área de Assistência Social, Educação, Desenvolvimento e Defesa dos Direitos e Cultura. As áreas de Meio Ambiente, Religião e Habitação apresentaram-se com o menor número de entidades atuantes. Tal achado é interessante, pois atualmente denota-se uma atenção especial voltada às áreas ambientais e habitacionais. Além disso, o número de entidades voltadas à atividade religiosa é baixo, o que é interessante se analisado o ponto de vista histórico, em que a literatura especializada (IOCHPE, 1998; COSTA; VISCONTI, 2001; GESET, 2001; COELHO, 2002; ALBUQUERQUE, 2006) demonstra que as primeiras movimentações do terceiro setor foram originadas de iniciativas e ligadas a instituições e ações religiosas.

Os achados identificados nesta seção são coerentes com os panoramas acerca do terceiro setor apresentado pelo IBGE, dando ainda mais confiabilidade aos resultados desta pesquisa.

4.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Para mensurar a qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor brasileiras, foi elaborado um *check-list* no intuito de medir o índice de qualidade da informação contábil por meio do nível de evidenciação das organizações, o qual foi composto por 7 grupos, conforme apresentado na seção 3.4.

A mensuração da qualidade da informação contábil por meio dos critérios de evidenciação é defendida na literatura por autores como Lima (2010), Gabriel e Silveira (2011). Na área do terceiro setor podem-se destacar os autores Keating e Frumkin (2003), Yetmann e Yetmann (2004), Silveira (2007), Cruz et al. (2009), Verbruggen, Christiaens e Milis (2011), Mário et al. (2013) e Gollo, Schulz e Rosa (2013). As formas de mensuração da qualidade da informação contábil presentes na literatura são, na sua maioria, voltadas ao mercado e consideram o resultado (lucro/prejuízo) como uma das variáveis de mensuração, o que tornou necessário adotar uma alternativa para mensurar a qualidade da informação contábil no contexto das entidades por terceiro setor.

Lima (2010) argumenta que pautar-se nas normas é importante, uma vez que elas são firmadas por princípios de qualidade informacional, transparência e comparabilidade entre os relatórios financeiros, de forma a proporcionar maior nível de informações úteis para as decisões dos *stakeholders* das organizações.

O primeiro grupo do *check-list* visa identificar a evidenciação das demonstrações contábeis que tornaram-se obrigatórias. Algumas já eram previstas pela NBC T 10, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. Com a vigência da ITG 2002 (2013), tornou-se compulsória a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa e das Notas Explicativas. Além disso, foram alteradas também as nomenclaturas de Patrimônio Social para Patrimônio Líquido; e a Demonstração do Superávit ou Déficit passou a ser denominada por Demonstração do Resultado do Exercício. Na Tabela 10 apresenta-se o índice relativo aos meios de divulgação identificados na prestação de contas no CNES público.

Tabela 10 – Meios de divulgação contábil

Nº	Item verificado	n	%
1	Apresentou o Balanço Patrimonial?	392	100%
2	Divulga a Demonstração do Resultado do Período?	392	100%
3	Apresenta a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?	-	0%
4	Apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	1	0,25%
5	Apresenta as notas explicativas?	392	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observa-se por meio da Tabela 10 que todas as organizações utilizam o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e as Notas Explicativas para divulgar suas informações contábeis. Porém, não foi identificada no banco de dados utilizado a apresentação das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido por nenhuma entidade, da mesma forma em relação à Demonstração do Fluxo de Caixa, em que apenas uma organização informou em notas explicativas ter entregue a referida demonstração.

Em relação ao baixo nível de divulgação da DMPL e da DFC, é possível apresentar dois argumentos que tornam-se limitadores dos resultados deste estudo: (i) as entidades entregam as demonstrações na prestação de contas ao Ministério da Justiça, porém, o próprio ministério não divulga essa informação em seu portal e, conseqüentemente, não foi repassada na base de dados analisada; (ii) quanto à DFC, a sua apresentação passou a ser compulsória para as organizações sem fins lucrativos a partir da sanção da ITG 2002 (2013), porém, já era anteriormente exigida pelas normativas contábeis inerentes a todas as entidades.

Os resultados obtidos são parcialmente convergentes com os achados dos estudos de Silveira (2007), Silveira e Borba (2010), Mário et al. (2013). Silveira e Borba (2010) analisaram o índice de evidenciação e os meios de divulgação das fundações de pesquisa do Estado de Santa Catarina. Esses autores identificaram que todas as entidades analisadas apresentaram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit ou Déficit, apenas 68% divulgaram as Notas Explicativas. No entanto, divergente dos resultados encontrados neste estudo, esses autores identificaram que 99% das fundações apresentaram a DMPL e 97% a DOAR, demonstração essa que não é mais obrigatória para as entidades brasileiras. Mário et al. (2013) replicaram o estudo de Silveira e Borba (2010), porém, com fundações de Belo Horizonte. Os resultados frente aos meios de divulgação são convergentes com o estudo de Silveira e Borba (2010).

As divergências entre os achados em relação à apresentação dos meios de divulgação podem estar relacionadas ao fato de que foram consultadas bases de dados diferentes daquela utilizada por Silveira (2007); Silveira e Borba (2010) e Mário et al. (2013), o que demonstra

que no contexto das organizações sem fins lucrativos é possível encontrar divergências entre os dados de uma base ou outra.

Vale ressaltar também que a adoção da ITG 2002 (2013) passou a ser obrigatória a partir de 2013, porém, as práticas contábeis que norteavam a contabilidade de forma geral, antes da sanção da referida lei, já mencionavam os aspectos que foram observados pelos instrumentos de pesquisa utilizados neste estudo.

A partir do segundo grupo do *check-list* busca-se identificar o nível de evidenciação das informações contábeis acerca dos itens específicos de cada meio de divulgação apresentado na Tabela 10.

O segundo grupo de itens analisados referem-se ao Balanço Patrimonial, o qual tem por finalidade demonstrar a situação patrimonial de uma organização em um momento estático, a partir do registro dos fatos contábeis. No contexto do terceiro setor, o Balanço Patrimonial é tão importante quanto para as demais organizações (de mercado), pois por meio dele é possível obter informações a respeito da liquidez e endividamento da organização, bem como, a identificação das suas fontes de recursos. Na Tabela 11 apresentam-se os itens analisados e o nível de conformidade global apurado das entidades analisadas.

Tabela 11 – Nível de evidenciação do balanço patrimonial

Nº	Item verificado	N	%
6	A entidade apresenta na estrutura do BP a subdivisão dos grupos de ativo e passivo em circulante e não circulante?	388	98,98
7	Os impostos diferidos foram classificados como não circulante?	15	3,83
8	O ANC está subdividido em Realizável a Longo Prazo (RLP), Investimentos, Imobilizado e Intangível?	0	0
9	A entidade divulga rubricas adicionais às contas apresentadas, ou seja, subclassificações realizadas de acordo com a operação da entidade?	32	8,16
10	No BP está evidente o grupo do Patrimônio Líquido da organização?	367	93,62
11	A organização apresentou constituição de provisão para cobrir possíveis perdas, bem como a baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados?	43	10,97
12	A organização registra os recursos de convênios em contas próprias de ativo e passivo?	79	20,15
13	A entidade registra o valor do superávit ou déficit do exercício em conta própria do Balanço Patrimonial?	332	84,69
14	A organização evita apresentar contas do ativo com títulos genéricos e valor superior a um décimo do valor do respectivo grupo de contas?	144	36,73
15	A organização evita apresentar contas do passivo com títulos genéricos e valor superior a um décimo do valor do respectivo grupo de contas?	107	27,30
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO GLOBAL BALANÇO PATRIMONIAL		1.507	38,44

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Foi identificado por meio da análise dos dados que a apresentação das demonstrações contábeis das entidades não atendeu a divisão prevista pelo Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 – Estrutura Conceitual) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no

que tange à divisão do Ativo Não Circulante (ANC) em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Porém, não é possível afirmar com precisão que as organizações sem fins lucrativos não tenham apresentado o ANC de forma adequada, pois, a base de dados utilizada é que não se encontra adequada frente às novas normas contábeis.

Vale ressaltar ainda que foi realizada uma busca nos sítios eletrônicos de 26 entidades para identificar se elas apresentavam informações divergentes das divulgadas na base de dados do Ministério da Justiça. Porém, nenhuma das entidades consultadas apresentou as demonstrações contábeis em seu sítio eletrônico. A relação da busca realizada encontra-se no Apêndice B deste estudo.

O item relacionado à subdivisão do ANC em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível poderia ter sido desconsiderada nessa pesquisa, pois conforme supracitado, não é possível afirmar com precisão que as organizações sem fins lucrativos não apresentam essa subdivisão no ANC, devida a situação citada acerca do banco de dados. Porém, optou-se por apresentá-la para que se possa demonstrar que apesar de ser o único sistema de consulta pública das informações contábeis das entidades do terceiro setor, esse também não atende às disposições das normas legais, o que leva a um comprometimento da qualidade da informação contábil dessas entidades aos seus interessados.

Os itens com maior nível de evidenciação foram os relacionados à apresentação dos grupos do ativo e passivo (98,98%), patrimônio líquido (93,62%) e da evidenciação do superávit/déficit no grupo do patrimônio líquido. O fato de esses itens apresentarem os maiores níveis de evidenciação pode ser compreendido por serem itens básicos da construção de um balanço patrimonial.

Com os menores índices de evidenciação estão: (i) a classificação dos impostos diferidos no ativo não circulante (3,83%); (ii) divulgação de rubricas adicionais conforme as atividades da entidade na apresentação das contas do ativo e passivo (8,16%), e; (iii) a constituição de provisão para cobrir possíveis perdas (10,97%). Cabe ressaltar que tais itens podem não ser evidenciados, simplesmente, pelo fato das organizações não possuírem o que divulgar sobre esses itens. Pode ser o caso, por exemplo, da classificação dos impostos diferidos, que algumas entidades podem não possuir, bem como a não constituição da provisão para perdas, no caso de não existirem perdas prováveis. Esses aspectos também podem ser limitadores do estudo, pois não é possível afirmar se determinado item não foi divulgado ou a entidade não tinha nada a divulgar.

Os resultados são convergentes aos identificados por Gollo, Schulz e Rosa (2013), que analisaram o nível de evidenciação de 46 entidades brasileiras utilizando a mesma base de

dados deste estudo. Conforme ressaltado pelos autores, o que pode ter contribuído para o baixo nível de evidenciação em relação à provisão para possíveis perdas com inadimplência é que nem todas as organizações possuem títulos a receber. Porém, foi observado que algumas das entidades apresentavam saldos a receber registrados em contas do ativo e, mesmo assim, não possuíam o registro dessa provisão.

Um dos itens analisados foi relativo ao registro dos recursos recebidos por convênios em contas próprias, evidenciado por apenas 79 entidades, um índice de 20,15%. Esse registro em separado dos recursos oriundos das operações e de convênios é de suma importância para avaliação da empresa, pois de forma geral, os recursos obtidos por meio de convênios exigem contrapartida das entidades. Na sua maioria, são considerados com restrição e utilizados para finalidades específicas. Outro aspecto é que a separação das fontes de recursos permite aos doadores, governo e usuários diretos avaliar a dependência da entidade quanto a esses recursos, bem como, a avaliação da sua sustentabilidade econômica e financeira operacional.

Outro aspecto observado foi em relação à apresentação de contas genéricas. Identificou-se que apenas 36,73% das entidades evitam apresentar contas de ativos com nomenclaturas genéricas e 27,30% evitam a mesma atitude nas contas do passivo. Tal resultado demonstra um nível elevado de entidades que apresentam contas genéricas, o que pode comprometer a utilidade da informação contábil fornecida aos usuários.

O terceiro grupo do instrumento de pesquisa visa identificar o nível de evidenciação dos aspectos relacionados à Demonstração do Resultado do Exercício. Para Olak e Nascimento (2010), o objetivo dessa demonstração não é o resultado, conforme ocorre nas entidades com finalidade lucrativa, mas sim, demonstrar o superávit ou déficit das atividades desenvolvidas pela organização sem fins lucrativos. Bersland e Mersland (2010) apontam que no contexto das entidades sem fins lucrativos também é importante saber o resultado das suas atividades, pois é por meio dessa informação que os doadores, credores, usuários e gestores poderão analisar a sustentabilidade e a capacidade da instituição em reinvestir o seu resultado nas suas operações. Os itens analisados na divulgação da demonstração do resultado do exercício (DRE) são demonstrados na Tabela 12.

Tabela 12 – Nível de evidenciação da Demonstração do Resultado do Período (DRE)

Nº	Item verificado	n	%
16	As receitas são subdividas em receitas com ou sem restrições?	187	47,70
17	As receitas estão classificadas por programas/atividades de geração de receita?	266	67,86
18	Os custos estão apresentados por programas/atividades?	102	26,02
19	As despesas estão classificadas de acordo com as suas naturezas?	342	87,24
20	A organização utiliza o regime de competência para o registro dos fatos contábeis?	295	75,26
21	A demonstração apresenta o resultado (superávit ou déficit) do período?	363	92,60
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO GLOBAL DRE		1.555	66,11

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os itens analisados de divulgação por meio da DRE foi identificado que 92,60% das entidades evidenciaram o resultado do período, ou seja, o superávit ou déficit. O item analisado com menor índice é o relacionado à apresentação dos custos por programas e atividades, evidenciado por apenas 102 organizações. Uma das possíveis causas deste resultado pode estar relacionada ao fato de que as próprias entidades não conhecem os seus custos por programas, o que pode demonstrar falta de profissionalismo no controle e gestão dos custos e dos recursos das entidades.

Outro item com baixo nível de evidenciação foi a subdivisão das receitas das entidades com ou sem restrições (47,70%). Conforme já mencionado nesta análise, é de suma importância essa diferenciação, pois possibilita ao usuário analisar a dependência dos recursos oriundos de terceiros e que não das atividades operacionais da organização.

Os dados demonstram ainda que 75,26 % das entidades registraram os fatos contábeis pelo regime de competência. Para Mário et al. (2013), isso demonstra que ainda não está claro à essas entidades como proceder ao registro de suas operações observando esse princípio contábil. De acordo com Diamond (2002) e Borges et al. (2010), a utilização do regime de competência leva a maior transparência das informações contábeis e gera incentivos aos gestores para gerenciamento mais adequado dos recursos.

Observou-se ainda índices de evidenciação elevados em relação à apresentação das receitas por programas/atividades (67,86%) e a classificação das despesas de acordo com as suas naturezas (87,24%). Isso possibilita aos usuários dessas informações avaliar as entradas de recursos por operação da entidade e as despesas de acordo com as suas origens, facilitando assim, a tomada de decisão de usuários internos e externos.

O grupo de itens analisados relacionados à DRE é o que apresenta maiores níveis de evidenciação, se comparado aos demais, o que reflete que as organizações preocupam-se em apresentar adequadamente seus resultados operacionais às partes interessadas. Vale ressaltar ainda que os resultados encontrados são convergentes com os de Gollo, Schultz e Rosa (2013), quando analisada a utilização do regime de competência para registro dos fatos

contábeis. Esses autores identificaram um índice de 76% em 2009; 78% em 2010 e em 2011, próximos ao encontrado neste estudo (75,26%). Já os resultados referentes aos demais itens analisados são divergentes dos encontrados por Gollo, Shultz e Rosa (2013) e Mário et al. (2013), em que o nível de evidenciação foi menor que o identificado, o que pode ser decorrente da diferença no número amostral de entidades analisadas.

Chagas, Araújo e Damascena (2011) argumentam que a informação sobre o superávit ou déficit é utilizada por aplicadores de recursos para analisar se a arrecadação é maior do que o gasto realizado. Em caso de déficit pode demonstrar que a instituição não possui um planejamento adequado da aplicação ou do valor que deveria ser arrecadado, ou seja, não existe equilíbrio entre arrecadação e dispêndio.

O terceiro e o quarto grupo de análise de evidenciação é composto por itens evidenciados por meio da DMPL e da DFC, porém, conforme já apresentado anteriormente, essas duas demonstrações não foram identificadas na prestação de contas pública e no banco de dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça. Os estudos de Silveira e Borba (2010) e Mário et al. (2013) analisaram estes aspectos, porém, em outra base de dados, denominada Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP).

Apesar da falta de dados, optou-se por manter esses itens no *check-list* que compõe o índice de evidenciação para que se possa chamar atenção dos órgãos governamentais, como o Ministério da Justiça, o Ministério Público, entre outros, para que os sistemas de consulta pública das prestações de contas sejam revisitados e, a partir disso, possam apresentar todas as informações contábeis julgadas adequadas.

O quinto grupo de itens analisados está relacionado às divulgações por meio das notas explicativas das entidades, sendo que o instrumento foi elaborado considerando os aspectos determinados pelas normas contábeis e que devem ser divulgados pelas entidades do terceiro setor.

As notas explicativas são de importante cunho informacional, pois é por meio delas que a entidade poderá apresentar, além de dados quantitativos, dados qualitativos que poderão proporcionar maior suporte para esclarecer quaisquer dúvidas acerca das informações evidenciadas nas demais demonstrações. Conforme já disposto por Hendriksen e Van Breda (1999), as principais vantagens das Notas Explicativas consistem na oportunidade da entidade apresentar informações mais detalhadas do que nas demonstrações quantitativas, divulgar informações qualitativas e descritivas da situação da entidade, que não podem ser apresentadas por meio das demais demonstrações. Na Tabela 13 apresenta-se o índice de evidenciação dos itens analisados na apresentação das notas explicativas.

Tabela 13 – Nível de evidenciação por meio das Notas Explicativas

Nº	Item verificado	N	%
34	Divulga a norma contábil que é utilizada para determinação das práticas contábeis?	362	92,35
35	Está presente nas notas explicativas a declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC?	349	89,03
36	Apresenta o resumo das políticas contábeis significativas aplicadas?	392	100,00
37	Dispõe de informações de suporte de itens das demonstrações pela ordem e com rubricas que são apresentados?	82	20,92
38	Apresenta outras divulgações inerentes a passivos/ativos contingentes e ou políticas de gestão?	38	9,69
39	No resumo das políticas contábeis, a entidade divulga as bases de mensuração e outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes?	211	53,83
40	No resumo das políticas contábeis, são divulgados os julgamentos realizados pela entidade para determinação das políticas contábeis?	54	13,78
41	A entidade divulgou o valor das perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram incluídas?	1	0,26
42	Apresentou nas NE o valor das reversões de perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram revertidas?	0	0
43	A organização apresentou em suas NE os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação?	1	0,26
44	Apresenta o contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social, econômica e os objetivos sociais?	391	99,74
45	Apresenta os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos?	212	54,08
46	As renúncias fiscais relacionadas com a atividade são evidenciadas nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse?	93	23,72
47	Demonstram as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções?	180	45,92
48	Divulga os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos?	68	17,35
49	Demonstra os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador?	183	46,68
50	Apresentam as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo?	0	0
51	Apresentam informações sobre os seguros contratados?	0	0
52	São divulgados os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil?	37	9,44
53	É apresentada a segregação dos atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade?	31	7,91
54	São apresentadas todas as gratuidades praticadas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos	145	36,99
55	Demonstra, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados?	45	11,48
56	Divulga nas NE as informações relacionadas às gratuidades concedidas e serviços voluntários obtidos por tipo de atividade?	93	23,72
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO GLOBAL NOTAS EXPLICATIVAS		2.968	32,92

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 13 é possível verificar que os melhores índices de evidenciação estão relacionados à divulgação do resumo das principais práticas e políticas utilizadas, com

um índice de 100%, seguido pela evidenciação do contexto operacional com 99,74%, pela divulgação da norma contábil observada para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, com um índice de 92,35%, além da declaração de elaboração e apresentação das demonstrações em conformidade com as normas de contabilidade (89,03%). Já os demais itens analisados apresentaram índices de evidenciação abaixo de 60%.

Frente aos resultados encontrados pode-se observar que as organizações estão dando mais atenção em declarar estar em conformidade com as normas, do que apresentar informações acerca dos seus aspectos operacionais, como a apresentação da taxa de juros, dos vencimentos e outras informações das obrigações a longo prazo, informações acerca dos seguros contratados e a reversão das perdas, itens esses que não foram divulgados por nenhuma instituição analisada. Vale ressaltar ainda que essas informações podem não ter sido divulgadas por essas entidades, simplesmente, por não terem realizado esse tipo de operação no período analisado e, por isso, apresentam-se com percentual zero na Tabela 13.

Além dos aspectos supracitados, os itens 38, 41, 43, 52 e 53 apresentaram índice de divulgação menor do que 10%, os quais estão relacionados a aspectos operacionais e que possuem relevância nos saldos das contas patrimoniais da entidade, bem como aspectos ligados às políticas de gestão, que permitem aos interessados conhecer as práticas das entidades. Essas informações podem gerar maior credibilidade e aumentar a confiança na relação entre a organização e seus doadores, investidores sociais, credores e usuários. Esses resultados são coerentes com os de Gollo, Schultz e Rosa (2013) e Mário et al. (2013).

Mário et al. (2013) argumentam que levando em consideração o poder explicativo e informacional que as notas explicativas possuem, é possível apontar que as organizações sem fins lucrativos apresentam baixo nível informacional por meio das suas demonstrações contábeis. Silveira (2007) argumenta a falta de conhecimento sobre as normas como um dos possíveis fatores para o baixo nível de evidenciação das notas explicativas.

Após a análise da evidenciação dos itens de cada grupo que se referem aos meios de divulgação, apresenta-se na Tabela 14 um índice de evidenciação global (IEG) por demonstração contábil.

Tabela 14 – Índice de evidenciação global por meio de divulgação

Meio de Divulgação	Evidenciação Esperada (N)	Evidenciação Obtida (n)	Índice de Evidenciação Global (%)
Balanço Patrimonial	3.920	1.507	38,44
Demonstração do Resultado do Exercício	2.352	1.555	66,11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	2.352	0	0
Demonstração do Fluxo de Caixa	2.352	0	0
Notas Explicativas	9.016	2.968	32,92

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 14 é possível visualizar que além da não apresentação da DFC e da DMPL, que não foi identificada pelos motivos já comentados, foi constatado ainda que as Notas Explicativas representam o meio de divulgação com o menor índice de evidenciação entre todos os itens analisados, com um IEG de 32,92%, seguido pelo Balanço Patrimonial (38,44%). A Demonstração de Resultado foi a que apresentou melhor índice de evidenciação (66,11%).

Esses resultados são coerentes com os estudos de Silveira (2007), Silveira e Borba (2010), Mário et al.(2013), Gollo, Schulz e Rosa (2013), que apesar de utilizarem amostras diferentes das deste estudo, também obtiveram resultados semelhantes.

Além dos meios de divulgação, as entidades sem fins lucrativos devem apresentar em notas explicativas informações sobre as subvenções governamentais recebidas. Na Tabela 15 apresenta-se o índice de evidenciação dos itens analisados acerca desse aspecto.

Tabela 15 – Nível de evidenciação das subvenções governamentais

Nº	Item verificado	n	%
58	Divulga a política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis?	136	34,69
59	Apresenta a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis e uma indicação de outras formas de assistência governamental de que a entidade tenha diretamente se beneficiado?	142	36,22
60	Divulga as condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas à assistência governamental que tenha sido reconhecida?	8	2,04
Índice de Evidenciação Global das Subvenções governamentais		286	24,32

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O nível de evidenciação global das subvenções governamentais das entidades analisadas é de 24,32%, o que pode ser considerado um baixo nível de divulgação se comparado aos demais grupos analisados. Dentre os itens analisados, denota-se que 36% das entidades divulgaram a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis, porém, apenas 2% dessas entidades divulgaram as obrigações decorrentes do recebimento desses recursos. A política adotada para reconhecimento e

apresentação das subvenções governamentais é apresentada por apenas 34,69% das organizações.

Esse resultado converge com a pesquisa de Chagas, Araújo e Damascena (2011), que identificaram que as OSCIP's ainda não apresentaram as divulgações conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 07, norma contábil que trata das subvenções governamentais. Esses autores atribuem o baixo nível de evidenciação ao não conhecimento por parte das entidades da obrigatoriedade de divulgação dessas informações. Além disso, é possível apontar que a não divulgação dessas informações pode comprometer a análise dos investidores sociais e demais usuários externos da entidade.

A evidenciação contábil no contexto das organizações sem fins lucrativos é de suma importância, pois é por meio dos relatórios contábeis que as entidades poderão prestar contas e divulgar informações importantes sobre a sua situação econômica, financeira e operacional. Na Tabela 16 apresentam-se as estatísticas descritivas acerca do índice de qualidade da informação contábil das entidades, o qual foi apurado após a análise da evidenciação dos itens analisados.

Tabela 16 – Estatística descritiva do índice da qualidade da informação contábil

Painel A – Estatística Descritiva IQIC				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
IQIC	32,4%	10%	54%	7,94%
Painel B – Estatística Descritiva do IQIC por Área de Atuação				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Assistência Social	32%	15%	47%	7%
Cultura	31%	10%	54%	10%
Desenvolvimento e Defesa dos Direitos	33%	10%	53%	9%
Educação	33%	10%	47%	7%
Habitação	34%	34%	34%	-
Meio Ambiente e Proteção Animal	31%	12%	49%	11%
Religião	34%	24%	42%	9%
Saúde	34%	22%	51%	6%
Painel C – Estatística Descritiva IQIC por Forma Legal				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Associação	32%	10%	54%	8%
Fundação	35%	10%	46%	7%
Painel D – Estatística Descritiva IQIC por Qualificação				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
OSCIP	30%	10%	51%	8%
UPF	35%	20%	54%	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao analisar o índice de qualidade da informação contábil (IQIC) apurado, identifica-se uma situação preocupante, pois o maior índice encontrado foi de 54%, o que representa uma evidenciação de pouco mais da metade dos itens que deveriam ser divulgados pelas entidades. Se comparado com estudos como os de Lima (2010) e Gabriel e Silveira (2011),

que também utilizaram um índice de evidenciação para mensurar a qualidade da informação contábil, porém, em entidades com fins lucrativos, pode-se afirmar que a qualidade informacional contábil das entidades sem fins lucrativos brasileiras está aquém das entidades do setor com fins lucrativos. A média de evidenciação apurada neste estudo foi de 32,40% e o mínimo de 10%, enquanto no mercado financeiro os estudos de Lima (2010) e Gabriel e Silveira (2011) demonstraram um índice médio de 64,82% e 67,17%, respectivamente. Os menores índices de evidenciação nesses estudos foram de 62,62% e 29,17% respectivamente, o que aponta que as entidades do terceiro setor possuem baixo IQIC se comparado às entidades do segundo setor.

Quando analisado IQIC por área de atuação, identificou-se que apenas as entidades de três áreas possuem índice superior a 50% dos itens analisados, como a área de Cultura (54%), Desenvolvimento e Defesa dos Direitos (53%) e Saúde (51%). Já as entidades da área de Habitação e Religião apresentaram os menores índices. Essa diferença pode estar ligada ao fato de que geralmente entidades ligadas à promoção da cultura estão relacionadas à editais de fomento à cultura, o que as leva ao cumprimento de determinadas regras e a prestação de contas dos recursos obtidos a órgãos específicos.

Flack (2006) realizou um estudo com 646 entidades sem fins lucrativos na Austrália, cujos resultados apontaram que as entidades da área da saúde e educação estão mais propensas a melhores divulgações, o que é parcialmente convergente com os resultados identificados neste estudo. Porém, as entidades de educação apresentaram um nível de evidenciação de 47%, portanto, abaixo da metade dos itens esperados.

Ao analisar os dados por forma legal das entidades, identifica-se que as fundações possuem nível de evidenciação ligeiramente superior do que as associações, com índice médio de evidenciação de 35% contra 32% das associações. Esse resultado é plausível, uma vez que as fundações são regidas por normas mais rígidas do que as associações, pois as fundações são constituídas a partir de uma escritura pública, denominada Estatuto, e precisam obter autorização de funcionamento junto ao Ministério Público (MP). As fundações devem prestar contas anualmente ao MP do estado de sua sede, além de informar qualquer alteração relacionada aos seus aspectos operacionais e financeiros. Vale lembrar que a obrigatoriedade de prestação de contas anuais é determinada pelo art. 66 do Código Civil, bem como pela sanção de atos normativos, os quais são dispostos pelo MP de cada estado brasileiro.

Silveira (2007), ao analisar as fundações de pesquisa e educação do Estado de Santa Catarina, identificou um índice de evidenciação de 67% dessas entidades, o que diverge em

parte dos resultados encontrados neste estudo. Mário et al. (2013), na análise das fundações privadas de Belo Horizonte, também identificaram uma média de evidencição de 65,50%.

Quando analisado o índice de evidencição por título/qualificação, identifica-se que as UPFs possuem média superior às OSCIPS, sendo respectivamente de 35% e 30%. Sendo que a UPF com maior índice de divulgação apresentou 54% dos itens analisados enquanto a OSCIP 51%.

A partir da Tabela 15 é possível apontar ainda que a entidade com o maior índice de evidencição é qualificada como UPF, sendo constituída na sua forma legal como associação e atuante no âmbito da cultura.

Ao analisar o conjunto das entidades sem fins lucrativos brasileiras estudadas nessa pesquisa, observou-se que apenas cinco delas apresentaram índice de evidencição superior a 50%, sendo elas da área da cultura, saúde e de desenvolvimento e defesa dos direitos humanos. Por outro lado, 19 entidades apresentaram índice inferior a 20%, sendo o menor índice o de 10,17% de entidades atuantes no desenvolvimento e defesa dos direitos humanos.

De forma geral, os índices demonstram um baixo nível da qualidade informacional contábil das entidades brasileiras, pois 98,72% das entidades investigadas apresentaram menos de 50% dos itens que deveriam ser divulgados, determinados pelas normas contábeis como necessários para que a informação contábil seja útil à tomada de decisão de investidores sociais, credores, gestores, governo e demais partes interessadas nessas entidades.

Um baixo nível da qualidade informacional da contabilidade torna esses relatórios pouco úteis aos interessados. Assim, as entidades perdem a oportunidade de utilizar-se desse mecanismo como forma de prestação de contas e maior transparência da gestão dos seus recursos. Além disso, um baixo nível de evidencição e qualidade da informação contábil não auxilia na geração de vínculos efetivos entre as instituições e os investidores sociais, pois as informações obtidas para a avaliação dessas entidades é baixa e não permite a identificação real da situação econômica, financeira e operacional da instituição.

Silveira e Borba (2010) apontam que a evolução do terceiro setor depende também do aumento da transparência no setor. Obras como as de Weisbrod e Dominguez (1986), Keating e Frumkin (2003), Trussel e Parsons (2007); e Cruz (2010) já demonstraram o efeito positivo das informações contábeis no recebimento de doações e alcance de novos investidores sociais.

O que se pode inferir a partir dos dados apresentados nesta seção é que as entidades brasileiras possuem um baixo nível informacional das suas variáveis contábeis, o que pode levar investidores a análises distorcidas, além de possível comprometimento da sustentabilidade e imagem das organizações sem fins lucrativos. Destacar quais características

das entidades estão relacionadas à melhor divulgação pode contribuir no sentido de se identificar fatores que podem ser observados pelas demais entidades na busca pela melhoria de seu processo de evidenciação.

4.3 RELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Alguns estudos (IMHOFF JR., 1992; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; DECHOW; DICHEV, 2002; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MENDONÇA NETO; RICCIO, 2008; LEE; MASULIS, 2009, ANTUNES et al., 2009; ALMEIDA, 2010; LIMA, 2010; CHEN et al., 2010; KLANN, 2011; HORTON; SERAFEIM; SERAFEIM, 2013; CANG, CHU, LIN 2014) apontam que a qualidade da informação contábil está relacionada com algumas características das entidades, dentre elas o tamanho do ativo, o tempo de constituição, a realização da auditoria dos relatórios contábeis, entre outras.

Frente a isso, realizou-se o teste de correlação de Pearson para analisar a relação entre as variáveis ativo, tempo de constituição, contratação de auditoria independente, forma legal e certificação com o índice de qualidade da informação contábil identificado nas entidades analisadas. Na Tabela 17 apresentam-se os resultados do teste realizado.

Tabela 17 – Teste de Correlação de Pearson

		IQIC	TAM	TCONST	AUD	ASSOC	FUND	OSCIP	UPF
IQIC	Correl	1	,499**	,334**	,307**	-,090	,090	,270**	-,270**
	N	392	392	392	392	392	392	392	392
TAM	Correl		1	,420**	,535**	-,116*	,116*	,200**	-,200**
	N		392	392	392	392	392	392	392
TCONST	Correl			1	,322**	-,092	,092	-,608**	,608**
	N			392	392	392	392	392	392
AUD	Correl				1	-,011	,011	,157**	-,157**
	N				392	392	392	392	392
ASSOC	Correl					1	-1,000**	,112*	-,112*
	N					392	392	392	392
FUND	Correl						1	-,112*	,112*
	N						392	392	392
OSCIP	Correl							1	-1,000**
	N							392	392
UPF	Correl								1
	N								392

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Legenda: IQIC – Índice de qualidade da informação contábil; TAM – Tamanho; TCONST – tempo de constituição; AUD – Organização auditada; ASSOC – Associação; FUND – Fundação; OSCIP; UPF.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O resultado do teste de correlação apresentado na Tabela 17 apresenta uma relação positiva ($p < 0,01$) e significativa entre a qualidade da informação contábil e as características tamanho, tempo de constituição, auditoria e as organizações certificadas como OSCIPs.

A correlação entre o índice de qualidade da informação contábil e o tamanho demonstrando que entidades maiores possuem maior nível de qualidade dos relatórios financeiros. Esse resultado é convergente com os estudos já realizados com instituições do mercado financeiro (BALL; FOSTER, 1982; LANG; LUNDHOLM, 1993; GORDON et al., 2002; BHOJRAJ; BLACCONIERE; D'SOUZA, 2004; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010; HOLANDA et al., 2012; BRANDÃO et al., 2013).

Assim como o tamanho, o tempo de constituição também é uma das variáveis que está associada à reputação de uma organização, pois entidades mais velhas pressupõem maior experiência e, com isso, um processo evolutivo dos controles internos e também de tomada de decisão, que geram relatórios financeiros que refletem melhor a realidade da instituição (CRUZ, 2010; BEISLAND; MERSLAND, 2013). Esse resultado demonstra que as entidades sem fins lucrativos brasileiras mais experientes estão mais aptas a apresentar informações contábeis em conformidade, uma vez que essas tendem a ter mais experiência para lidar com os relatórios e números contábeis.

A realização da auditoria nos relatórios financeiros das organizações do terceiro setor auxilia para o alcance de maior nível da confiabilidade e, conseqüentemente, da qualidade da informação contábil nos relatórios apresentados por essas entidades (CARDOZO, 1989; POWER, 2003; JEGERS, 2002; JEGERS, 2008; PUYVELD et al., 2012), o que torna plausível os resultados identificados.

A auditoria no terceiro setor auxilia as instituições a melhorar o nível dos controles internos, buscar formas alternativas de geração de renda e, com isso, diminuir a dependência dos recursos oriundos de doações. As organizações do terceiro setor podem utilizar a contratação e realização de auditoria externa nas suas contas como forma de aumento do nível de confiança entre a entidade e o público externo, bem como, para auxiliar na utilização de ferramentas de gestão, nos processos de administração da organização, aumento do nível de divulgação de informações acerca de indicadores operacionais, econômicos e aumento no nível de transparência (KPMG, 2006).

Além dessas variáveis, o índice de qualidade da informação contábil apresenta-se relacionado positivamente com as OSCIP's e negativamente com as UPFs. Tal resultado demonstra que existe diferença na qualidade da informação contábil entre o tipo de certificado recebido pelas entidades sem fins lucrativos. Além disso, as entidades qualificadas como

OSCIP's estão relacionadas positivamente com a realização de auditoria, o que pode justificar a relação positiva entre esse título e o IQIC. O art. 4º da Lei nº 9.790/99 dispõe que as entidades qualificadas como OSCIP's deverão contratar auditores independentes para realização da auditoria das suas demonstrações contábeis e, se for necessário, também dos recursos oriundos do termo de parceria, o que justifica as relações identificadas.

Na Tabela 17 é verificada ainda uma relação positiva entre tamanho, auditoria e tempo de constituição, o que sugere que entidades maiores são mais experientes e são as que tendem à contratação/realização da auditoria independente sobre as suas demonstrações contábeis.

Após a identificação da relação entre as variáveis analisadas, foram realizados os testes de pressupostos da regressão (normalidade, multicolinearidade, homoscedasticidade e autocorrelação de resíduos).

Para identificação da normalidade dos dados foi realizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov* para todas as variáveis do modelo (IQIC, TAM, TCONST, AUD, OSCIP, UPF, ASSOC, FUND). Todas demonstraram uma distribuição normal com *p value* < 0,05.

Foi realizado também o teste de *Durbin-Watson* no intuito de verificar a ausência de autocorrelação. Os resultados do teste indicam um coeficiente de *Durbin-Watson* de 1,737, o que de acordo com Corrar e Theóphilo (2004), demonstra a ausência de autocorrelação entre os resíduos das variáveis, o que aponta a não violação do pressuposto de autocorrelação serial.

Em relação à multicolinearidade, foi realizado o teste de *Variable Inflation Factor - VIF* (Fator de Inflação da Variância), de todas as variáveis, que demonstraram $VIF < 5$, o que, de acordo com Hair et al. (2005), é desejável, pois demonstra a inexistência de problemas de multicolinearidade.

Quanto à homoscedasticidade, Hair et al. (2005) argumentam que é suposta uma relação de dependência entre as variáveis, em que as variáveis dependentes demonstram níveis iguais de variância no decorrer do domínio das variáveis independentes. Para avaliação da homoscedasticidade das variáveis foi realizado o Teste de Levene, o qual o resultado apresentou significância de 0,693, o que torna o teste de pressuposto de homoscedasticidade aceitável no modelo.

O teste estatístico de regressão linear múltipla para analisar a influência conjunta das variáveis independentes sobre o índice de qualidade da informação contábil das entidades analisadas é apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 1

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
(Constante)		7,613	,000	
TEMPO DE CONSTITUIÇÃO (logTCONST)	,126	2,588	,010	1,874
TAMANHO (logTAM)	,440	7,982	,000	1,575
AUDITORIA (AUD)	,019	,367	,714	1,427
OSCIP	,109	1,974	,049	1,595
ASSOCIAÇÃO	-,040	-,910	,363	1,028
ANOVA				
R	,522			
R ²	,272			
Sig	,000 ^b			
Durbin-Watson	1,737			
Teste de Levene	0,693			
N	392			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A partir da Tabela 18 é possível apontar que o modelo proposto é significativo e as variáveis independentes conseguem explicar 27,2% do índice de qualidade da informação contábil.

Por meio do modelo 1 é possível apontar que três variáveis são significativas, TAM, TCONST e OSCIP, o que é convergente com os resultados da correlação apresentados na Tabela 17. Porém, diverge em relação à variável AUD, pois no modelo proposto não apresentou significância. As variáveis FUND e UPF foram excluídas do modelo, o que pode ser explicado, uma vez que essas são variáveis *dummies* excludentes, ou seja, aquelas que não são FUND são ASSOC, da mesma forma as entidades que não são UPF são OSCIPs.

Além do modelo supracitado, foram propostos ainda mais quatro modelos, no intuito de identificar o conjunto de variáveis com maior poder explicativo para o nível da qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor.

No segundo modelo proposto considera-se o IQIC como variável dependente e como variáveis independentes as variáveis de controle do modelo OSCIP, UPF, FUND e ASSOC. Na Tabela 19 apresentam-se os resultados do modelo.

Tabela 19 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 2

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
(Constante)		21,973	,000	
OSCIPS	,109	,263	,000	1,013
ASSOCIAÇÃO	-,040	-,061	,215	1,013
ANOVA				
R	,277			
R ²	,077			
Sig	,000 ^b			
Durbin-Watson	1,763			
N	392			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O modelo 2 proposto apresentou-se significativo, porém, apenas a variável OSCIP apresentou significância, com uma influência positiva sobre o índice de qualidade da informação contábil, o que é coerente com o teste realizado anteriormente. Além disso, observa-se que o modelo 2 possui um poder explicativo de apenas 7,70% sobre o IQIC. Quanto aos testes de pressupostos da regressão, todos eles apresentaram-se favoráveis ao modelo. Da mesma forma que o modelo anterior, as variáveis FUND e UPF foram excluídas do modelo, por serem variáveis dummies excludentes, conforme já explicado anteriormente.

O terceiro modelo de regressão proposto considera o IQIC como variável dependente e analisa apenas a influência das formas legais. Na Tabela 20 apresenta-se o resultado do teste.

Tabela 20 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 3

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
(Constante)		24,878	,000	
ASSOC	-,090	-1,791	,074	1,000
ANOVA				
R	,090			
R ²	,008			
Sig	,074			
Durbin-Watson	1,636			
N	392			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observa-se por meio da Tabela 20 que um modelo considerando apenas as variáveis de forma legal das instituições como preditas para o índice de qualidade da informação contábil não é significativo, ou seja, a forma legal de constituição das organizações sem fins lucrativos não é capaz de explicar isoladamente a qualidade da informação contábil, mesmo que as fundações estejam sujeitas a maior rigor de constituição e acompanhamento para adequabilidade das suas transações por parte do MP.

No quarto modelo são consideradas como variáveis preditoras do IQIC apenas a titulação obtida pelas entidades do terceiro setor. O resultado do teste é apresentado na Tabela 21.

Tabela 21 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 4

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
(Constante)		63,208	,000	
OSCIP	,270	5,539	,000	1,000
ANOVA				
R	,270			
R ²	,073			
Sig	,000			
Durbin-Watson	1,744			
N	392			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Diferentemente da forma legal, é possível apontar, a partir dos resultados apresentados na Tabela 21, que o título de qualificação como OSCIP obtido pelas organizações sem fins lucrativos contribui para uma melhora na qualidade da informação contábil, pois a variável OSCIP apresentou influência significativa e positiva sobre o IQIC, sendo que o poder explicativo da titulação é de 7,30%.

Na Tabela 22 apresentam-se os resultados do teste de regressão linear múltipla, considerando o IQIC como dependente e as variáveis TAM, TCONST e AUD como preditoras.

Tabela 22 – Regressão Linear Múltipla – Modelo 5

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
(Constante)		8,896	,000	
TAM	,439	7,989	,000	1,554
TCONST	,126	2,588	,010	1,231
AUD	,013	,247	,805	1,420
ANOVA				
R	,512			
R ²	,262			
Sig	,000			
Durbin-Watson	1,711			
N	392			

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O modelo proposto possui um poder explicativo de 26,20% do índice da qualidade da informação contábil, sendo que as variáveis TAM e TCONST foram as que apresentaram-se com influência positiva em relação à qualidade da informação contábil das entidades analisadas. A variável AUD não se mostrou significativa no modelo, o que diverge da relação

identificada no teste de correlação de Pearson. Tal resultado pode estar relacionado ao baixo nível de realização de auditoria independente pelas entidades analisadas.

A Tabela 23 apresenta um resumo dos modelos propostos, para que possa realizar uma comparação entre eles, considerando que em todos os modelos a variável dependente é o índice de qualidade da informação contábil (IQIC).

Tabela 23 – Comparação dos modelos propostos

MODELO	VARIÁVEIS	R	R ²	Sig.
Mod. 1	IQIC; TAM; TCONST; AUD; ASSOC; FUND; OSCIP; UPF	,522	,272	,000
Mod. 2	IQIC; ASSOC; FUND; OSCIP; UPF	,277	,077	,000
Mod. 3	IQIC; ASSOC; FUND	,090	,008	,074
Mod. 4	IQIC; OSCIP; UPF	,270	,073	,000
Mod. 5	IQIC; TAM; TCONST; AUD	,512	,262	,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando os modelos propostos, é possível apontar que o modelo 1 é o que possui maior poder explicativo sobre o índice de qualidade da informação contábil das entidades analisadas. O modelo 5 é o segundo em termos de poder de explicação, pois é capaz de explicar 26,2% do índice. Esses dois modelos têm em comum as variáveis independentes TAM, AUD e TCONST, sendo que em ambos as variáveis TAM e TCONST apresentaram influência positiva e significativa na qualidade da informação contábil das organizações da amostra, o que influenciou para que o R² desses modelos fossem superiores aos dos demais. Já a variável AUD não apresentou-se significativa, com um coeficiente β de 0,019 no primeiro modelo e 0,013 no segundo, o que demonstra baixa influência no contexto analisado, mesmo tendo apresentado correlação significativa no teste de correlação de Pearson (Tabela 17), pois o beta de correlação entre as variáveis IQIC e AUD, apesar de significativo, apresentou-se baixo (0,307).

A não influência da realização da auditoria na qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor é contrária às expectativas deste estudo, bem como à literatura existente, que aponta sua influência sobre a qualidade da informação contábil. Apesar disso, constata-se que esse resultado é convergente com o estudo de Saxton, Kuo e Ho (2011), que analisaram um conjunto de entidades médicas de Taiwan. Para esses autores, tal resultado demonstra que a utilização apenas da auditoria independente, de forma exclusiva, como forma de governança não é capaz de garantir maior nível de evidenciação e, conseqüentemente, maior qualidade da informação contábil reportada.

No contexto do segundo setor, a auditoria demonstra-se em alguns estudos (KLEIN, 2002; CARAMANIS; LENNOX, 2008; MARTINEZ; REIS, 2010) como influenciadora da qualidade das informações contábeis, mas há também estudos (BAUWHEDE; WILLEKENS; GAEREMYNCK, 2003; JEONG; RHO, 2004; IATRIDIS; 2011) que não identificaram uma influência significativa dessa variável sobre a qualidade da informação contábil. De acordo com esses autores, essa não influência pode estar relacionada a outros fatores, como a recorrente troca da empresa de auditoria e elementos que envolvem a qualidade do trabalho de auditoria.

Além das variáveis supracitadas, ressalta-se que o título de OSCIP também apresentou-se significativo em dois modelos (modelo 1 e modelo 4), o que suporta ser indicado como um fator que contribui para melhor qualidade da informação contábil. Esse resultado pode estar atrelado ao fato dessas organizações serem maiores, conforme identificado no teste de correlação. Além disso, a legislação que rege as organizações tituladas como OSCIPS prevê a obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis. A realização de auditoria dessas demonstrações e dos termos de parceria também pode contribuir para que essas entidades apresentem maior nível de qualidade da informação contábil.

A influência do título de qualificação como OSCIP sobre a qualidade da informação contábil reportada pelas instituições sem fins lucrativos é coerente com os resultados do estudo de Yetmann e Yetmann (2004). Os resultados obtidos nesse estudo, assim como os do estudo dos autores supracitados (YETMAN; YETMAN, 2004), sugere que os esforços dos órgãos regulamentadores em maior nível de controle e monitoramento faz com que as práticas de governança adotadas a partir de obrigatoriedade legislativa contribuam para que haja uma minimização de ações oportunistas, erros e falhas no processo de elaboração e apresentação das informações contábeis das organizações sem fins lucrativos.

Esses resultados demonstram a influência que as variáveis tempo de constituição e tamanho possuem na qualidade da informação contábil das entidades, sugerindo assim, que as organizações com o passar do tempo melhoram os seus relatos financeiros a partir da experiência, bem como, as entidades maiores possuem tendência para apresentar relatórios contábeis com maior nível de qualidade, uma vez que são influenciados por controles mais eficientes.

Autores como Doyle, Ge e McVay (2007b) e Dechow, Ge e Scharand (2010) argumentam que quanto maior a entidade, maior é a exigência por controles internos, o que

resulta em informações contábeis melhores. Além disso, organizações menores estão mais expostas a falhas nos controles internos.

No contexto do terceiro setor, o tamanho de uma organização está relacionado à reputação da organização sem fins lucrativos, pois, parte-se do pressuposto que organizações maiores possuem objetivos mais claros, bem como, uma profissionalização da gestão. Estudos como os de Weisbrod e Dominguez (1986), Trussel e Parsons (2007), Jegers (2008) e Cruz (2010) apontam o tamanho de uma organização como uma informação contábil relevante para os investidores sociais, pois esses são mais propensos a realizar doações a entidades maiores, que possuem melhores práticas de controle e que remetem à profissionalização da entidade.

Os resultados acerca das variáveis TAM e TCONST são convergentes com os estudos de Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013), nos quais essas variáveis apresentaram-se com poder explicativo e de influência significativa sobre a qualidade da informação contábil. Assim, infere-se que entidades maiores possuem a necessidade de melhores controles internos e demandam de informações mais claras para o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, as informações contábeis divulgadas atendem de forma mais coerente os aspectos qualitativos da informação contábil. Da mesma forma, com o passar do tempo, existe uma tendência de evolução dos controles internos a fim de atender às necessidades decorrentes das atividades organizacionais, colaborando, conseqüentemente, para melhor qualidade da informação contábil (BEISLAND; MERSLAND, 2013).

Com esse resultado, é possível aceitar a H_1 do estudo, a qual previa uma relação positiva entre o tamanho das organizações sem fins lucrativos e a qualidade da informação contábil. A H_2 , que preconizava a existência de uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e a tempo de constituição das entidades analisadas, também pode ser aceita, pois o teste de correlação e o teste de regressão demonstraram, respectivamente, uma relação e influência positiva entre o IQIC apurado e o tempo de constituição das organizações sem fins lucrativos analisadas.

Já a H_3 , que previa uma relação positiva entre as organizações sem fins lucrativos que possuem auditoria externa e um nível maior de qualidade da informação contábil, não pode ser aceita. Apesar dos resultados apontarem que ela está relacionada positivamente com uma melhor qualidade da informação contábil, foi identificada uma influência baixa, de apenas 1,3%, no primeiro modelo, e de 1,9% no modelo 5, ambas não significativas. Vale ressaltar que o objetivo da auditoria é dar confiabilidade para as demonstrações contábeis

publicadas, pois é por meio de aplicação das técnicas de auditoria que os auditores externos emitem parecer de conformidade das demonstrações contábeis.

Ainda é possível apontar que a influência da auditoria sobre a qualidade da informação contábil não é conclusiva, e abre espaço para que novas pesquisas sejam realizadas no âmbito do terceiro setor, uma vez que a literatura dispõe ainda sobre outros aspectos relacionados à auditoria, como rodízio da firma de auditoria e a realização da auditoria por uma *BigFour*, fatores que podem influenciar a qualidade da informação contábil reportada, dados que não foram capturados neste estudo. Apresenta-se no Quadro 17 um resumo das hipóteses deste estudo, com as literaturas convergentes aos resultados.

Quadro 17 – Resumo das hipóteses

HÍPOTESE	BASE TEÓRICA	RESULTADO	ESTUDOS CONVERGENTES
H ₁ – A qualidade da informação contábil está relacionada positivamente com o tamanho das entidades do terceiro setor.	Weisbrod e Dominguez (1986), Trussel e Parsons (2007), Jegers (2008) e Cruz (2010).	Aceita	Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013)
H ₂ – Existe uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e o tempo de constituição das entidades analisadas.	Doyle, Ge e McVay (2007a); Doyle, Ge e McVay (2007b) e Dechow, Ge e Scharand (2010).	Aceita	Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013)
H ₃ – Organizações sem fins lucrativos que possuem auditoria externa apresentam maior nível de qualidade da informação contábil.	Klein (2002); Caramanis; Lennox (2008); Martinez; Reis (2010).	Não Aceita	Bauwhede; Willekens; Gaeremynck (2003); Jeong; Rho (2004); Iatridis (2011)

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar das evidências apontadas neste estudo, ressalta-se que o índice de qualidade da informação contábil das entidades brasileiras pode ser considerado baixo, o que merece atenção por parte dos órgãos regulamentadores e do governo, para que haja uma ação conjunta para aumento da qualidade da informação contábil dessas entidades. Na seção seguinte apresentam-se as considerações finais do estudo e as recomendações para futuras pesquisas a partir dos resultados encontrados.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O quinto e último capítulo desse estudo se propõe a apresentar as considerações finais sobre a pesquisa realizada, ressaltando as principais conclusões e resultados identificados a partir da análise dos dados. Desta forma, a presente seção visa rerepresentar os objetivos propostos e a questão problema de estudo e, conseqüentemente, os resultados alcançados e a resposta ao problema preconizado. Por fim, apresentam-se as recomendações de pesquisas futuras acerca da temática estudada.

5.1 CONCLUSÕES

Estudar o contexto das entidades do terceiro setor tem se mostrado prolífero no meio acadêmico, devido à heterogeneidade de estudos em diversas áreas do conhecimento das ciências sociais e, principalmente, nas ciências sociais aplicadas. Porém, os estudos já realizados nesta área ainda são incipientes e muitas vezes isolados, o que não permite a generalização dos resultados, gerando, com isso, conhecimentos isolados.

Da mesma forma, a qualidade da informação contábil já vem sendo amplamente discutida no âmbito acadêmico, uma vez que atualmente as correntes de pesquisa estão voltadas à utilização da contabilidade como fonte de informação para o processo de análise, avaliação, controle e tomada de decisão no meio empresarial. Tal fato torna imprescindível que a informação contábil gerada tenha qualidade e, conseqüentemente, seja útil aos seus usuários. Estudos nessa área de conhecimento apontam a existência de relação e influência de características organizacionais sobre a qualidade da informação contábil nas organizações do segundo setor.

Com base neste contexto, este estudo teve como objetivo geral avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras. Para tal, pesquisa descritiva, documental e quantitativa foi desenvolvida com 392 entidades do terceiro setor brasileiras.

O primeiro objetivo específico deste estudo foi caracterizar as organizações componentes da amostra. Pôde-se constatar uma disparidade no aspecto forma legal, pois dentre as entidades analisadas, a maioria é constituída como associação, o que é coerente com o universo da pesquisa, bem como com o estudo apresentado pelo IBGE em 2010. Essa predominância de associações no contexto do terceiro setor brasileiro pode ser explicado pelo maior nível de burocracia na constituição de uma fundação. Em relação ao tamanho, conclui-

se que grande parte das instituições analisadas classifica-se como de micro porte, com ativo total médio de aproximadamente R\$ 6 milhões. Constatou-se também que, de uma forma geral, as fundações são maiores que as associações, provavelmente em razão de que, no caso das fundações, os fundadores devem destinar um patrimônio para a entidade.

Na caracterização das entidades analisou-se ainda a sua experiência, por meio do tempo de constituição. É possível inferir, nesse caso, que aproximadamente 36% possui de 11 a 20 anos de constituição. As fundações são mais experientes do que as associações. No contexto da titulação, as UPF's possuem tempo de constituição superior, em virtude de que a legislação acerca da qualificação como OSCIP é mais recente. Dentre as áreas de atuação, identificou-se que 141 das entidades analisadas atuam no âmbito da assistência social. Já habitação e meio ambiente são as áreas com menor número de entidades, apesar da preocupação atual da sociedade com esses aspectos.

Outro aspecto observado foi a realização da auditoria independente para avaliação das demonstrações contábeis por apenas 38% das entidades analisadas. As entidades das áreas de educação, assistência social e desenvolvimento e defesa dos direitos são as que predominam na contratação de auditores independentes.

Quanto ao segundo objetivo específico, mensurar a qualidade da informação dos relatórios contábeis divulgados pelas organizações do terceiro setor investigadas, os principais resultados encontrados apontam para um baixo nível de evidenciação contábil e, conseqüentemente, da qualidade da informação contábil divulgada pelas organizações brasileiras do terceiro setor, quando comparadas às entidades do segundo setor. Conclui-se, assim, que as organizações analisadas não se encontram em plena conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor, fato que pode estar atrelado à falta de conhecimento dos profissionais ligados à gestão dessas entidades, ou ao baixo nível de profissionalismo da gestão e dos controles internos. No entanto, novos estudos precisam ser realizados para comprovar ou não tais aspectos, que não foram objeto do estudo. Assim, as entidades devem atentar-se para a importância e capacidade dos relatórios contábeis em fornecer informações úteis ao processo de gestão e avaliação dos interessados.

A partir dos resultados obtidos pode-se sugerir aos órgãos públicos e regulamentadores repensar o processo de prestação de contas e divulgação das informações contábeis das entidades do terceiro setor brasileiras, bem como, readequar o banco de dados, para que atenda as normas contábeis aplicadas às organizações sem fins lucrativos.

Em relação aos índices de evidenciação e, conseqüentemente, da qualidade da informação contábil das entidades analisadas, os resultados são parcialmente convergentes

com os estudos de Silveira (2007), Silveira e Borba (2010), Mário et al. (2013) e Gollo, Schulz e Rosa (2013). Os resultados desse estudo são parcialmente semelhantes aos de Silveira e Borba (2010) e Mário et al (2013) uma vez que esses autores também identificaram que o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit e Déficit são divulgados por todas as organizações sem fins lucrativos analisadas, e inclusive ao que tange as notas explicativas, porém, ao contrário desse estudo eles identificaram a evidenciação da DMPL e da DOAR. Já os resultados dessa pesquisa não evidenciaram a divulgação da DMPL e da DFC. A divergência entre os resultados pode estar atrelada a base de dados utilizada, pois Silveira e Borba (2010) e Mário et al. (2013) utilizaram bases de dados estaduais, sendo o SICAAP.

Em relação ao índice de evidenciação os resultados são semelhantes, o que pode demonstrar que as organizações sem fins lucrativos, independentes da união federativa a que pertencem, possuem dificuldades em relação a divulgação das informações contábeis.

Em relação ao terceiro objetivo específico, que foi relacionar as características das entidades do terceiro setor à qualidade da informação contábil, constatou-se que o tamanho e o tempo de constituição das entidades influenciam positivamente a qualidade da informação contábil divulgada. Conclui-se que organizações maiores e mais experientes tendem a apresentar melhor qualidade da informação contábil divulgada, o que pode estar atrelado à existência de controles mais eficientes, maior conhecimento das normas e experiência para lidar com os processos contábeis. Além disso, pode-se inferir que essas entidades devem deter conhecimento sobre a importância dos números contábeis para o processo de gestão.

Além disso, a classificação da entidade como OSCIP também contribui para a melhoria da informação contábil evidenciada. Conclui-se que tal resultado pode ser atribuído ao disposto no artigo 4º da Lei nº 9.790/99, que dispõe que as entidades qualificadas como OSCIP's deverão publicar suas demonstrações contábeis, o que pode ser um elemento que contribui para que essas entidades possuam maior atenção na adequabilidade de apresentação das suas demonstrações contábeis, bem como, essas entidades devem realizar auditoria dos seus relatórios financeiros. Por outro lado, o fato da entidade ter auditoria externa, sua forma legal (Associação ou Fundação) e o fato de ser classificada como UPF não apresentaram influência sobre a qualidade da informação contábil dessas entidades. Os resultados sugerem que a forma legal de uma organização sem fins lucrativos não possui influência sobre a qualidade da informação contábil, o que sugere que processos mais burocráticos na constituição de uma fundação e a obrigatoriedade de prestação de contas anualmente ao Ministério Público não é capaz de garantir a qualidade da informação prestada. Porém, observa-se também que organizações constituídas como associações não possuem

obrigatoriedade de prestar contas, exceto aquelas qualificadas como UPF ou OSCIP, e dessa forma, também não possui influência para um maior nível de qualidade das informações contábeis.

Esses resultados demonstram ainda que as organizações sem fins lucrativos e órgãos regulamentadores precisam evoluir no processo de reporte da informação contábil, bem como na conscientização da importância desses relatórios para o processo de tomada de decisão e de prestação de contas públicas.

Quanto às hipóteses do estudo, os resultados não permitem rejeitar a hipótese H_1 , que previa uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e o tamanho das entidades do terceiro setor, o que indica que quanto maior a organização, maior é o nível de qualidade da informação contábil, sendo esse resultado convergente com os estudos de Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013) e com o que preconizado por Weisbrod e Dominguez (1986), Trussel e Parsons (2007), Jegers, 2002; Jegers (2008) e Cruz (2010). A hipótese H_2 , que apontava que a qualidade da informação contábil e o tempo de constituição das entidades sem fins lucrativos eram relacionadas positivamente, também não pôde ser rejeitada, demonstrando que organizações mais experientes influenciam para melhora na qualidade da informação contábil. Assim, os resultados estão em consonância com o preconizado nos trabalhos de Doyle, Ge e McVay (2007a), Doyle, Ge e McVay (2007b) e Dechow, Ge e Scharand (2010) e vem ao encontro com as conclusões dos estudos de Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013).

A hipótese H_3 , que previa que a realização de auditoria externa nas demonstrações financeiras das organizações sem fins lucrativos contribuía para maior nível de qualidade da informação contábil, não foi confirmada, indicando que organizações sem fins lucrativos que auditam suas demonstrações contábeis não apresentam relatórios contábeis de maior qualidade. Este achado diverge dos estudos de Klein (2002), Caramanis e Lennox (2008) e Martinez e Reis (2010), que apontam que a qualidade da informação contábil está relacionada à realização de auditoria. Porém, este resultado converge aos de Bauwhede, Willekens e Gaeremynck (2003), Jeong e Rho (2004) e Iatridis (2011), que apontam que essa não influência pode estar relacionada a outros fatores, como a recorrente troca da empresa de auditoria, bem como a elementos que envolvem a qualidade do trabalho da auditoria, entre outros fatores, que não foram capturados neste estudo.

Frente aos resultados obtidos com esta pesquisa, é possível concluir que, de maneira geral, as entidades brasileiras apresentam baixo nível informacional das suas variáveis

contábeis, o que pode levar investidores a análises distorcidas, além de possível comprometimento da sustentabilidade e imagem dessas organizações perante a sociedade.

Os resultados deste estudo contribuem para a elucidação de alguns fatores como preditores para a qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor, para se ter um panorama acerca da temática no contexto estudado, bem como para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à gestão, contabilidade e suas informações no contexto das organizações sem fins lucrativos.

5.2 RECOMENDAÇÕES

A partir do estudo realizado e das limitações apontadas no capítulo três é possível sugerir a realização das seguintes pesquisas futuras: (a) analisar se o perfil das doações recebidas e a receita oriunda de doações influenciam na qualidade da informação contábil das entidades sem fins lucrativos; (b) avaliar os meios de divulgações das informações contábeis utilizados pelas entidades brasileiras sem fins lucrativos; (c) identificar, a partir de uma *survey*, ou ainda, grupo focal, com *stakeholders* de organizações sem fins lucrativos, quais os meios de divulgação e métricas contábeis utilizados na avaliação dessas entidades; (d) utilizar outras formas de coleta de dados, para aumentar a possibilidade de obtenção de mais dados para avaliação.

REFERÊNCIAS

- ABZUG, R.; WEBB, N. J. Relationships between nonprofit and for-profit organizations: a stakeholders perspective. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 28, n. 4, p. 417-431, 1999.
- AGGARWALL, R.K.; EVANS, M.E.; NANDA, D. Nonprofit boards: size, performance and managerial incentives. **Journal of Accounting and Economics**, v. 53, n. 1, p. 466-487, 2012.
- ALBANEZ, T.; VALLE, M. R. Impactos da assimetria da informação na estrutura de capital de empresas brasileiras abertas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 20, n. 51, p. 62-67, 2009.
- ALBUQUERQUE, A.C.C. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALBUQUERQUE, J. H. M.; ANDRADE, C. S.; MONTEIRO, G. B.; RIBEIRO, J. C. Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2007. CD-ROM.
- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AMBLER, T.; NEELY, A. Narrative reporting in company annual accounts. **Working paper**. London Business School and University of Cambridge, nov., 2007.
- AMIR, E.; HARRIS, T. S.; VENUTI, E. K. A comparison of the value-relevance of U.S. versus Non-U.S. GAAP accounting measures using form 20-F reconciliations. **Journal of Accounting Research**, v. 31, p. 230-264, 1993.
- ANDRÉS-ALONSO, P.; CRUZ, N. M.; ROMERO-MERINO, E. The governance of nonprofit organizations: empirical evidence from nongovernmental development organizations in Spain. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 35, n. 4, p. 588-604, 2006.
- ANNIS, S. Can small-scale development be a large-scale policy? The case of Latin America. **World Development Supplement**, v. 15, n. 1, p. 129-134, 1987.
- ANTHONY, R.N. **Essentials of accounting**. 6 ed. Upper Saddle River, 1999.
- ANTUNES, G. A.; TEIXEIRA, A. J. C.; COSTA, F. M.; NOSSA, V. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 1, p. 109-138, 2009.
- AQUINO, W.; SANTANA, A.C. Evidenciação. **Caderno de Estudos [online]**, v.1, n. 2, p. 01-40, 1992.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARROW, K. J. The economics of agency. In: PRATT; J. W.; ZECKHAUSER, R. J. **Principals and agents: the structure of business**. Boston: Harvard Business School Press, p. 37-51, 1985.

BAIRRAL, M. A. C.; FERREIRA, M. C.; BAIRRAL, L. F. A assimetria informacional e os pareceres prévios de auditoria dos tribunais de contas estaduais: uma abordagem reflexiva. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 55, p. 14-23, 2012.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, n. 2, p. 159-178, 1968.

BALL, R.; FOSTER, G. Corporate financial reporting: a methodological review of empirical research. **Journal of Accounting Research**, v. 20, p. 161-234, 1982.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M.; WILLIAMS, C. Accounting quality: International Accounting Standards and US GAAP. **Working Paper**. Stanford University and University of North Carolina, nov., 2007.

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n.1-3, p. 77-104, 2001.

BASU, S. Discussion of conditional and unconditional conservatism: concepts and modeling. **Review of Accounting Studies**, v. 10, n. 2/3, p. 311-321, 2005.

BAUWHEDE, H. V.; WILLEKENS, M.; GAEREMYNCK, A. Audit firm size, public ownership, and firms' discretionary accruals management. **The International Journal of Accounting**, v. 38, p. 1-22, 2003.

BEAVER, W. H. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, Empirical Research in Accounting: Selected Studies, p. 67-92, 1968.

BEHN, B.K.; DeVRIES; D.D.; LIN, J. The determinants of transparency in nonprofit organizations: an exploratory study. **Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, n. 1, p. 6-12, 2010.

BEISLAND, L. A.; MERSLAND R. Earnings quality in nonprofit versus for-profit organizations: evidence from the microfinance industry. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2013.

BEN-NER, A; VAN HOOMISSEN, T. Nonprofits in the mixed economy: a demand and supply analysis. **Annals of Public and Cooperative Economic**, v. 62, p. 519-550, 1991.

BERTOLIN, R. V.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B.; BRAGA, M. J. Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n.1, p. 59-81, 2008.

BETTIOL JÚNIOR, A. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso**. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BHOJARAJ, S.; BLACCONIERE, W.; D'SOUZA, J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 1, p. 207-252, 2004.

BONÍZIO, R. C. **Um estudo sobre os aspectos relevantes da contabilidade e o seu uso em empresas do setor de construção civil**. 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BORGES, T.F.; MARIO, P.C.; CARDOSO, R.L.; AQUINO, A.C.B. Desmistificação do regime contábil de competência. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 877-901, 2010.

BOURGEOIS, K. Nonprofit financial statements. **Working Paper**, University of Oregon, jun., 2003.

BRANDÃO, I. F.; ASSUNÇÃO, R. R.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Fatores determinantes do disclosure de guidance das companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p. 87-114, 2013.

BRASIL. Lei 91 de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, p.1, 29 de agosto de 1935.

_____. Lei 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 24 mar. 1999.

_____. Lei 9.637 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 3-4, 16 de maio de 1998.

BRISOLA, J. Teoria do agenciamento na contabilidade – a contabilidade e o processo de comunicação. **Contexto**, Porto Alegre, v.4, n. 7, 2004.

CALLEN, J. L.; KLEIN, A.; TINKELMAN, D. The contextual impact of nonprofit board composition and structure on organizational performance: agency and resource dependence perspectives. **Voluntas**, v. 21, p. 101-125, 2010.

CAMARGO, M. F. **Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Futura, 2001.

CANG, Y.; CHU, Y.; LINS, T.W. An exploratory study of earnings management detectability, analyst coverage and the impact of IFRS adoption: evidence from China. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 4, 2014.

CARAMANIS, C.; LENNOX, C. Audit effort and earnings management, **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, p. 116-138, 2008.

CARDOZO, J. S. S. O papel do auditor na sociedade ou o que a sociedade espera do auditor. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 18, n. 56, p. 44-52, 1989.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 96-105, 2011.

CARVALHO, A. O.; FADUL, E. M. C. Os fatores críticos de sucesso na gestão de organizações não governamentais. **Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa, v. 4, n. 2, p.148-171, abr./jun., 2012.

CARVER, J. **Boards that make a difference: a new design for leadership in nonprofit and public organizations**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

CHAGAS, M. J. R.; ARAÚJO, A. O.; DAMASCENA, L. G. Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas OSCIP's: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, v. 3, n. 2, p. 100-115, 2011.

CHEN, H.; TANG, Q.; JIANG, Y.; LIN, Z. The role of international financial reporting standards in accounting quality: evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 2, n. 3, p. 220-278, 2010.

CHOI, F. D. S.; FROST, C. A.; MEEK, G. K. **International accounting**. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**. n. 4, p. 386-405, 1937.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – CPC 00**, 2012.

COPPENS, L.; PEEK, E. An analysis of earnings management by European private firms. **Journal of International Accounting Auditing and Taxation**, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2005.

CORRAR, J. L.; THEOPHILO, C. R. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA, S.; VISCONTI, G. R. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Brasília: BNDES, 2001.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, C. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CRUZ, C. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 16, n. 1, p. 85-101, 2010.

CRUZ, J. A. W.; STADLER, H.; MARTINS T. S.; ROCHA, D. T. Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. **REBRAE - Revista Brasileira de Estratégia**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 133-26, 2009.

DANI, A. C.; DAL VESCO, D. G.; SCARPIN, J. E. Contabilidade do terceiro setor: um estudo bibliométrico em periódicos internacionais no período de 2006 a 2010. **CAP Accounting and Management**, v. 5, n. 5, 2011.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H.C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DAWSON, A. Private equity investment decisions in family firms: the role of human resources and agency costs. **Journal of Business Venturing**, v. 26, p. 189–199, 2011.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. **Accounting Review**. v. 77, p. 35-59, 2002.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHARAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DEHLEN, T.; ZELLWEGER, T.; KAMMERLANDER, N.; HALTER, F. The role of information asymmetry in the choice of entrepreneurial exit routes. **Journal of Business Venturing**, v. 29, n. 2, p. 193-209, 2014.

DIAMOND, J. Performance budgeting: is accrual accounting required? **Working Paper**, Fiscal Affairs Department, 2002.

DOYLE, J.; GE, W. McVAY, S. Accruals quality and internal control over financial reporting. **The Accounting Review**, v. 82, p. 1141-1170, 2007a.

DOYLE, J.; GE, W. McVAY, S. Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, p. 193-223, 2007b.

DRABEK, A. G. **Development alternatives**: the challenge for NGO's: an overview of the issues. World Development Supplement, 1987.

DRUCKER, P. F. **As novas realidades**: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUMITRU, G. The accounting information quality concept. **Journal of Academic Research in Economics**, v. 3, n. 3, p. 559-569, 2011.

DUMMING, A. B. Action at the grassroots: fighting and environmental decline. **Working Paper**, Washington: World watch institute, 1989.

EBRAHIM, A. Accountability in practice: mechanisms for NGOs. **World Development**, n. 31, p. 813-829, 2003.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FALCONER, A. P.; VILELA, R. **Recursos privados para fins públicos**: as grantmakers brasileiras. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

FALK, H. Towards a framework for not-for-profit accounting. **Contemporary Accounting Research**. Toronto, v. 8, n. 2, p. 468-499, 1992.

FAMA, E. Agency problems and the theory of the firm. **Journal of Political Economy**, v. 88, p. 288-307, 1980.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separations of ownership and control. **Journal of Law and Economics**. Chicago, v. 26, n. 2, p. 301-325, jun., 1983.

FARIA, J. A.; GOMES, S. M. S.; DIAS FILHO, J. M.; ALBUQUERQUE, V. A assimetria da informação na elaboração do orçamento: uma análise da produção científica nos periódicos internacionais entre 2005 e 2009. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 2, p. 43-65, 2011.

FASFIL. **As fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas Informações Econômicas n. 20, 2012.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statements of financial accounting concepts n. 2: qualitative characteristics of accounting information**. FASB, 2010. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statements of financial accounting concepts n.8: Enhancing Qualitative Characteristics - Comparability**. FASB, 2010. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002.

FISHER, J. G.; MAINES, L. A.; PEFFER, S. A.; SPRINKLE, G. B. Using budgets for performance evaluation: Effects of resource allocation and horizontal information asymmetry on budget proposals, budget slack, and performance. **Accounting Review**, v. 77, n. 4, p. 847-865, 2002.

FISHER, J.; FREDERICKSON, J. R.; PEFFER, S. A. The effect of information asymmetry on negotiated budgets: An empirical investigation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n.1-2, p. 27-43, 2002.

FLACK, T. Voluntary disclosure in NPOs. **Working Papers**, Queensland University of Technology, 2006.

FONSEKA, M.M.; COLOMBAGE, S.R.N.; TIAN, G.L. Effects of regulator's announcements, information asymmetry and ownership changes on private equity placements: evidence from China. **Journal of International Financial Markets, Institutions & Money**, v. 29, p. 126-149, 2014.

FONTES FILHO, J. R. **Estudo da validade de generalização das práticas de governança corporativa ao ambiente dos fundos de pensão: uma análise segundo as teorias da agência e institucional**. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

FOSTER, G. **Financial statement analysis**. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.

FRANÇA, J. M. F. **Um modelo para avaliar o impacto da assimetria de informação na gestão de organizações sociais com aplicação às universidades federais brasileiras**. 2005.

175 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2005.

FRANCIS, J.R.; KE, B. Disclosure of fees paid to auditors and the market valuation of earnings surprises. **Review of Accounting Studies**, v. 11, n. 4, p. 495-523, 2006.

FRANCO, H. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 105-112, jul./set., 2000.

GABRIEL, F.; SILVEIRA, A.D.M.S. Qualidade da Informação Contábil e Análise de sua Relação com a Estrutura de Governança Corporativa das Firms no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. CD-ROM.

GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS – GESET. **Terceiro setor e o desenvolvimento social**. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf>. Acesso em 04 fev. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAESER, E. L. **The governance of not for profit firms**. MA: Harvard University/NBER, 2001.

GLAESER, E. L.; SHLEIFER, A. Nonprofit entrepreneurs. **Journal of Public Economics**, v. 81, p. 99-115, 2001.

GOLLO, V.; SCHULZ, S. J., ROSA, F. S. Evidenciação contábil em entidades brasileiras de terceiro setor: adequação às normas brasileiras de contabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - EnANGRAD, 24, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANGRAD, 2013. CD-ROM.

GORDON, T.; FISCHER, M.; MALONE, D.; TORRE, G. A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. **Journal of Accounting Public Policy**, v. 21, n. 3, p. 235-275, 2002.

GREENLEE, J. S.; BROWN, K. L. The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. **Nonprofit Management & Leadership**. Stamford, v. 13, p. 111-125, 1999.

GUIMARÃES, I. P.; PINHO, L. A.; LEAL, R. S. Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. **Contabilidade Gestão e Governança**. Brasília, v. 13, n. 3, p.132-148, set./dez., 2010.

HAGER, M. A.; POLLAK, T.; ROONEY, P. Variations in Overhead and Fundraising Efficiency Measures: The Influence of Size, Age, and Subsector. **Working Paper**. Annual Conference of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action. Miami, 2001.

HAIR, JR. J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANSMANN, H.B. **Economic theories of nonprofit organization**. New Haven: Yale University Press, 1987.

HANSMANN, H.B. The role of nonprofit enterprise. **The Yale Law Journal**, v. 89, n. 5, 1980.

HARRIS, T. S.; LANG, M.; MÖLLER, H. P. The value relevance of German accounting measures: an empirical analysis. **Journal of Accounting Research**, v. 32, n. 2, p.187-209, 1994.

HAYATI, D.; KARAMI, E.; SLEE, B. Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty. **Social Indicator Research**, v. 75, p. 361-294, 2006.

HEALY, P. M., PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting & Economics**. Amsterdam, v. 31, n. 1-3, p. 405-440, sep. 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERTZEL, M. SMITH, R.J. Market discount and shareholders gains for placing equity privately. **Journal of Finance**, v. 48, p. 459-485, 1993.

HOLANDA, A. P.; MENESES, A. F.; MAPURANGA, P. V. R.; DE LUCA, M. M. M; COELHO, A. C. D. Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 2-17, jan./abril, 2012.

HOLTHAUSEN, R.; WATTS, R.L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 3-75, 2001.

HORTON, J.; SERAFEIM, G.; SERAFEIM, I. Does mandatory IFRS adoption improve the information environment? **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 1, p. 388-423, 2013.

HOULE, C.O. **Governing boards: their nature and nurture**. 2 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

HOWORTH, C.; WESTHEAD, P.; WRIGHT, M. Buyouts, information asymmetry and the family management dyad. **Journal of Business Venturing**, v. 19, n. 4, p. 509-534, 2004.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Pearsons Education, 2002.

IATRIDIS, G. E. Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. **International Review of Financial Analysis**, v. 20, n. 2, p. 88-102, 2011.

IMHOFF JR., E. A. The relation between perceived accounting quality and economic characteristics of the firm. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 11, n. 2, p. 97-118, 1992.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Normas internacionais de contabilidade**: textos completos das normas internacionais de contabilidade, São Paulo: IBRACICON, 1998.

IOCHOPE. **A crescente participação do setor privado no terceiro setor brasileiro**. Documento elaborado a pedido da ONU – Organização das Nações Unidas, para publicação em junho de 1998. Disponível em: <www.fiochope.org.br/conceitos1.html>. Acesso em: 04 fev. 2014.

ITG – 2002. **Entidades sem finalidades de lucro – NBC ITG – 2002**, Conselho Federal de Contabilidade, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, v.1, n. 38, p. 7-19, 2005.

JACOBS, F. A.; MARUDAS, N. P. The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donation to US nonprofit organizations. **Financial Accountability & Management**. Oxford, v. 25, n. 1, p. 33-53, feb. 2009.

JEGERS, M. **Managerial economics of non-profit organizations**. London: Routledge, 2008.

JEGERS, M. The Economics of nonprofit accounting and auditing: suggestion for a research agenda. **Annals of Public and Cooperative Economics**. v. 73, n. 3, p. 429-451, 2002.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. The nature of man. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 7, n. 2, p. 4-19, 1994.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

JEONG, S. W.; RHO, J. Big Six auditors and audit quality: the Korean evidence. **The International Journal of Accounting**, v. 39, p. 175–196, 2004.

JIRAPORN, P.; MILLER, G.; YOON, L. S.; KIM, J. S. Is earnings management opportunistic or beneficial? **International Review of Financial Analysis**, v. 17, p. 622-634, 2008.

- KEATING, E. K.; FRUMKIN; P. Reengineering nonprofit financial accountability: toward a more reliable foundation for regulation. **Public Administration Review**, v. 63, n.1, Jan./Fev. 2003.
- KITCHING, K. Audit value and charitable organizations. **Journal Accounting Public Police**, v. 28, p. 510-524, 2009.
- KLANN, R. C. **Gerenciamento de Resultados**: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.
- KLANN, R. C.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Impacto das diferenças entre as normas brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, v. 6, n. 2, p.154-173, 2009.
- KLEIN, A. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 33, p. 375–400, 2002.
- KPMG – AUDITORES INDEPENDENTES. **Auditoria no terceiro setor**: percepções e resultados da pesquisa 2006. São Paulo: KPMG, 2006.
- KREN, L.; MAIGA, A. The intervening effect of information asymmetry on budget participation and segment slack, **Working Paper**, 2007.
- KREPS, D. Corporate culture and economic theory. In: SHELPSLE, K.; ALT, J. **Perspective on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- KYJ, L.; PARKER, R. J. Antecedents of budget participation: leadership style, information asymmetry, and evaluative use of budget. **Abacus**, v. 44, n.4, p. 423-442, 2008.
- LANDIM, L. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- LANG, M.; LUNDHOLM, R. Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures. **Journal of Accounting Research**, v. 31, n. 2, p. 246-271, 1993.
- LANG, M.; RAEDY, J.; YETMAN, M. How representative are firms that are cross-listed in the United States? An analysis of accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 41, p. 363-386, 2003.
- LANG, M.; READY, J.; WILSON, W. Earnings management and cross listing: are reconciled earnings comparable to US earnings? **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, p. 255-283, 2006.
- LAU, C. M.; EGGLETON, I. R. C. The influence of information asymmetry and budget emphasis on the relationship between participation and slack. **Accounting and Business Research**, v. 33, n.2, p. 91-104, 2003.

LEE, G.; MASULIS, R. W. Seasoned equity offerings: quality accounting information and expected flotation costs. **Journal of Financial Economics**, v. 92, p. 443-469, 2009.

LEVAGGI, R. The regional organization of hospital care in Italy: The effects of asymmetry of information and soft budget constraint rules. In: PADOVANO, F.; RICCIUTI, R. (Org.). **Italian Institutional Reforms: A Public Choice Perspective**. New York: Springer, 2008, cap. 11, p. 197-219, 2008.

LIMA, E. T. **Análise comparativa entre índice de disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas no Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação**. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, I. G. **Índice de conformidade de evidenciação (ICE): uma aplicação**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP, São Paulo, 2010.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Thomson, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LU, D.; LI, S.; WU, W. Market discounts and announcement effects of private placements: evidence from China. **Applied Economics Letters**, v.18, p. 1411-1414, 2011.

MACHO-STADLER, J.; PÉREZ-CASTRILLO; D. **An introduction to the economics of information**. Oxford University Press, 2001.

MAINES, L. A.; WAHLEN, J. M. The nature of accounting information reliability: inferences from archival and experimental research. **Accounting Horizons**, v. 20, n. 4, p. 399-425, 2006.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**. Edição Comemorativa, p. 65-79, 2006.

MANN, S.; WÜSTEMANN, H. Public governance of information asymmetries-the gap between reality and economic theory. **Journal of Socio-Economics**, v. 39, n. 2, p. 278-285, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCUELLO, C.; SALAS, V. Nonprofit organizations, monopolistic competition and private donations: evidence from Spain. **Public Finance Review**. v. 29, p. 183-207, may, 2001.

MARIO, P. C.; PAULA, C. L. S.; ALVES, A. D. F.; JUPETIPE, F. K. N. Evidenciação das fundações privadas de Belo Horizonte: prestação de contas e qualidade da informação. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 29-41. Jan/abr. 2013.

MARTINEZ, A. L. Agency theory na pesquisa contábil. In: Encontro ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 22, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu, 1998. CD-ROM.

MARTINEZ, A. L.; REIS, G. M. R. Audit firm rotation and earnings management. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, p. 48-64, 2010.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. A. Sobre conceitos, definições e constructos nas ciências administrativas. **Gestão & Regionalidade**. n. 62, 2005.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEAD, J. Confidence in the nonprofit sector through Sarbanes-Oxley style reforms. **Michigan Law Review**. v. 106, n. 5, p. 881-900, 2008.

MEGLIORINI, E. Amostragem. In: CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, C. R. (coordenadores). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDONÇA NETO, O. R.; RICCIO, E. L. A qualidade da informação contábil e o risco de liquidez de mercado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 4, n. 8, p. 100-120, 2008.

MILANI FILHO, M. A. F. **Eficiência produtiva no terceiro setor: um estudo comparativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares**. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MILLER, J. L. The board as a monitor of organizational activity the applicability of agency theory to nonprofit boards. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 12, n. 4, p. 429-450, 2002.

MILLER, M. H.; MODIGLIANI, F. Some estimates of the cost of capital to the electric utility industry, 1954-1957. **The American Economic Review**, v. 56, n.5, p. 333-391, 1966.

MILLER-MILLESSEN, J. L. Understanding the behavior of nonprofit of directors: a theory-based approach. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 521-547, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ. **Utilidade Pública Federal**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B3891F04C-F853-43C9-B986-9B84BE01FE95%7D¶ms=itemID=%7B97D078A3-869C-49F0-86FC->

5AF79F411533%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 29 abr. 2014.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/entidades-de-assistencia-social/certificacao-de-entidades-beneficentes-de-assistencia-social>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

MOST, K. **Accounting theory**. Ohio: Grind, Inc., 1977.

MOTA, N. R.; CKAGNAZAROFF, I. B.; AMARAL, H. F. Governança corporativa: estudo de caso de uma organizacional não governamental. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA, 6, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Conferência Regional de ISTR para América Latina, 2007. CD-ROM.

MURCIA, F. D. R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NASCIMENTO, L. S.; SANTO, S. P. E; VICENTE, E. F. R. Relação entre evidenciação contábil dos investimentos públicos e assimetria informacional. **REUNA**, Belo Horizonte – MG, v. 17, n. 3, p. 33-52, 2012.

NASCIMENTO; A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, jul./set., 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 10.19**: Aspectos contábeis específicos em entidades diversas: entidades sem finalidades de lucro. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2000.

NEVES JÚNIOR, I. J.; LINS, A. A contribuição do contador para a gestão das empresas do terceiro setor – uma pesquisa de campo no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios - RBGN**. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 28-41, jan./abr., 2007.

NILSSON, J. Organizational principles for cooperatives firms. **Scandinavian Journal of Management**. v. 17, n. 3, p. 329-356, 2001.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

NOSSA, V.; KASSAI, S.; KASSAI, J. R. Teoria do agenciamento e a contabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 24, 2000, Florianópolis, 2000. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPAD, 2000. CD-ROM.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, P.A.; SLOMSKI, V.; ALVES, C.V.O. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n.1, p. 24-46, 2008.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ONU – UNITED NATIONS (Organização das Nações Unidas). **Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts**. Department of Economic and Social Affairs. United Nations: New York, 2003. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_91E.pdf>. Acesso em: 03 Jun. 2014.

OSTER, S. M. Nonprofit organizations and their local affiliates: a study in organizational forms. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 30, p. 83-95, 1996.

PACE, E. S. U. **Metodologias de avaliação de desempenho com a criação de valor como contribuição ao planejamento das organizações sem fins lucrativos**. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 8. ed. Brasília: Forense, 2013.

PARSONS, L. M. Is accounting information from nonprofit organizations useful to donor? A review of charitable giving and value-relevance. **Journal of Accounting Literature**. Gainesville, v. 22, p. 104-129, 2003.

PARSONS, L. M. The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations. **Behavioral Research in Accounting**. Sarasota, v. 19, p 179-196, 2007.

PINTO JR, H. Q.; PIRES, M. C. P. **Assimetria de informações e problemas regulatórios**. Agência Nacional do Petróleo. Brasil: Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/doc/notas_tecnicas/Nota_Tecnica_ANP_009_2000.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

PIZA, S. C. T.; PARISI, C.; MEGLIORINI, E.; GALLO, M. F. A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online). Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 78-97, set./dez., 2012.

POWER, M. Auditing and the production of legitimacy. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, n. 4, p. 379-394, 2003.

PRATT, J. W.; ZECKHAUSER, R. J. Principals and agents: an overview. In: PRATT, J. W.; ZECKHAUSER, R. J. **Principals and agents: the structure of business**. Boston: Harvard Business School Press, p. 1-36, 1985.

PUYVELD, S.V.; CAERS, R.; DU BOIS, C.; JEGERS, M. The governance of nonprofit organizations: integrating agency theory with stakeholders and Stewardship theories. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 431-451, 2012.

RESENDE, T.A. **Roteiro do terceiro setor**. 3. ed. Belo Horizonte: PRAX editora, 2006.

REZENDE, A. J.; SALDADO, A. L.; DALMÁCIO, F. Z. Uma análise do nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15. 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Congresso Brasileiro de Custos, 2008. CD-ROM.

RICCIO, E. L. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação**. 1989. 100 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSS, S. A. **The economic theory of agency and the principle of similarity**. Holland: Essays on Economic Behavior under Uncertainty, 1974.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationality. **Journal and Voluntary and Nonprofit Organization**, v. 9, n. 3, p.213-248. 1998.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **The emerging nonprofit sector: an overview**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

SAXTON, G.D.; KUO, J.S.; HO, Y.C. The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 6, p. 1051-1071, 2011.

SCHRADER, A. **Introdução à pesquisa social empírica**. Porto Alegre: Globo, 1974.

SCHROEDER, R. G.; CLARCK, M. W.; CATHEY, J. M. **Financial accounting theory and analysis: text and cases**. 10. ed. New York: John Wiley & Sons, 2005.

SCOTT, William R. **Financial accounting theory**. 3. ed. Toronto: Pearson Education, 2003.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez., 2010.

SILVA, C. E. G.; RESENDE, T. A.; MUNIZ, R. M. CKAGNAZAROFF, I. B. Formas jurídicas no terceiro setor brasileiro: estatuto legal, evidências empíricas e formalismo. **Caderno Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.

SILVA, C. F.; SOARES JÚNIOR, R. P.; SILVA, A. F.; SIQUEIRA, J. R. M. Uma análise das prestações de contas das organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Rio de Janeiro, **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 49, p. 31-41, set./dez. 2010.

SILVEIRA, D. **Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n.1, p. 41-68, 2010.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SMITH, D. H. **Entrusted: the moral dimension of trusteeship**. Bloonington: Indiana University Press, 1995.

SOARES, L. A. C. F. **A divulgação financeira de informações contábeis obrigatórias e as necessidades informacionais da área financeira: a visão de gestores financeiros de empresas do polo eletroeletrônico da zona franca de Manaus**. 1998. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, S. A.; CARVALHO JÚNIOR, C. V. O.; ALBUQUERQUE, K. S. L. S. Auditoria externa em organizações do terceiro setor: um estudo da percepção de contadores e não contadores. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 2, p. 47-60, 2012.

SPENCE, M.; ZECKHAUSER, R. Insurance, information and individual action. **American Economic Review**, n. 2, p. 380-387, may 1971.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulamentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Petropolis, 2003.

TINKELMAN, D. **An empirical study of the effect of accounting disclosure upon donation to nonprofit organizations**, 1997, Dissertation (Doctoral Program in Accounting) – Graduate School of Business Administration, New York University, 1997.

TINKELMAN, D.; MANKANAY, K. When is administrative efficiency associated with charitable donations? **Nonprofit and Voluntary Sector Quartely**. San Francisco, v. 36, n.1, p. 41-64, mar. 2007.

TRUSSEL, J. M. Revisiting the prediction of financial vulnerability. **Non-Profit Management and Leadership**. v. 13, p. 17-31, 2002.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Finances reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations. **Advances in Accounting**. Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. The conduct of strategy research. In: PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WHITTINGTON, R. **Handbook of strategic management**. London: Sage, 2002.

VERBRUGGEN, S.; CHRISTIAENS, J.; MILIS, K. Can Resource Dependence and coercive isomorphism explain nonprofit organizations' compliance with reporting standards?. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 5-32, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten years perspective. **The Accounting Review**. Sarasota, v. 65, n. 1, p. 131-156, jan., 1990.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior? **Journal of Public Economics**. Amsterdam, v. 30, n. 1, p.83-96. jun. 1986.

WELLENS, L.; JEGERS, M. Effective governance in nonprofit organizations: a literature based multiple stakeholder approach. **European Management Journal**, v. 32, p. 223-243, 2014.

WENNBERG, K.; WIKLUND J.; HELLERSTEDT, K.; NORDQVIST, M. Implications of intra-family and external ownership transfer of family firms: short-term and long-term performance differences. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 5, p. 352-372, 2011.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Pass, 1985.

WOLK, H.; DODD, J.; ROZYCKI, J. **Accounting Theory: conceptual issues in a political and economic environment**. 8. ed. California: Sage Publications, 2013.

WRUCK, K. Equity ownership concentration and firm value: evidence from private equity financings. **Journal of Financial Economics**, v. 23, p. 3-28, 1989.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

YETMAN, M. H.; YETMAN, R.J. The effects of governance on the financial reporting quality of nonprofit organizations. **Working Paper**. The University of California at Davis, California, 2004.

ZHUANG, J.; SAXTON, G.D.; WU, H. Publicity vs. impact in nonprofit disclosures and donor preference: a sequential game with one nonprofit organization and n donors. **Annals of Operations Research**, v. 215, p.1-23, 2011.

